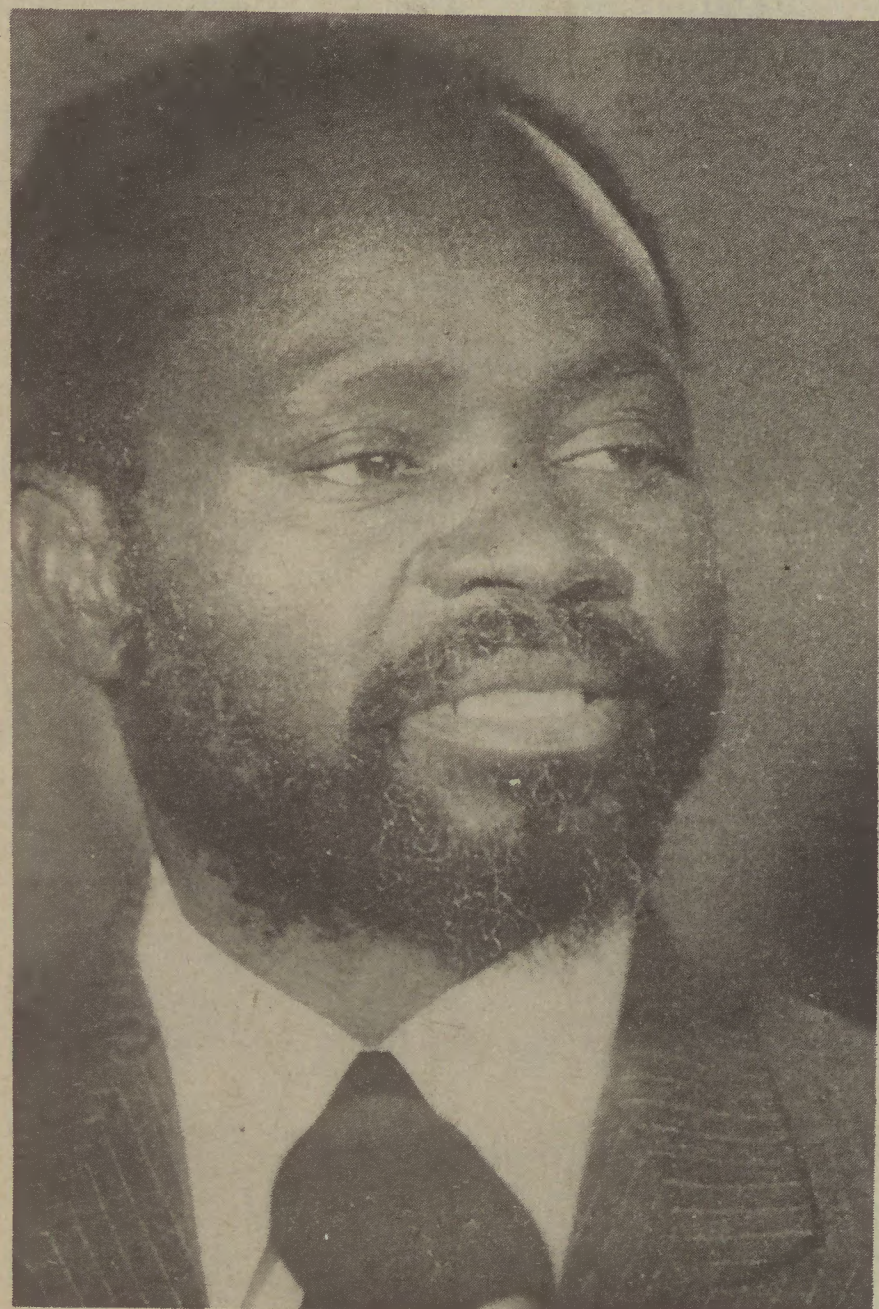


Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 669
23 de Outubro de 1986
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



SAMORA MACHEL Um grande combatente pela liberdade que desaparece

O secretariado do Comité Central do PCP enviou o seguinte telegrama ao Secretariado do Comité Central do Partido Frelimo:

«Com profunda dor e consternação, os comunistas portugueses tomaram conhecimento da trágica morte do camarada Presidente Samora Moisés Machel e de outros destacados dirigentes e cidadãos moçambicanos.

A morte do Presidente da República Popular de Moçambique e do Partido Frelimo, herói moçambicano e destacada personalidade da nova África, Samora Moisés Machel, representa uma enorme perda para a causa da libertação dos povos e da consolidação e progresso da independência nacional de Moçambique.

Nesta hora de dor e luto, o povo moçambicano e o seu Partido Frelimo encontrarão, como noutras difíceis provações, capacidade e força para vencer esta difícil situação.

Acompanhando a dor do povo moçambicano e do Partido Frelimo endereçamo-vos as nossas mais sentidas condolências.»

É preciso substituir o Governo!



Carlos Brito
na Assembleia
da República

(...) «Consideramos absurdo que dispondo os partidos de oposição de uma tão larga maioria na AR consintam que prossiga uma acção governativa tão claramente nefasta aos interesses do país, ao funcionamento das instituições e à salvaguarda do regime democrático. Entendemos que a actuação do Governo pôs na ordem do dia a necessidade da sua demissão e substituição» (...)

Semana

Trabalho precário e despedimentos

Nem a EDP foge à regra

Meio milhar a prazo só no Sul

• O SIESI assinala no seu âmbito a liquidação de 5000 postos de trabalho até finais de 1987

Em Foco

Forte dique contra o mar do desemprego

A par e passo a política do Governo na Central

(O DESPESIMENTO ENCARADO COMO «PARTO SEM DOR

Eucalipto

De como uma boa árvore pode fazer tanto mal

Em Foco
Págs. 6/7

Emancipação da mulher no Portugal de Abril

Semana
Pág. 8

centenas de debates

LEIRIA

Ao encontro da Organização Regional do PCP

Em Foco
Págs. 8/9

Pela dignificação do ensino

Em Foco
Pág. 4

Novos passos favoráveis à democracia

Os acontecimentos da última semana trouxeram novos elementos úteis para uma avaliação realista da correlação de forças políticas na conjuntura portuguesa actual.

O sentido essencial desses acontecimentos não sofre dúvidas para quem os analise com objectividade: o Governo minoritário Cavaco/PSD tornou-se politicamente mais minoritário — perde crédito e perde espaço em confronto com as forças democráticas.

No plano institucional e no plano político mais geral o Governo acumula derrotas e contestação. No plano social sobe de tom e generaliza-se o descontentamento popular, novas lutas de massas se desenvolvem ou estão na perspectiva.

O Governo apregoa com basófia na «sua» TV a «estabilidade governativa» e os seus ambiciosos propósitos de duração «muito para além de 1987» mas a clique governante mexe-se de facto num terreno movediço, inseguro e instável.

Logo na reabertura da Assembleia da República, o Governo, depois de ter saído malferido do seu «imbróglio» açoriano, foi derrotado num dos seus projectos mais polémicos no campo económico e dos mais odiosos no campo social — o da extinção da CNP — e esteve além disso à beira de sofrer outra séria derrota de grande significado não fora a incompreensível abstenção do PS no caso da EPAC, cujo desmantelamento não é, contudo, um caso líquido.

Cavaco e a sua gente irritam-se por não disporem na AR de uma oposição acomodaticia.

Em declarações recentes, sob a camuflagem do «respeito» pelos órgãos de soberania que não domina, o Primeiro-Ministro não consegue ocultar de facto os seus propósitos de intensificação da guerrilha institucional — no caso da AR de uma verdadeira guerra aberta contra a oposição parlamentar maioritária.

Manifestamente aos objectivos da política desestabilizadora da clique governante não convém nem o trabalho eficiente nem a acção fiscalizadora eficaz dos actos do Governo desenvolvidos pela oposição democrática na Assembleia da República.

O Governo minoritário Cavaco Silva/PSD perde crédito e perde espaço político no seio do povo e perdê-los-á ainda cada dia que passa pela sua obstinação numa nefasta política de classe.

O projecto e a prática do Governo cavaquista situam-se nos antipodas dos interesses fundamentais da imensa maioria do povo português e das exigências terminantes do país real. No plano político, no plano económico, no plano social.

O Governo Cavaco/PSD está enfeudando os interesses do País aos dos monopólios eurocentrais e dos grandes grupos financeiros dos Estados Unidos, está subordinando Portugal aos objectivos estratégicos do imperialismo.

Trata-se de uma realidade que não pode ser escamoteada nem ficar indiferente às forças democráticas e patrióticas portuguesas sob pena das mais graves responsabilidades.

A questão da CEE é paradigmática: a operação política anti-Abril de estabelecimento do poder dos monopólios configurada pela adesão de Portugal à CEE — desde o princípio denunciada pelo PCP — está agora a mostrar a sua verdadeira cara, a sua verdadeira natureza antidemocrática, antipopular e antinacional.

Não serve de nada ripostar com os estafados chavões de que «o PCP está fora das realidades» porque a realidade aí está iniludível, onnipresente, brutal.

Para os trabalhadores portugueses o que se oferece desde já é o aumento do desemprego, o crescente desequilíbrio entre os salários e o custo de vida, a crescente injustiça na distribuição dos rendimentos de trabalho, a total insegurança, o esbulho de direitos elementares.

Para os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes é a razia pura e simples, a proletarianização a curto ou médio prazo.

Aqueles que falam e acreditam que a adesão à CEE permitirá vencer rapidamente o nosso atraso relativamente aos países europeus desenvolvidos têm desta questão uma concepção romântica...

As mirabolantes «ajudas» da CEE para a «reconversão» da nossa economia e para a superação dos nossos seculares atrasos começam desde já sob curlosos «auspícios»: Portugal paga mais à CEE do que recebe.

Os «Fundos» sem fundo à disposição de Portugal tornam-se, à medida que o tempo passa, uma miragem.

O FEDER, o FEOGA, o PEDAP, o PEDIP, o PNIC e outros títulos de ilusionismo em caixa alta acenados pelos panegiristas da CEE, começam a surgir na sua verdadeira expressão aos que os olhavam como dádiva caída dos céus.

A realidade demonstra — como se diz no «comunicado» do CC do PCP de 6 de Outubro — que «os supostos benefícios que Portugal viria a alcançar com os chamados Fundos estruturais da CEE, constituem uma colossal mistificação que urge desmascarar».

A contar com as participações prometidas ao abrigo do FEDER numerosas autarquias contraíram empréstimos e iniciaram obras que estão agora paralisadas por não se terem concretizado os financiamentos da CEE. 6,7 milhões de contos para 292 projectos da administração local e mais 3,9 milhões para 213 projectos na maior parte para autarquias ficaram no essencial nas promessas...

O FEOGA está a ser cada vez mais encarado para o pagamento de subsídios aos agricultores que desistam da produção dos chamados «produtos excedentários» que se comprometam a deixar improdutivas as suas terras de aptidão agrícola para os cereais, os vinhedos, o tomate. Quer dizer, a CEE «paga» para que Portugal não produza e fique cada vez mais dependente dos principais países produtores agrícolas da CEE, para que seja cada vez mais comprador dos «excedentes» da CEE. A ajuda às Pescas no quadro das enormes carências do sector, pode considerar-se uma anedota.

A eucaliptização de muitas terras de aptidão agrícola está nos projectos da CEE a que o Governo Cavaco/PSD se curva submisso.

O mais recente caso do PEDIP que se dizia ter sido negociado num montante de 150 milhões de contos para o nosso desenvolvimento industrial foi outra colossal fraude da opinião pública portuguesa. O próprio Delors, patrono da integração de Portugal na CEE, desmente que tenha havido quaisquer compromissos nesse sentido com o Governo português. O que interessa aqui é referir a fraude do Governo Cavaco/PSD, esta como outras que alimentam as «concepções românticas» sobre as ajudas da CEE.

É contudo na situação social dos trabalhadores que a política do Governo minoritário Cavaco/PSD provoca maiores rombos e maior contestação.

O recente e bem elaborado estudo da CGTP-IN fornece um quadro realista sobre a política do emprego, dos salários e rendimentos do trabalho praticada pelo Governo e avança propostas realistas.

Sabe-se que o número de trabalhadores com salários em atraso aumentou no 2.º trimestre de 1986. Refere agora a CGTP que em 501 000 desempregados (números inferiores à realidade) somente 67 900 receberam subsídio de desemprego, ou seja: menos de 20% dos 60 milhões de contos recolhidos pelo Fundo de Desemprego.

A percentagem dos salários, ordenados e vencimentos (onde cabem no mesmo saco as remunerações dos quadros altamente remunerados) caiu de 52,4% em 1981 para 43,2% em 1986, o mais baixo valor desde o 25 de Abril na repartição dos rendimentos do trabalho.

Acentuar os desequilíbrios na repartição dos rendimentos do trabalho em benefício dos capitalistas é um objectivo central da política social do Governo cavaquista intrínseco ao da rápida acumulação de capitais obtida através da exploração agravada dos trabalhadores.

A esta luz deve ser vista toda a política laboral do Governo minoritário de direita Cavaco/PSD. Num artigo recente do órgão do PDS «Povo Livre», o ministro do Trabalho, Mira Amaral, é explícito: a chamada «flexibilização do mercado do trabalho» outro objectivo não visa senão a total instabilidade e insegurança no emprego, a porta escancarada para o alastramento sem entraves legais do trabalho clandestino, selvagem, infantil, sem as mínimas garantias sociais.

O actual ministro do Trabalho pretende aplicar em Portugal as novas tendências do capital financeiro internacional para o aumento sem limites do exército de reserva dos desempregados, alargado ainda pela introdução anárquica na produção capitalista das novas tecnologias — uma reserva onde o grande capital quando precisa vai buscar mão-de-obra escrava e para onde a atira de novo quando dela já não precisa.

O ministro do Trabalho do Governo cavaquista assimila bem, como se vê, no âmbito das suas funções, a inveterada tecnocracia do seu chefe.

Contra esta política social antioperária várias lutas estão em curso, outras estão anunciadas. No terreno da luta o movimento de massas se afirma como factor determinante.

Entre os trabalhadores, é por de mais evidente que o Governo minoritário Cavaco/PSD não ganha mas perde forças.

Resumo

15

Quarta-feira

Um plano de regionalização «é uma exigência do tempo presente», afirma o Presidente da República em Évora ■ Governo entrega na AR proposta de Orçamento de Estado ■ Baixam os preços de alguns combustíveis, mas continuam ilegais os do gasóleo e as gasolinas ■ Trabalhadores dos CTT exigem junto à residência oficial do Primeiro-Ministro a continuação das negociações e repudiam o acordo da UGT com a administração da empresa ■ Enfermeiros protestam por a Ministra da Saúde ainda não ter publicado a proposta reivindicativa de Novembro de 1985, sobre a qual foi conseguido um acordo em Julho passado ■ Segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional, as ofertas de emprego em Julho eram 80 vezes menores que os pedidos de emprego registados ■ O secretário-geral do PS condena a colaboração do Governo com a África do Sul e qualquer tipo de relacionamento com a UNITA ■ Inicia-se em Copenhague o Congresso Mundial sobre o Ano Internacional da Paz ■ Politburo do PCUS considera a cimeira de Reykjavik «um importante acontecimento» que veio criar uma situação qualitativamente nova ■ Sete mil cientistas dos EUA manifestam a sua «forte oposição», segundo o «Washington Post», ao projecto da «guerra das estrelas» ■ Governo turco pede a demissão ■ Carlos do Carmo desloca-se à URSS para uma série de espectáculos em Moscovo, Leninegrado e Ufá.

16

Quinta-feira

Assembleia da República anula extinção da Companhia Nacional de Petroquímica e suspende desmembramento da EPAC ■ No Dia Mundial da Alimentação



as estatísticas dizem que mais de cem portugueses morrem de fome e desnutrição por cada ano que passa ■ Delegação dos trabalhadores da Parry & Son em luta pelo relançamento do estaleiro de Cacilhas e pela garantia dos postos de trabalho é recebida pelo Director-Geral da Indústria ■ Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas chama a atenção para a grave situação laboral do sector, onde há salários em atraso, precariedade de emprego, despedimentos e actos repressivos e ilegais ■ Estão ainda sem aulas 30 mil alunos do preparatório e do secundário, enquanto aguardam colocação 10 mil professores de todos os graus de ensino ■ O Conselho de Imprensa chama a atenção para a crise que o sector vive, afirmando que «por este caminho pode chegar-se a um ponto em que só sobreviverem

os jornais de pior qualidade (...) ou os que disponham de fortes apoios políticos e económicos» ■ A URSS confirma que todas as propostas feitas por Gorbatchov em Reykjavik foram já apresentadas nas conversações de Genebra ■ Soldados palestinos abatem um avião militar israelense durante um bombardeamento no Sul do Líbano ■ A agência noticiosa AVI informa que tropas chinesas lançaram anteontem a mais violenta série de ataques contra o Vietname desde o início do ano ■ Abre ao público a Interarte/USL 86.



17

Sexta-feira

A CGTP-IN divulga a «Plataforma reivindicativa para uma política de rendimentos» ■ Trabalhadores da Reforma Agrária denunciam em Lisboa novas ilegalidades do Governo ■ A greve nacional dos médicos regista uma adesão global de 70%, segundo os sindicatos do sector ■ O ministro das Finanças despeja números em conferência de imprensa depois de não ter aparecido na TV, onde um jornalista acabou por entrevistar uma cadeira vazia ■ O Congresso dos EUA confirma que vão ser concedidos 100 milhões de dólares aos contra-revolucionários nicaraguenses ■ Pela primeira vez após o golpe fascista, a polícia chilena invade a Universidade Católica de Valparaíso e prende 23 estudantes ■ Barcelona é escolhida para a realização dos Jogos Olímpicos de Verão de 1992 ■ Maia Tchiburdanidze consegue pela quarta vez o título de campeão mundial de xadrez feminino.

18

Sábado

Realiza-se na Amadora um encontro de quadros do PCP sobre o trabalho nas autarquias de maioria APU ■ Os trabalhadores da indústria naval efectuem em Almada o seu 8.º Encontro Nacional ■ Álvaro Cunhal inicia uma visita a cinco países europeus ■ PCP informa que apresentou na AR um projecto-lei para vedar ao Go-



verno o recurso a publicidade comercial para propaganda política ■ A polícia de choque sul-coreana usa granadas de gás lacrimogénico para dispersar uma manifestação estudantil em Seul ■ O Iraque apela à ONU para que intervenha junto do Irão no sentido de pôr fim aos ataques com mísseis contra Bagdad ■ Daniel Ortega acusa Reagan de ser «o padrinho e o maior instigador do terrorismo no mundo» ■ Termina em Sesimbra o Festival do Mar,

FESTIVAL NACIONAL
DE GASTRONOMIA
DE SANTARÉM



iniciado a 17 de Setembro ■ Inicia-se o VI Festival Nacional de Gastronomia de Santarém.

19

Domingo

Só 14% dos desempregados recebem subsídio, afirma a CGTP-IN ■ Comissões Unitárias de Mulheres do Porto exigem que o Governo baixe os preços do leite e do pão ■ V Encontro Nacional de Comissões de Base de Saúde exige «um novo ministro, um novo Governo e uma nova política» ■ A JCP efectua um Encontro Nacional sobre o ensino secundário ■ Termina a II Convenção Nacional do PRD, no Porto ■ JSD termina Congresso em Tróia ■ Realiza-se junto à Torre de Belém um espectáculo sob o lema «Lisboa, capital da paz» ■ Termina em Copenhague o Congresso Mundial sobre o AIP ■ Os presidentes Kenneth Kaunda, Samora Machel e José Eduardo dos Santos reúnem na Zâmbia com Mobutu, do Zaire ■ Na Grécia tem lugar a 2.ª volta das eleições autárquicas.



20

Segunda-feira

É anunciado que o avião presidencial em que Samora Machel regressava de Lusaka caiu em território sul-africano, provocando a morte do presidente de Moçambique e de 36 camaradas que o acompanhavam ■ Subsídio de desemprego para todos os desempregados e salário mínimo aos 18 anos são duas das exigências do I Encontro de Jovens do Distrito de Braga ■ Inicia-se em Sófia o X Congresso da Organização Internacional de Jornalistas ■ O Presidente do Parlamento Europeu afirma que não receberá Jonas Savimbi.

21

Terça-feira

Assembleia da República reúne para homenagear Samora Machel ■ PCP protesta contra o «largo tempo de antena» concedido à Renamo na RDP e RTP a pretexto da morte do Presidente moçambicano ■ MAP tira mais terra à Reforma Agrária ■ Trabalhadores da EPAC



denunciam o facto de esta empresa estar a ser gerida como se a criação da Silopor não tivesse sido suspensa pela AR ■ EUA expulsam mais 55 diplomatas soviéticos.

Avante!
Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português. Rua Soeiro Pereira Gomes -
1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcárcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
- 1100 Lisboa. Tel. 77 89 36/77 87 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heeka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Setembro: 30 213

Semana

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 669

23 de Outubro de 1986

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Trabalho precário e despedimentos

Nem a EDP foge à regra

Meio milhar a prazo só no Sul

- **O SIESI assinala
no seu âmbito
a liquidação de 5000 postos de trabalho
até finais de 1987**

A confirmarem-se as intensões do patronato e as ameaças do Governo Cavaco desaparecerão nas indústrias eléctricas do Sul e Ilhas cinco mil postos de trabalho até ao final do próximo ano. O Sindicato do sector (SIESI) assinala que «nos últimos quatro anos foram despedidos cerca de três mil trabalhadores em empresas do seu âmbito» e que «o sector mais afectado pela redução do emprego é o dos fabricantes de material eléctrico e electrónico (FMEE) duramente atingido pela entrada do nosso país para a CEE». O SIESI impulsiona actualmente «um conjunto de iniciativas de luta pela defesa dos postos de trabalho, do pagamento dos salários, dos direitos sindicais, nomeadamente», como afirma ao anunciar a realização do primeiro Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas marcado para Dezembro.

Grande parte dos empregos ameaçados no sector são da **Centrel Automática Portuguesa (CAEP)** a que reservamos as primeiras páginas do caderno **Em Foco** desta edição.

O SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas) que na quinta-feira passada distribuiu um balanço sobre despedimentos, salários em atraso, precariedade de emprego, repressão, ilegalidades e acção sindical, salienta que tem em curso um «levantamento exaustivo sobre as intervenções da Inspeção do Trabalho no seu âmbito, de há nove anos a esta parte, o qual será divulgado oportunamente».

Registe-se a importância de um levantamento deste género, numa altura em que é decisiva a defesa do emprego por todos os meios, perante a desabalada ofensiva do Governo em funções.

A «tendência é para um brutal agravamento da situação»

A situação exige grande empenho do Sindicato e dos trabalhadores. Depois de sublinhar que a «tendência é para um brutal agravamento», o SIESI considera que «a inversão desta tendência e a resolução dos problemas dos trabalhadores que representa é indissociável da luta pela demissão do Governo».

Quanto aos fabricantes de material eléctrico e electrónico (FMEE), o Sindicato destaca, entre as consequências da adesão à CEE, o encerramento de várias pequenas empresas e a menor produção de rádios, televisores, lâmpadas e balastos, devido «ao aumento das importações em detrimento da produção nacional».

As mercadorias destinadas à exportação também estão a ser reduzidas no FMEE onde dois mil dos cinco mil empregos ameaçados a curto prazo «tem a ver com a introdução e montagem das centrais telefónicas de comutação digital no nosso país. Os trabalhadores em causa são os da **Centrel**, afectos à produção de centrais telefónicas electromecânicas», refere o SIESI que «desde há um ano tem vindo a chamar a atenção dos órgãos do poder para os elevados custos do processo decorrente da introdução das centrais digitais, sem que as alternativas que apresenta para a salvaguarda dos postos de trabalho tenham merecido qualquer atenção».

2300 salários em atraso

No sector, abrangendo o Sul e Ilhas, há «cerca de dois mil e trezentos trabalhadores com salários em atraso».

O total da dívida do patronato atinge os 800 mil contos.



Na **Centrel** (foto) é onde a ameaça é maior sobre os postos de trabalho, entre os fabricantes de material eléctrico e electrónico (ver **Em Foco** nesta edição)

O SIESI refere, entre os «casos de maior vulto», a **Messa** «com mais de 450 mil contos de dívida, a DCP com 218 mil e a Elvani com 33 mil».

São vinte no total as empresas devedoras. «Destas, três estão paralisadas, em situação indefinida; e seis já foram extintas, sem perspectivas de liquidação de 53 600 contos de dívidas a 300 trabalhadores».

Mais a prazo do que efectivos

A direcção do SIESI calcula em mais de 20 por cento os contratados a prazo no total dos trabalhadores do ramo das indústrias eléctricas do Sul e Ilhas. «No âmbito de representatividade do SIESI existem empresas e mesmo unidades fabris de grandes multinacionais que têm mais

trabalhadores a prazo do que efectivos. O caso mais escandaloso neste campo é o da **Cablesa**, onde na fábrica de **Linhó (Sintra)** cerca de 90 por cento do pessoal é contratado a prazo (870 em 1100)».

Não há praticamente empresa do ramo que não tenha contratados a prazo. A tendência é para o aumento do pessoal nessas condições.

«Nem a EDP, empresa nacionalizada, foge a esta regra». Embora a percentagem dos trabalhadores nessa situação não seja muito elevada, relativamente ao total do emprego na EDP, «o facto é que só no sul do País esta empresa tem cerca de meio milhar de trabalhadores nestas circunstâncias, com a agravante de parte deles serem alugados a empresas traficantes de mão-de-obra».

Antes de advertir que a «ac-

ção sindical não poupará o Governo», a direcção do SIESI refere, ainda relativamente à EDP, que o «ataque governamental em curso, visando o desmembramento desta empresa e a desnacionalização das partes que interessam aos capitalistas é um factor de insegurança sobre o emprego e pode redundar, caso prossiga, em perdas de postos de trabalho e na troca de empregos estáveis por formas de trabalho precário».

Quanto à repressão e ilegalidades, o SIESI destaca as empresas **Vitrohm, Cel-Cat, Cabos Ávila, Corsino & Legrand, Siemens, Indelma, SIPE e Osram**. Nestes locais de trabalho ocorrem, segundo o SIESI, «as mais grosseiras violações» do direito à actividade sindical.

A direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas «considera que a prática e o discurso do actual Gover-

no estimulam estas ilegalidades patronais, em geral, o que é complementado pela actualização cúmplice da Inspeção de Trabalho nos casos em que é chamada a intervir».

O SIESI tem intensificado o seu trabalho organizativo e de mobilização. Para preparar inclusivamente o I Congresso da FSTIE (Federação sindical do ramo) e combater a grave situação social do sector, vão continuar a efectuar-se plenários de empresa e outras reuniões de carácter sectorial e específico.

Como todos os problemas do sector «se agravaram a um ritmo vertiginoso» com este Governo, o SIESI, ao mesmo tempo que propõe aos seus activistas e associados, «um conjunto de iniciativas de luta» por objectivos relacionados com a situação social, apela à «mobilização e luta activa pela demissão do Governo Cavaco Silva».

Proletários de todos os países, UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

No número de Outubro poderá ler:

Criar uma dinâmica diferente no acompanhamento e formação dos quadros



Viva indignação

Certas folhas impressas da nossa terra andam tão por baixo que não vale a pena falar delas. Ou melhor, vêm tão sujas que nem para forrar o caixote servem. Assim, pouca gente lhes presta atenção, por mais que os títulos berrem nas bancas, quase nem o olhar rápido merecem; só mesmo quem se compraz no escândalo, no crime e na sujeira será capaz de se deter a comprar e a consumir uma dessas folhinhas. Geralmente ninguém dá por elas.

A não ser quando o País ou o mundo, abalado por uma notícia dramática, vê chegar às primeiras páginas de toda a imprensa o mesmo tema. O cidadão não resiste a comparar os títulos. Espreitando entre todos os jornais, certas folhas impressas a lodo esgançam-se. Foi o que aconteceu esta semana quando os portugueses acordaram com a notícia trágica — o Presidente da República Popular de Moçambique falecera em condições dramáticas.

Antes, porém, de poder deitar uma vista de olhos pelos jornais a procurar informar-se, antes que as tais folhas se viessem misturar, aos olhos do cidadão, com a imprensa diária ou semanal, antes que pudesse indignar-se com o regozijo de um «Diabo» ou com as insinuações de um «Dia», o cidadão viu — começou por ouvir, na realidade — que nem em sua própria casa podia escapar à onda lamacenta. Lá estava a rádio, pela manhã, a «ouvir» a Renamo comentar o trágico acontecimento, à noite foi a televisão a dar voz aos terroristas e aos fantoches.

Não se tratava já, ou ainda, da privada sujeira. Esta vinha com a marca dos **serviços noticiosos da RDP (Antena Um e Rádio Comercial)** e da **RTP (designadamente «O Jornal das Nove»)**, com a transmissão de declarações de **Ivo Fernandes**, como acentua a nota da SIP do PCP distribuída na terça-feira.

Trata-se — dizia a nota — de actos de descarada hostilidade para com a República Popular de Moçambique, consumados por órgãos de informação do Sector Público em cujos postos-chave, como é sabido, estão colocados elementos da confiança governamental, e que se inserem em toda uma política de cumplicidade e conivência de autoridades e entidades portuguesas com organizações fantoches e terroristas que combatem os regimes dos países africanos de expressão oficial portuguesa.

É manifesto que, sem qualquer pudor, comedimento ou respeito pelos tristes acontecimentos (ainda não esclarecidos), que serviram de pretexto para esta reforçada propaganda da Renamo — prossegue a nota da SIP — os serviços noticiosos da RDP e da RTP tudo fizeram para apresentar como uma organização respeitável e como uma força influente e representativa um grupo de bandidos, armados e sustentado pela África do Sul, e que é responsável por inúmeros crimes e atrocidades cometidos contra o Povo Moçambicano e por diversos raptos e assassinios de cidadãos portugueses.

E a SIP do PCP conclui:

O comportamento assumido pela RDP e pela RTP, servindo bem os interesses de todos quantos em Portugal, debaixo de hipócritas declarações de amizade para com a República Popular de Moçambique e o Povo Moçambicano, estão activamente envolvidos nas operações de desestabilização e guerra contra o regime moçambicano, é entretanto altamente lesiva dos interesses nacionais e da cooperação com a RPM, em base de igualdade e não interferência nos assuntos internos de cada país.

O cidadão democrata, que reflecte afinal a esmagadora maioria do Povo Português a quem entristeceu a trágica notícia da morte do Presidente Samora Machel, não deixará de, juntamnete com os comunistas, se indignar com a «ostensiva atitude de cumplicidade» tomada por órgãos de informação públicos do nosso país. E de juntar o seu protesto ao firme protesto que a SIP do Partido Comunista Português tornou público.

Nem 10% do comércio externo se faz em navios nacionais

• **Evidenciada em Almada a necessidade da luta e do funcionamento de um Centro Coordenador**

Nos últimos quatro anos desapareceram na indústria naval portuguesa nove mil postos de trabalho e os salários em atraso generalizaram-se no sector. A frota nacional do comércio, hoje com 72 navios, tinha mais do dobro em 1975. Não vai além dos 10 por cento a participação dos nossos navios na actividade do comércio externo. Estes e outros elementos referidos no VIII Encontro de Trabalhadores da Indústria Naval, no último sábado em Almada, levaram os 117 delegados a acusar o Governo de afundar o que resta do sector, prejudicando os interesses nacionais. No documento do Encontro (ETIN) os delegados, que representavam 16 mil trabalhadores de 13 empresas, propõem-se criar um Centro Coordenador da Indústria Naval, que até agora tem existido apenas no papel. Entretanto, meia centena de trabalhadores dos estaleiros Parry & Son eram recebidos em Lisboa pelo director-geral da Indústria, eng.º António Pinheiro, e o secretariado da Célula do PCP na Setenave reunia, na Mitrena, para discutir «com profundidade a situação difícil e complexa» dos estaleiros.

O secretariado da Célula da Setenave caracteriza a situação na empresa pela «ausência de

uma carteira de encomendas, pelo congelamento do saneamento financeiro e ainda pelo

clima de confronto artificial recentemente criado pela administração».

Esta política decorre da subserviência perante interesses privados. Afirma o secretariado que «as necessidades de renovação da frota são evidentes». Gastaram-se o ano passado 100 milhões de contos no afretamento de navios estrangeiros.

Mas José Manuel de Mello, reconduzido pela mão do PS no lugar de presidente do conselho de administração da Lisnave, «não desiste do seu plano de recuperação do monopólio da indústria naval».

Sublinha o secretariado da Célula do PCP da Setenave que esse plano, «inscrito na proposta de viabilidade da Lisnave, não deixa dúvidas quanto às intenções de Mello: encerramento do sector de novas cons-

truções na Setenave e redução para metade da actividade de reparação naval, com o correspondente despedimento de milhares de trabalhadores».

É impossível pôr de lado este factor ao analisar «os atrasos sucessivos das encomendas para a Soponata».

Segundo o secretariado da Célula da Setenave, os trabalhadores não ignoram que «o preenchimento da carteira de encomendas não se faz só com um navio».

Exigência da construção de mais 2 navios

Os trabalhadores da Setenave reclamam a concretização das encomendas para a Soponata. São dois navios de 125 mil toneladas, já previstos no protocolo assinado entre as duas empresas em 1 de Outubro de 1985.

«Aliás, refere o secretariado, não podemos deixar de considerar um escândalo que a encomenda do navio de 80 mil toneladas já tenha 18 meses de negociações.»

Depois de se referir a «manifestações carreiristas», que «asentam também na confrontação directa com os trabalhadores», o secretariado da Célula critica a administração pela sua actividade anterior, designadamente o despedimento de 750 trabalhadores, e pela tentativa recente de boicotar «parte muito significativa das comemorações do XI aniversário da nacionalização da empresa».

Acerca dos despedimentos, os trabalhadores comunistas da Setenave, além dos 750 registados na empresa, recordam «os dez mil lançados no desemprego nos últimos dez anos» nos diversos estaleiros, e assinalam a falência na Parry.

Segundo as organizações representativas desta última empresa, o director-geral da Indústria prometeu «fazer chegar aos organismos superiores as preocupações dos trabalhadores, afirmando que lhes irá sugerir a aplicação do Decreto-Lei 177/86 (meios preventivos de falência)». As ORT's recordam que está marcada para hoje, 23, uma assembleia de credores, que poderá lançar no desemprego os trabalhadores da Parry.

Total desrespeito pelas leis laborais no distrito de Viseu

Está em curso no distrito de Viseu uma «campanha em defesa dos direitos e liberdades sindicais dos trabalhadores» daquela região onde, segundo o Secretariado da União dos Sindicatos local (USV/CGTP), se verifica «o total desrespeito pelas leis laborais».

A campanha promovida pela USV prossegue até à última semana de Novembro. Participam todos os sindicatos filiados na CGTP-IN e também os que, não estando filiados, aderem regularmente às iniciativas da Central unitária.

Segundo a USV, a campanha constará, em termos gerais de plenários, reuniões e contactos nas empresas mais importantes; distribuição ampla de um documento intitulado «As leis laborais e os direitos dos trabalhadores»; encontros com os trabalhadores e a população para debater o mesmo tema; e pedidos de audiências a autoridades civis e religiosas.

Estes pedidos já foram feitos

aos bispos de Viseu e Lamego, governador civil, partidos políticos no distrito, delegação das Relações Colectivas de Trabalho de Viseu e à subdelegação de Lamego, grupos parlamentares e directores dos órgãos de comunicação social.

O documento central da campanha foi e será distribuído nas feiras de Viseu (21/10), Mangualde (23/10), Castro Daire (27/10), Campo Besteiros (30/10), Carregal do Sal (31/10), Canas de Senhorim (1/11), Vouzela (5/11), Mortágua (6/11), Nelas (8/11) e Tondela (10/11).

Os encontros com trabalhadores realizam-se nas Casas do Povo de Mangualde, Molelos, Cambres. O mesmo tipo de ini-

cias está previsto para outras freguesias e concelhos, incluindo S. João da Pesqueira.

Plenários, reuniões e contactos nas empresas mais importantes decorrem nos concelhos de Nelas, Canas de Senhorim, Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Viseu, Tondela, Vouzela, Mangualde e Lamego.

Pretende-se sensibilizar o maior número de trabalhadores para a importância de se sindicalizarem, pois, «como a prática vem provando, o trabalhador sindicalizado tem os seus direitos melhor salvaguardados», sublinha a União.

Durante a campanha será inaugurada em Lamego a nova sede das delegações sindicais da União dos Sindicatos de Viseu e dos Sindicatos da Função Pública, Hotelaria, Indústrias Eléctricas, Construção e Madeiras, Metalúrgicos, Rodoviários, Gráficos e Trabalhadores Agrícolas, conclui a USV.

Trabalhadores

Plataforma da CGTP em situação de luta

• Coordenadora dos médicos realça adesão à greve

A CGTP apresentou na quinta-feira passada um conjunto de reivindicações de ordem económica e social dirigidas ao Governo. O objectivo central da «plataforma reivindicativa da CGTP-IN para uma política de rendimentos» é aumentar para 45,6 por cento, em 1987, «a parte dos salários no rendimento nacional».

Proposta de longo alcance e profundo interesse prático a curto prazo, a plataforma inclui novos valores para diversas pensões; a criação de 100 mil postos de trabalho; o aumento médio de 21,5 por cento nos salários mínimos nacionais e a sua aplicação a partir dos 18 anos; a baixa dos preços dos combustíveis e de outros produtos de primeira necessidade; o congelamento dos preços dos transportes e a fixação de preços máximos para os livros escolares.

A CGTP-IN propõe ainda na sua plataforma a abolição do imposto complementar e a alteração das leis no sentido de abranger pelo subsídio de desemprego todos os que se encontrem nessa situação, involuntariamente, desde que estejam inscritos há mais de um ano no centro de desemprego, e sem

contar com as contribuições de cada um para a Segurança Social.

A plataforma é apresentada numa situação de luta

Numa situação social caracterizada por um conjunto de lutas que envolvem sectores inteiros e obrigam a larga mobilização sindical, a plataforma da CGTP será aqui tratada com mais pormenor na próxima edição.

Juntamente com outras iniciativas do movimento sindical unitário e das organizações representativas dos trabalhadores, designadamente do Porto, daremos mais relevo a outras lutas no próximo número do «Avante!».

Destacamos hoje a **greve dos médicos**, transcrevendo na íntegra a nota da Coordenadora dos Sindicatos datada do dia 17, o dia da greve: «A Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos considera que a significativa adesão à greve dos médicos, que está a decorrer hoje, constitui mais uma demonstração do repúdio pela política de desastre

seguida por Leonor Beleza e o Governo na saúde.

Mesmo em greve, os médicos garantiram o atendimento dos doentes nos serviços de urgência e em alguns casos (doentes vindos de locais distantes) nas consultas externas, numa demonstração de elevado sentido profissional e humano que cobre de vergonha a ministra Beleza, que se tem empenhado numa campanha difamatória sem precedentes contra estes profissionais.

Os sindicatos médicos dispunham ao princípio da tarde de uma avaliação rigorosa dos níveis de adesão à greve, que rondavam os 70 por cento a nível nacional.

Face à intransigência da ministra Beleza e à sua sistemática recusa ao diálogo, o processo de luta irá continuar, assumindo novas e variadas formas.

Os sindicatos não pouparão esforços na defesa dos interesses socioprofissionais dos médicos.

O apoio da maioria dos médicos à greve abre excelentes perspectivas, para a manutenção e aprofundamento do actual processo de luta.

A Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos manifesta o seu agradecimento à população, que hoje recorreu aos Serviços de Saúde, pela sua compreensão e apoio manifestado à greve.»



Caldas da Rainha: os trabalhadores da Euroaudio (produção de cassetes e fita magnética), em luta pela reactivação da empresa e pelo pagamento de 28 meses de salários em atraso, registaram na última semana uma vitória de grande alcance com a anulação da venda em leilão de uma máquina de injeção de plásticos.

Exemplo do Pão de Açúcar

O que os patrões entendem por «área social»

Os grandes patrões do comércio no nosso país, designadamente os que falam em nome da Confederação (CCP) multiplicam-se em declarações públicas sobre os até agora impensáveis benefícios da terciarização. É este o termo que utilizam abundantemente para significar não só a reconhecida importância do comércio, mas principalmente para alardearem as novas benesses que este Governo estaria a proporcionar ao sector terciário da economia que não pertence ao sector empresarial do Estado. Nessas declarações públicas onde se propagandeia a eficácia do comércio e dos serviços — tudo privado — chega-se mesmo, pela palavra de Crespo de Carvalho, presidente da CCP, a encarecer a elevada preocupação pela «área social».

nistradores do Pão de Açúcar no sentido de levarem «os trabalhadores efectivos a aceitarem a rescisão do contrato».

Recorda a Federação: «A verdade é que qualquer despedimento colectivo, no quadro da legislação portuguesa, não depende da vontade da administração do Pão de Açúcar. E não nos devemos esquecer que a empresa teve há bem poucos anos um contrato de viabilização pelo qual recebeu milhares de contos para garantir os postos de trabalho.»

Intimidação e medo

Depois de recordar que os contratados a prazo estão a ser despedidos em massa, a FEP-CES conclui:

«O que a administração procura é criar um clima de intimidação e medo dentro da empresa, favorecido pelo espectro da crise, para que os trabalhadores aceitem a continuação das ilegalidades a que urge pôr termo. A contratação colectiva tem que passar a ser devidamente aplicada na empresa; mas a administração pretende prosseguir com uma situação de impunidade criminal. Os horários de trabalho tem que passar a reger-se pelas normas legais, sem recurso ao trabalho legal à noite e ao fim-de-semana que, para mais, nem sequer é registado e pago como trabalho extraordinário. As transferências não podem continuar a processar-se sob a lei da selva imposta pela administração. A lei tem que voltar a imperar nas lojas e noutros locais de trabalho do Pão de Açúcar. E não serão, hoje, manobras intimidatórias da administração que impedirão os trabalhadores de assumir legitimamente as acções necessárias à defesa consequente dos seus direitos.»

Não é nesta área, evidentemente, que se situam as «revoluções» da Confederação do Comércio Português, nem as preocupações «sociais» do seu presidente, Crespo de Carvalho.

Nesta área está incluído, como se sabe, o emprego. Ora, para contrariar a grande aposta de Crespo de Carvalho na «terciarização da economia» sem sobressaltos na «área social», aí está a administração dos supermercados **Pão de Açúcar e Minipreços** a «desencadear uma vasta campanha de desestabilização das relações de trabalho dentro da empresa».

Aquela administração muito terciária do grande comércio que não pode queixar-se quanto a benesses de anteriores governos nem tão-pouco do actual, não se limita a despedir trabalhadores com contratos a prazo ilegalmente estabelecidos para funções em postos de trabalho permanentes. Põe a circular, ao mesmo tempo, nas lojas, «a iminência de um despedimento colectivo para o mês de Outubro».

Afirma a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEP-CES), que temos vindo a citar quanto à situação naqueles supermercados, que a respectiva administração pretende «garantir o clima intimidatório propício à rescisão de contratos por mútuo acordo».

Tem sido esta na verdade a via «social» utilizada pelos desempregadores. E não é noutra que pensa a CCP e o seu presidente Crespo de Carvalho, quando nomeadamente enche a boca com a necessidade de uma «revolução» no comércio.

Como cabe aos sindicatos estar atentos a estas «revoluções» do grande patronato, a FEP-CES não demorou a alertar publicamente os trabalhadores e a opinião para as pressões dos admi-



Seriamente comprometidos os planos do Governo na EPAC

As organizações sindicais e outras, que representam os trabalhadores da EPAC, afirmaram publicamente na passada terça-feira que «os planos do Governo estão seriamente comprometidos» na EPAC. Os decretos-lei de desmantelamento foram suspensos pela Assembleia da República,

como se sabe. Entretanto, na região ribatejana e nomeadamente no Vale da Figueira (foto) no distrito de Santarém, os produtores deparavam com uma longa fila à espera de lugar nos silos estatais. Em Lisboa, os trabalhadores da EPAC reafirmavam que «a liberalização da importação de

cereais possibilitou o acesso das multinacionais à importação de milho e sorgo, que estão a ser colocados no mercado interno (Indústria) em grandes quantidades». Isto precisamente na altura da recolha da produção nacional. Aproveitam-se da situação «os intermediários e os indus-

triais que estão a comprar a 36 escudos o quilo, no Vale do Tejo, o milho que a EPAC paga aos agricultores acima de 41 escudos o quilo». O Governo põe ao serviço das multinacionais a capacidade de armazenagem que pertence ao Estado e devia estar ao serviço do nosso país.

Assembleia da República

A actuação do Governo pôs na ordem do dia a necessidade da sua substituição

Durante a primeira sessão plenária, para além das votações a que fazemos referência noutra local, de esperar seria que no período de antes da Ordem do Dia questões candentes que têm estado arredadas do Parlamento por motivo das férias deste, ali comesçassem a ser abordadas.

Foi o que fez o líder do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, salientando no início do seu discurso ser apropriado que cada partido traga o seu contributo «para que a AR possa analisar em clima de trabalho e serenamente as prioridades que lhe são exigidas para dar resposta aos grandes problemas nacionais».

Mas infelizmente são diferentes os conceitos de resposta ao mesmo. «Todavia — recordou — os comportamentos assumidos nos últimos dias por parte do Governo e do primeiro-ministro em relação à Assembleia da República assumem um carácter provocatório tão deliberado que é num clima bem diferente, um verdadeiro clima de tensão institucional, que tem início a 2.ª sessão legislativa, da IV Legislatura.»

Dois novos episódios, acrescentou de seguida, foram acrescentados pelo Governo à guerrilha institucional que move à AR.

O primeiro, e passamos a citar, «nos comentários produzidos pelo primeiro-ministro nas jornadas do PSD; o segundo, no encaminhamento que acabou por concretizar em relação à questão da baixa do preço dos combustíveis».

E pela ordem indicada, Carlos Brito comentou os novos factos apontados:

«Enquanto o senhor primeiro-ministro considerar que a chamada de membros do Governo às Comissões Parlamentares é uma actividade delituosa dos partidos da oposição; enquanto considerar que a «Assembleia da República é um palco privilegiado da oposição» e não o órgão de soberania perante o qual o Governo é responsável e cujas leis deve respeitar e cumprir escrupulosamente; enquanto pensar que pode justificar todos os fracassos do seu Governo por alegada obstrução oposicionista — o senhor primeiro-ministro continuará a revelar que não entende o que é o regime democrático português e que por isso mesmo não está em condições de exercer o seu cargo, sem graves danos para a democracia e o país.»

E os combustíveis?

Passou em seguida a esclarecer o que tem sido a actuação do Governo no respeitante à baixa legal do preço dos combustíveis. E voltamos a citar:

«O Governo não prestou à Assembleia da República até 15 de Outubro as informações que estava obrigado a prestar pela Lei do Orçamento de Estado até 15 de Setembro, sobre a diminuição dos custos por força da baixa da cotação do petróleo e

do dólar, bem como as informações sobre o nível das taxas de imposto sobre os produtos petrolíferos.

Não fornecendo estas informações, o Governo impediu que a Assembleia da República pudesse analisar e ponderar, em tempo oportuno, como a lei prevê, os níveis das baixas dos preços dos diferentes combustíveis, tendo em conta, designadamente, o desenvolvimento do mercado interno, a competitividade das empresas e a diminuição da taxa de inflação.»

Ao proceder deste modo o Governo comete uma ilegalidade, para logo de seguida, como destacou o líder do Grupo Parla-

mentar do PCP, recuar «perante as exigências populares e a pressão dos partidos da oposição e baixa o preço de alguns combustíveis. Mas ao fazê-lo comete outras graves violações. Viola a Constituição e a lei em relação às suas próprias competências. Desrespeita a lei baixando apenas alguns combustíveis e não todos como por ela está obrigado. Desrespeita-a também porque mesmo em relação a esses combustíveis que baixa o faz em menor escala do que decorre da legislação em vigor.»

Uma outra questão foi igualmente abordada pelo deputado comunista e prende-se com o apregoado relançamento econó-

mico de que o Governo tanto gosta de se gabar.

«Há medida que os meses passam — salientou Carlos Brito — torna-se cada vez mais evidente que o Governo do primeiro-ministro Cavaco Silva, dominado por estreitas preocupações clientelistas, partidárias e eleitoralistas, é incapaz de aproveitar a conjuntura excepcionalmente favorável para relançar a economia e assegurar uma real melhoria das condições de vida dos portugueses. A oportunidade continua a ser malbaratada.»

A terminar e depois de frisar que «para o PCP fazer oposição não é, nunca foi uma atitude meramente negativa», Carlos Brito

adiantou uma questão que se coloca hoje à grande maioria dos portugueses:

«Consideramos absurdo que dispondo os partidos de oposição de uma tão larga maioria na Assembleia da República consintam que prossiga uma acção governativa tão claramente nefasta aos interesses do país, ao funcionamento das instituições e à salvaguarda do regime democrático. Entendemos que a actuação do Governo pôs na ordem do dia a necessidade da sua demissão e substituição. Este entendimento enformará naturalmente a actividade que vamos desenvolver na sessão legislativa que hoje se inaugura.»

Uma Proposta de Orçamento para a AR endireitar

O Orçamento de Estado foi já entregue na Assembleia da República, como os órgãos de informação noticiaram. Cabe agora aos partidos estudá-lo aprofundadamente — o que certamente vai suceder, quanto mais não seja por parte dos partidos da oposição — para daqui a um mês, sensivelmente, começar a ser escalpelizado no plenário.

Da leitura em diagonal que já foi possível fazer, algumas interrogações surgem. Muitas mais vão surgir, certamente, quando foram entregues os anexos informativos. Outras ainda vão apare-

cer quando a Assembleia da República exigir a clarificação de certas rubricas.

A saber e como realce da proposta de Orçamento (aqui abrimos um parêntesis para recordar que se trata de uma **proposta** pelo que pode ser alterada até à sua redacção definitiva) o ataque às empresas públicas. Eles aí estão — os membros do Governo — quais cavaleiros do Apocalipse, procurando provocar o caos nas empresas públicas para que da derrocada surja uma nova ordem económica, com todo o poder aos capitalistas.

Um outro factor urge apontar — o facto de o Governo não saber aproveitar as condições favoráveis que a conjuntura internacional oferece — baixa o petróleo, baixa o dólar, baixam as taxas de juro. Reflexos de tudo isto na proposta de Orçamento é coisa que não se nota, ou nota-se tão timidamente que é como se lá não estivesse.

Igualmente grave o que se passa a nível de propaganda — autopropaganda, entenda-se — onde embarca a maior parte dos órgãos de informação, como se o Governo não a manipulasse.

Muito se tem falado da «diminuição da carga fiscal», incluindo aqui o desagravamento dos rendimentos do trabalho.

Um estudo atento verifica que a carga fiscal global aumenta e que se realmente existem benefícios são exclusivamente para as grandes empresas.

Podemos apresentar um caso flagrante onde mais uma vez são os trabalhadores com condições mais difíceis que vêem agravadas as suas vidas.

Tomemos como exemplo um trabalhador que em 1986 ganhou 25 contos por mês (o que perfaz, ao fim do ano, incluindo o subsídio de férias e o 13.º mês a quantia de 350 contos). Este trabalhador não era abrangido pelo imposto complementar. Mas se em 1987 tiver um aumento de 12% (9% da inflação mais 3% da recuperação do salário real) esse trabalhador ganhará ao fim do ano 392 contos.

Começa a sua odisseia, pois

passa a ser abrangido pelo imposto de dois por cento e resumindo o aumento de 12% fica-se em 9,8%. O resto foi comido pelo Governo que tanto se preocupa com os desprotegidos. E nos dias de hoje ganhar 25 contos por mês não é ser desprotegido.

Passando agora a outra campanha de propaganda do Governo. Muito se disse que o Governo na sua proposta de Orçamento privilegiava a agricultura. Admitamos como certa essa intenção. Mas na verdade o que se passa é que esse aumento resulta da previsão de se receberem certas verbas da CEE. Se elas forem suspensas ou canceladas (e temos o exemplo recente do PEDIP, onde uns largos milhões voaram) o que vai suceder à nossa agricultura?

Um outro aspecto, e para terminarmos, pois o Orçamento ainda vai fazer correr muita tinta: queixa-se o Governo que o sector público é um sorvedouro do dinheiro de todos nós. No entanto, as transferências para o sector público, na proposta agora apresentada, soma a quantia de 60 milhões de contos; em contrapartida as transferências para o sector privado ascendem à bonita soma de 170 milhões, assim divididos: agricultura 36 milhões, outros sectores 79 milhões, e particulares (essencialmente apoio à construção civil) 58 milhões.

Como último comentário — mais um Orçamento para a Assembleia da República endireitar.

Onde se fala da CNP

O facto mais relevante do início das sessões plenárias da Assembleia da República, que ocorreu na quinta-feira passada, foi a votação de três importantes matérias — CNP, EPAC e Silopor.

No respeitante à CNP — Companhia Nacional de Petroquímica — o plenário, com os votos do PCP, MDP, PS, PRD e ainda do deputado independente Rui Oliveira Costa, recusou a ratificação do decreto-lei que extinguiu aquela empresa.

Deste modo e segundo a resolução aprovada «são reprimadas todas as normas revogadas pelo decreto-lei» — o mesmo é dizer que continuam em vigor os estatutos da empresa e que as medidas tomadas pelo Governo para a sua extinção deixam de ter qualquer valor legal. Votaram a favor da ratificação do diploma, como seria de esperar, o PSD, CDS e o deputado independente Borges de Carvalho.

E se em relação à CNP houve consenso por parte da oposição, já o mesmo não sucedeu em relação à Silopor e EPAC.

No primeiro caso, a abstenção do Partido Socialista permitiu que fosse ratificado o decreto-lei que cria a Silopor. Contudo o PS apresentou a seguir uma proposta de resolução, que foi aprovada pelos partidos da oposição, para que o referido decreto-lei seja suspenso, requerendo de imediato a baixa à Comissão para alteração do diploma em causa.

No respeitante à ratificação

do decreto-lei que altera os estatutos da EPAC, o sentido da votação foi idêntico, com apenas algumas alterações de percurso na votação na generalidade, com o PS a juntar-se à restante oposição na recusa à ratificação, para de seguida se abster na votação na generalidade e também na votação final global, o que permitiu a ratificação. Depois, o pedido de suspensão e a baixa à Comissão.

Se o Governo fosse outro e não tivesse na mira a destruição de tudo o que pertence ao sector público e que não interessa ao capital privado, descansados poderiam ficar os trabalhadores da CNP, e da EPAC.

Mas é sabido o Governo que temos — vai procurar a confrontação de molde a enviesar a decisão legal da Assembleia da República, como se governar fosse praticar indiscriminadamente o que se pretende, sem se submeter às decisões dos órgãos de soberania que devem zelar — e verdade seja dita, têm-no feito — para que o Exe-

cutivo não cometa as arbitrariedades que entender.

Férias e negócios

Uma pequena notícia na secção «Gente» do último «Expresso» remete-nos para o regaibo que vai ainda na ex-Comissão Liquidatária da CNP.

Segundo aquele semanário, Jorge Gonçalves, presidente da ex-Comissão «vai-se divertindo com umas férias americanas na Virgínia, onde pratica equitação no rancho de Patrick Monteiro de Barros.

O mesmo Patrick Monteiro de Barros que é o principal fornecedor de nafta à CNP — tendo para isso Jorge Gonçalves decidido prescindir de concursos públicos...»

E para que esta curta notícia tenha maior compreensão socorremo-nos do «Expresso» da semana anterior ao já citado. Na última página podia-se ler o seguinte título: «Passando a fazer «compras directas»: Petroquímica muda de prática».

E quem lesse o texto com olhos atentos deparava com a seguinte informação: «Desde Julho, altura em que foi empossada, a Comissão Liquidatária já decidiu comprar 4,5 milhões de contos de nafta à Sigmol, que é presidida pelo português Monteiro de Barros.

«O contrato entre a CNP e a Sigmol apanhou de surpresa os meios petrolíferos internacionais. Aliados à baixa do «crude» os concursos são actualmente uma forma usual de obter preços muito favoráveis.»

Mais se adiantava que a Sigmol fez uma alteração para que os pagamentos, em vez de serem a 30 dias, fossem à vista. E para que a Sigmol fique sempre na posição de ganhar, uma cláusula fora estabelecida. E passamos a citar:

«O contrato inclui, ainda, uma cláusula especial, na qual a Sigmol salvaguarda a sua posição face à possível alteração do estatuto da CNP. Assim esta cláusula especial prevê que, em caso de anulação do contrato (face à eventual ratificação do decreto-lei 201-A/86), «o vendedor receberá um dólar e meio por cada tonelada de nafta» ainda não fornecida mas prevista ao abrigo do contrato vigente.»

Se tivermos em conta que a CNP compra cerca de 25 000 toneladas de nafta por mês e que o prazo de entrega vai até Maio de 1987, basta fazer contas — ou seja, 37 500 dólares por mês, o que à cotação actual do dólar — 147\$65 — dá a agradável quantia de 5 536 875\$00. Quando dizemos agradável quantia referimo-nos à perspectiva da Sigmol. Como não há-de ser próspera a iniciativa privada?

Voto de pesar pela morte de Samora Machel

Uma questão infelizmente mais importante, sobrepôs-se, na passada terça-feira, à programada eleição do Presidente da Assembleia da República.

Nesse dia, contrariando o agendado, a Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto de pesar pela morte do Presidente da República Popular de Moçambique, Marechal Samora Moisés Machel, tendo respeitado depois um minuto de silêncio.

Transcrevemos o texto do voto de pesar aprovado: «Perante o trágico acidente que vitimou Samora Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, o Parlamento de Portugal manifesta o seu profundo pesar ao Povo Moçambicano e as suas condolências ao Estado de Moçambique, guardando um minuto de silêncio como manifestação da solidariedade na dor que sentiu pela perda que sofreram.»

Hoje, segundo ficou acordado em reunião de líderes, os partidos farão as suas declarações de voto. A eleição do Presidente da Assembleia da República ficou adiada para a sessão da próxima terça-feira.

PCP

ECONOMIA EM DEBATE

Os resultados seriam muito melhores com a política de que o país precisa

Mais de meia centena de camaradas, a maioria dos quais economistas, discutiram a conjuntura económica actual e as perspectivas dos resultados de 1986, num debate realizado no passado dia 16, quinta-feira, no CT Vitória, em Lisboa. Abriam o debate Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC, Gorjão Duarte, do Comité Central, e Octávio Teixeira, deputado do PCP.

As estimativas para 1985 e as previsões para 1986 mostram que, no campo dos resultados, há diferenças significativas para a evolução de algumas das variáveis macroeconómicas (designadamente balanças externas, inflação e resultados orçamentais) em relação aos dez anos anteriores. Tais resultados irão certamente ser utilizados pelo Governo para intoxicar a opinião pública, confundindo os resultados obtidos com a política por si definida e escamoteando as causas essenciais da obtenção conjuntural de tais resultados.

«Impor-se-á, pois, — realçou o camarada Carlos Costa — um esforço do Partido para o desmascaramento dessa confusão objectiva e mistificadora, repondo a verdade dos factos».

A evolução macroeconómica em 1985

Após um período de profunda degradação dos principais indicadores económicos, financeiros e sociais (1983/84), o ano de 1985 regista alterações significativas.

O Produto Interno Bruto aumentou 3,3% e a Balança de Transacções Correntes registou um saldo positivo de 65,2 milhões de contos (411 milhões de dólares). Note-se porém que, como foi salientado no debate, a evolução verificada divergiu substancialmente da prevista pelo Governo: o crescimento do PIB foi induzido fundamentalmente pelas exportações e não pela procura interna, enquanto o saldo positivo de 411 milhões de dólares se contrapõe à previsão governamental de um défice de

900 milhões, situação que se deve essencialmente a condicionantes externas favoráveis, com a baixa do dólar, dos preços dos produtos agrícolas e das taxas de juro, e ao bom ano agrícola e hidroeléctrico em Portugal.

Igualmente a execução orçamental beneficiou das condicionantes externas referidas, explicando-se assim, em grande parte, um défice inferior em cerca de 75 milhões de contos ao previsto para o Sector Público Administrativo.

Os «salários reais» — considerados no debate como «uma categoria para continuar a pôr em dúvida» — cresceram cerca de 2% (após uma quebra de 13% nos dois anos anteriores). No entanto, os aumentos da produtividade, em cerca de 3,8%, e dos termos de troca — de que, como frisou Octávio Teixeira, se falará muito nos próximos tem-

pos —, em cerca de 5%, foram bastante superiores, continuando-se assim a registar uma diminuição da massa salarial no Rendimento Nacional em benefício dos lucros e dos impostos.

Não se podia deixar de fazer referência, falando de salários, que muitos dos aumentos foram obtidos devido à luta dos trabalhadores e, muitas vezes, contra o «tecto» imposto pelo Governo.

As perspectivas para o ano de 1986

As perspectivas da evolução económico-financeira eram, logo no início de 1986, extremamente favoráveis, face à prevista evolução da conjuntura internacional: **quebra acentuada dos preços do petróleo, cereais e outras matérias primas** com peso significativo nas importações portuguesas; **forte depreciação do dólar** — moeda também com grande peso nas importações portuguesas; **diminuição apreciável da inflação externa e das taxas de juro internacionais**.

Tais perspectivas, que viriam não só a consolidar-se, mas a melhorar ao longo do tempo, importam que desde logo fosse definida e executada uma política que visasse o aproveitamento da envolvente externa, particularmente favorável, para avançar rápida e mais facilmente com medidas viradas para atacar algumas das causas estruturais do défice comercial e para proceder ao saneamento económico-financeiro e à recuperação de sectores e empresas em situação mais degradada.

Ora a verdade, como o deba-

te demonstrou, é que nada disto foi feito pelo Governo.

O executivo recusou-se a encarar a realidade. E não foi, ao menos no fundamental, por excesso de prudência ou por incapacidade técnica, mas antes porque **o Governo estava principalmente interessado em aprovelar os resultados que se adivinham para alimentar a sua propaganda eleitoralista**.

Assim, os resultados económicos e financeiros de 1986 nada têm a ver com a política governamental. Mesmo algumas medidas objectivamente positivas foram tomadas «a reboque» e com atrasos prejudiciais para o interesse nacional. No debate foram referidos alguns exemplos.

O que o Governo não fez

As **amortizações antecipadas da dívida externa** foram reduzidas, tendo em conta as possibilidades reais. Os excedentes de divisas não foram minimamente utilizados para amortizar dívidas externas que asfixiam algumas empresas públicas. Projectos de investimento, como o da metalurgia do cobre e o da beterraba sacarina, mesmo o da mera modernização da siderurgia, mantiveram-se gravosamente congelados.

O **crescimento significativo do investimento produtivo** teria que ser uma certeza, e não mera hipótese teórica. Isto significa que, inversamente à aposta falhada, porque cega, no arranque autónomo do investimento privado, o investimento produtivo teria que assentar no sector público da economia, com efeitos positivos por arrastamento no

sector privado.

As **taxas de juro** deveriam ter sido reduzidas atempadamente e em níveis mais adequados, o que teria contribuído para uma maior recuperação da situação financeira das empresas, para uma menor taxa de inflação e para um maior relançamento do investimento produtivo (designadamente das empresas privadas).

A perspectiva certa e baixa do preço do petróleo bruto e da depreciação do dólar impunha, sem perda da receita fiscal orçamentada, que se diminuíssem adequadamente os preços internos dos combustíveis, com incidência especial nos de uso industrial, o que teria efeitos positivos nos custos e na competitividade da produção nacional. Tal facto, conjugado com o referido para as taxas de juro, permitiria uma rápida eliminação da desvalorização do escudo.

A concretização de medidas como as anteriormente exemplificadas teria permitido ainda um aumento do emprego, para além de possibilitar o relançamento da economia e o melhoramento das condições de vida do povo.

O Governo, como frisou Carlos Costa, «vai dizer que resultados tem, não dirá porque é que os números são estes e não os que previu, não dirá que estes resultados podiam ser melhores e, entretanto, vai prometendo a resolução de problemas graves para um futuro indefinido».

Foi referido no debate que a análise da conjuntura para o primeiro semestre de 1986 e a previsão para todo o ano assentam nos dados estatísticos actualmente conhecidos, chamando a

atenção para o facto de que a informação estatística publicamente disponível se tem vindo a reduzir e a atrasar de forma não comparável com o passado recente.

As análises oficiais da conjuntura deixaram de ser divulgadas. Foi extinto o Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento, cujo trabalho passou a ser feito por técnicos da confiança pessoal do Ministro das Finanças e não são postos à disposição do público. Também o Departamento Central de Planeamento deixou de publicar os seus relatórios. O relatório do Banco de Portugal referente a 1985 ainda não foi distribuído, sendo conhecida apenas uma síntese da evolução macroeconómica.

Entretanto, sublinhou-se, há estatísticas que estão nitidamente manipuladas, como as referentes ao emprego (para não subir a taxa de desemprego diminuem artificialmente a população activa) ou ao comércio externo (no mês de Julho os dados relativos a Junho foram «acrescentados» em 29,2 milhões de contos nas importações e 6,3 milhões nas exportações).

Recordando as conclusões da última reunião do CC do PCP, o camarada Gorjão Duarte afirmou que «os ventos da demagogia da adesão à CEE estão agora a colher as tempestades dos prejuízos e das críticas» e reafirmou que o Partido «assume uma posição clara de denúncia do mal que vem para Portugal da adesão» e tenta minorar os prejuízos, lutando pela revisão dos acordos lesivos dos interesses do povo e do País.

Nacional

«Campo da morte lenta» foi aberto há 50 anos

A 29 de Outubro de 1936 o regime fascista criava um dos mais terríveis instrumentos de repressão: o campo de concentração do Tarrafal. Um grupo de sobreviventes assinala, com o apoio da União de Resistentes Antifascistas Portugueses, o 50.º

aniversário da fundação do «campo da morte lenta».

No dia 25, sábado, terá lugar uma romagem ao cemitério do Alto de São João, onde se encontra o monumento aos mortos do Tarrafal. A romagem tem início previsto para as 11 horas.

Na sexta-feira, 31 de Outubro,

realiza-se uma sessão nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara, às 21 horas. Para além da intervenção de antifascistas que passaram pelo campo do Tarrafal, está já confirmada a participação de Fernanda Lapa e de Carlos Paredes. No átrio da Junta será colocada uma exposi-

ção de pinturas e desenhos alusivos ao Campo. Será ainda exibido um filme da exposição, muito completa e que ainda estará, concerteza, na memória de quem viu em 1978, sobre o Tarrafal.

Os organizadores das comemorações informaram, entretan-

to, que já estão confirmadas entrevistas e comunicações pela rádio e que a RTP passará, no dia 29, após o «Jornal das 9» do segundo canal, um filme que recordará, nomeadamente, a cerimónia de transladação dos corpos dos antifascistas mortos no campo do Tarrafal.

Porto marcha pela Paz no sábado

Este sábado, a partir das 15 horas, a zona compreendida entre a Praça da Liberdade e a praça da Ribeira no Porto vai-se transformar na verdadeira capital da paz da Península Ibérica, por intermédio da Comissão Regional do Porto para o Ano Internacional da Paz. Vai ser uma **Marcha da Paz**, apoiada por dezenas de estruturas autárquicas, sindicais e culturais e por milhares de apoiantes nominais, o que demonstra bem a unanimidade alcançada em torno dos objectivos do Ano Internacional da Paz, em pleno contraste com a política de submissão do Governo PSD/Cavaco aos interesses do imperialismo belicista.

Na Marcha da Paz, os mani-

• Unanimidade em torno dos objectivos

festantes vão enviar, através de balões lançados ao ar e de garrafas lançadas ao rio, uma mensagem dirigida aos povos dos cinco continentes onde sublinham os perigos que ameaçam a humanidade e salientam o fundamental papel desempenhado pelos povos do mundo inteiro no sentido do desarmamento e da distensão nuclear.

No final do desfile haverá um espectáculo no qual participarão a banda de São Pedro da Cova, o grupo de música popular Malta do Rio e o Rancho Folclórico do Porto, e que será apresentado pelo actor Alexandre Falcão.

A Marcha da Paz foi apoiada por unanimidade pelas câmaras municipais do Porto e de Valongo. Também apoiam esta iniciativa, entre outros, os seguintes órgãos autárquicos: câmaras municipais de Matosinhos, Gondomar e Gaia, Juntas de Freguesia de Avintes, Aldoar, Cedofeita, Lavra, Matosinhos, Miragaia, Ramalde, São Nicolau, São Pedro da Cova, Vitória, Lomba, as Assembleias Municipais de Gaia, Porto, Valongo e as Juntas de Freguesia de Aldoar, Cedofeita, Custóias, Ermesinde, Gueifães, Lavra, Ramalde, São Pedro da Cova e, por unanimidade e acla-

mação, Matosinhos. Também a Assembleia Municipal de Santo Tirso apoia todas as manifestações de diversa índole que se encontrem dentro do espírito da proclamação das Nações Unidas.

A Marcha da Paz, que é apoiada por dezenas de sindicatos, comissões de trabalhadores e organizações sindicais, nomeadamente da Siderurgia Nacional, Eurocer e Câmara Municipal do Porto, recebeu ainda o apoio, entre outras, das seguintes organizações culturais: Arlimagem, Plebeus Avintenses, Coordenadora das Colectividades de São-

Pedro da Cova, FITEI, Cineclube do Porto, Cineclube de São Pedro da Cova, Grupo de Teatro Caixa de Pandora, Direcção Diocesana da LOC, Futebol Clube de Custóias e Conselho Directivo da Escola Secundária Infante D. Henrique.

Esta impressionante lista de adesões, a que se juntam os milhares de assinaturas individuais — entre as quais se encontram centenas de autarcas — mostra bem a unanimidade conseguida em torno desta importante iniciativa que, apesar de ainda não se ter realizado, constitui à partida um inegável êxito.

A partir das 15 horas, entre a praça da Liberdade e a Praça da Ribeira.

Queremos crescer em paz

Dizem os Pioneiros

Desde o passado dia 18, os Pioneiros da região de Lisboa levam a efeito uma série de iniciativas a favor da Paz. «Queremos crescer e viver em Paz» é a mensagem que as crianças espalham desde então pelos cantos desta cidade, através de múltiplas actividades.

Logo no dia 18, foi a pintura, na Brandoa, no Largo 1.º de Maio, de um mural alusivo ao tema. No próximo dia 25 é a vez dos núcleos dos Pioneiros do Cacém e de S. Domingos de Benfica pintarem o seu mural. Entretanto, no mesmo dia, em Cascais decorre o «Dia da Paz» no Jardim Visconde da Luz, a partir das 10 horas, com jogos, *ateliers* e espectáculo.

Também neste fim-de-semana, os núcleos do concelho de Vila Franca de Xira pintarão o seu mural.

A acompanhar estas actividades estará a distribuição nas escolas de um folheto feito pelos próprios Pioneiros. «Sabes, tu também podes lutar pela Paz!».

MINHO

Situação político-social e tarefas partidárias em foco na reunião da DORM

No passado sábado realizou-se uma reunião plenária da Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do PCP. Da ordem de trabalhos constava uma análise da situação política e social e das tarefas partidárias na região.

Especial incidência teve a análise da situação social nos distritos de Braga e Viana, tendo sido concluído que «as consequências para a região da política do Governo PSD/Cavaco Silva e da sua submissão às ordens da CEE, atingindo de forma brutal e particular as classes trabalhadoras das fábricas, da agricultura, do comércio e de sectores de serviços, mostram como é falsa e demagógica a intensa campanha governamental, que procura fazer crer que a sua política tem como objectivo melhorar as condições de vida dos sectores mais desfavorecidos».

Tal conclusão baseia-se em factos concretos. Só em três sectores (têxtil, metalúrgico e construção civil) do distrito de Braga existem mais de 7 mil trabalhadores com salários e subsídios em atraso, sendo quase mil os trabalhadores do distrito de Viana do Castelo que se encontram na mesma situação, estando ainda em perigo, na região, mais de mil postos de trabalho. Ainda no que se refere à classe operária, aumenta desenfreadamente a sua exploração, com a redução do número de trabalhadores efectivos e com o aumento do trabalho precário, com a intensificação dos ritmos e cargas de trabalho, com a proliferação da economia subterrânea e do trabalho clandestino e infantil.

Os pequenos e médios agricultores e os pescadores da frota artesanal são outros trabalhadores particularmente atingidos ao fim de um ano de governação do PSD/Cavaco Silva. Os primeiros debatem-se com problemas gravíssimos no escoamento do vinho, com os entraves à circulação de gado, o encerramento das feiras e dos matadouros concelhios. Por outro lado, os pescadores da frota artesanal estão a ver as suas dificuldades acrescidas com as tentativas de regulamentação do acesso aos recursos marítimos que — no dizer da DORM — discrimina a pesca artesanal em detrimento dos maiores capitalistas do sector.

Estas situações, a que se junta o aumento das rendas de casa, a degradação do ensino e a deterioração dos serviços de saúde, são já o efeito da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

Nesta reunião, a DORM decidiu promover uma iniciativa regional sobre «a vinha e a adesão à CEE» e iniciar os trabalhos preparatórios das jornadas dos distritos minhotos sobre o **desenvolvimento regional, a regionalização e o Poder Local**, e aprovou ainda um calendário de iniciativas diversas e de Assembleias de organização, no sentido de uma cada vez mais dinâmica actuação do Partido nesta região do norte do País.

Mabor

Um exemplo do que atrás se disse é o que se passa na Mabor, onde a administração se apresta a reduzir drasticamente as regalias e direitos dos trabalhadores.

Segundo um comunicado do PCP, a administração desta empresa reduziu em 75 por cento o prémio de assiduidade, aumentou para o dobro a comparticipação dos trabalhadores na compra da senha de refeição e diminuiu em 50 por cento a comparticipação da empresa nas consultas médicas e no subsídio de medicamentos.

Certo de que estas medidas não passam de uma primeira acção para restringir em absoluto os direitos dos trabalhadores, o PCP apela para que, «tal como no passado, mantenham as suas tradições de luta e não abdicuem das conquistas alcançadas, ao mesmo tempo que lhes transmite a solidariedade da Comissão Distrital de Braga do PCP e os incentiva à unidade».

«Correio do Minho»

A suspensão por tempo indefinido da publicação do jornal «Correio do Minho» tomada pela administração da Editora Correio do Minho — Serviço Municipalizado — constitui um acto de grande gravidade, sobre o qual a população de Braga e da região

Portalegre Distrital do PCP faz o balanço da situação social

Como referimos na nossa última edição, o plenário da Comissão Distrital de Portalegre do PCP, realizado no passado dia 11 em Avis, «apreciou a situação que se vive» nos concelhos daquele distrito do Alto Alentejo. Salientando que o Governo minoritário de Cavaco Silva **continua a acelerar a política de desastre dos últimos 10 anos**, a organização do Partido chama a atenção para os seguintes problemas:

- Mantém-se a chaga dos salários em atraso (2 mil, no distrito) e um elevadíssimo nível de desemprego (cerca de 6 mil contabilizados oficialmente no Centro de Emprego do distrito). Cresce o número e o volume de situações de trabalho precário. Aumenta a repressão patronal.

- Nos últimos dias aumentou a ofensiva contra a Reforma Agrária com o roubo de 1200 hectares de terras às UCPs/Cooperativas 5 de Outubro (Cano-Sousel), 25 de Abril (Casa Branca-Sousel) e 2 de Janeiro (Chança-Alter do Chão) para entregar reservas e majorações aos agrários ab-

sentistas, herdeiros de Rodrigo de Castro, Afonso Reinolds e José Mendes da Graça que já tinham sido brindados anteriormente com centenas de hectares das melhores terras dessas UCPs/Cooperativas e se tinham «abotoado» com a seara de girassol e outras colheitas semeadas e tratadas pelos trabalhadores dessas UCPs/Cooperativas. Estão, entretanto, ameaçadas mais 2600 ha, de diversas UCPs/Cooperativas.

- Na criminosa ofensiva contra a Reforma Agrária, os sucessivos governos de direita já des-

não podem deixar de manifestar as suas apreensões e preocupações».

Tal reacção é manifestada por um comunicado da DORM onde se afirma que a suspensão deste jornal constitui uma deliberação «unilateral, arbitrária e de duvidosa legalidade».

Segundo os seus trabalhadores, a reestruturação e o saneamento financeiro desta editoria não constituem justificação suficiente para a decisão do conselho de administração — de que são responsáveis políticos o PS e o PSD — caucionada pelo presidente da Câmara de Braga, Mesquita Machado.

A DORM denota «naturais

truíram 16 UCPs/Cooperativas no distrito com uma área de 45 mil hectares e provocaram a destruição de cerca de 13 500 postos de trabalho.

- Os pequenos agricultores debatem-se com sérias dificuldades. Pretendem tirar-lhes as terras que em 1976 lhes tinham

- **2 mil trabalhadores sem salário, 6 mil sem emprego**
- **1200 hectares de terra roubados à Reforma Agrária nos últimos dias**

sido atribuídas como, por exemplo, aos 25 agricultores da Herdade da Enxarinha-Elvas. Encerraram empresas de transformação dos produtos hortícolas (Caia), a produção dos agricultores não é escoada e fica a apodrecer na terra, como é o caso do tomate, ou é paga a preços ruinosos e com exigências de selecção exagerada em comparação com a

PSD/Cavaco Silva. Centenas de jovens não foram abrangidos por este «programa» (que funcionou com critérios de compadrio), continuando à procura do primeiro emprego.

Depois de referir a situação no início do ano escolar, nos serviços de saúde e segurança social, nos transportes e vias de comunicação, no turismo e na

PORTO

Imprimir novo ritmo à campanha dos 10 mil

A palavra de ordem «imprimir um novo ritmo à campanha» está a merecer uma boa receptividade por parte das organizações do Partido na cidade do Porto.

Um plano de trabalho até ao final do ano foi elaborado e está a ser discutido em todas as organizações, que procuram as melhores formas de o concretizarem.

Entretanto, uma série de iniciativas estão programadas e em andamento. A grande taluda de Natal está já à venda e o caminho para que venha a ser um êxito — a venda planificada —, está traçado.

No próximo dia 8 de Novembro no próprio CT realiza-se um magusto de S. Martinho, cuja organização está a cargo da Comissão de Freguesia do Bonfim.

LISBOA

5000 contos para o CT do Lumiar

O magusto que se realiza no próximo dia 8, das 16 às 24 horas, e no qual participa o grupo Fado de Abril é uma das iniciativas que integram a campanha de fundos da 6.ª Zona da Organização Local de Lisboa e que destina à compra de um novo Centro de Trabalho para esta organização do Partido.

O novo Centro de Trabalho, já em funcionamento, situa-se no Lumiar, junto ao Pão de Açúcar da Calçada de Carriche e a campanha de 5 mil contos destina-se a pagar o imóvel e a angariar dinheiro para que se procedam às obras de beneficiação necessárias para o bom funcionamento desta casa dos comunistas da zona do Lumiar, Amelxoeira, Charneca, Campo Grande, São João de Brilo e Alvalade.

A campanha prossegue com entusiasmo, tendo já sido colectados mais de 750 contos. Para que este resultado fosse possível, em muito contribuíram as várias iniciativas lançadas pelos

comunistas da 6.ª Zona da Organização Local de Lisboa, e das quais se destacam as abordagens, o cartão de compromisso, as rifas e os almoços-conívio.

Ainda no decorrer desta campanha de fundos, de 1 a 30 de Dezembro estará aberta no Centro de Trabalho uma Grande Banca de Natal e, no dia 14 de Dezembro, realiza-se uma manhã infantil a que se seguirá um almoço-conívio em que o prato forte será o cozido à portuguesa.

O antigo Centro de Trabalho da 6.ª Zona de Lisboa estava também situado na zona do Lumiar e funcionava desde 1974, tendo a actividade desta casa dos comunistas sido interrompida em Agosto de 1985 por acção do senhorio do imóvel.

O empenho posto na tentativa de diminuição da capacidade de intervenção e da crescente influência do Partido nesta zona saiu gorada, como o comprova o bom ritmo a que decorre esta campanha de fundos.

9 de Novembro

1.ª Assembleia Distrital de Coimbra

• Participação de Álvaro Cunhal, que estará também, no dia 8, na Assembleia dos comunistas do distrito de Aveiro

O trabalho preparatório para a 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Coimbra está a decorrer com entusiasmo, segundo uma apreciação feita pela Comissão Distrital local do PCP que se reuniu sexta-feira passada. Nesta 1.ª Assembleia, que se realiza já no próximo dia 9 de Novembro, participa o camarada Álvaro Cunhal. O secretário-geral do PCP intervirá numa sessão pública que se realiza a partir das 18 horas.

Na sua reunião, a Comissão Distrital de Coimbra assinala que até à data só realizaram cerca de meia centena de reuniões, tendo já sido eleitos 84 delegados.

Este organismo do Partido, que também analisou a situação política, salienta que a preparação e a realização da 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Coimbra se insere na luta por um Governo democrático com uma política democrática.

Nesta importante iniciativa dos comunistas de Coimbra sairão as propostas e linhas de acção do PCP para o desenvolvimento do distrito, para o desenrolar da luta dos trabalhadores e da população por melhores condições de vida e pelo reforço do PCP.

Será ainda nesta reunião que os delegados elegerão a nova Comissão Distrital.

Centro de Trabalho de Algés Inauguração ainda este ano

Está prevista antes do fim do ano a inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em Algés, nos arredores de Lisboa. Adquirido o ano passado, o edifício localiza-se na Rua Ernesto da Silva (107/109), na zona central de Algés. A par de uma campanha de fundos com a meta de 4 mil contos, o Centro tem mobilizado o esforço, a iniciativa e a dedicação dos militantes comunistas nas jornadas de trabalho voluntário, ao fim do dia e durante os fins-de-semana, para obras de melhoramento, remodelação, restauro e pintura das instalações, repartidas por três pisos: cave, rés-do-chão e 1.º andar. Estas jornadas iniciaram-se a 22 de Setembro e têm avançado com entusiasmo, como a nossa reportagem teve oportunidade de constatar no último sábado (fotos).

Ao mesmo tempo que dirigiram um apelo à participação nas jornadas de trabalho (mão-de-obra indiferenciada), os camaradas do organismo de direcção que falaram ao «Avante!» (Eduardo, Albano e Canhoto), referiram a importância deste CT para o desenvolvimento da acção política dos comunistas da freguesia de Carnaxide e de todo o concelho de Oeiras.

Até ao momento a organização já liquidou metade da verba dispendida com os encargos e compromissos deste Centro de Trabalho, a que nos referiremos com mais pormenor em futura edição do «Avante!».

Camaradas Falecidos

José Fonseca Figueiredo

Natural de Castro Daire e residente em Lamego, faleceu recentemente o nosso camarada José Fonseca de Almeida Figueiredo. Estimado por todos quantos o conheciam, o militante comunista era membro do Partido há muitos anos, tendo conhecido as prisões do fascismo.

Luís Reis

Com 52 anos, faleceu no passado dia 11 o militante comunista Luís Maria Reis. Pertencia ao



organismo de direcção do Sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP e ao secretariado da célula da Carris.

António Fernandes

Organizado na célula do Bairro 7, da freguesia do Barreiro, faleceu há dias o camarada António Fernandes.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Castelo Branco Realidade desmente ministro

A Comissão Concelhia de Castelo Branco do PCP emitiu recentemente um comunicado onde salienta que a situação do parque escolar deste concelho constitui «um desmentido claro da demagogia do ministro da Educação e do Governo PSD/Cavaco Silva», uma vez que todas as escolas preparatórias e secundárias estão superlotadas, o que de há muito exige a construção de mais uma escola.

Situação particularmente grave é a que se vive na Escola Preparatória, onde duas salas de aula estão em ruína e ameaçam a integridade física de profes-

res e alunos, dado que algumas paredes correm risco imediato de desmoronamento.

Além do mais, o pavilhão ginásio desportivo deste estabelecimento foi interditado porque o piso não estava em condições de ser utilizado com um mínimo de segurança, pelo que as actividades desportivas — não só da escola mas também das colectividades e dos sindicatos — tiveram de ser transferidas para o ar livre, ficando sujeitas aos caprichos do tempo.

«Apesar de os serviços do Ministério da Educação terem sido informados da situação

Debate sobre Comunicação Social Encontro nacional de quadros do PCP

O Encontro Nacional de Quadros do PCP para um debate sobre comunicação social tem nova data. Inicialmente previsto para os dias 1 e 2 de Novembro, a sua realização foi transferida para os dias 29 e 30 de Novembro, em Lisboa, em local a anunciar oportunamente.

Entre as razões que aconselharam este adiamento, contam-se, designadamente, quer o facto de os profissionais de informação comunistas estarem, no momento actual, empenhados na preparação do Congresso dos Jornalistas (que se realiza a 15 de Novembro), quer a necessidade de possibilitar um melhor e mais profícuo desenvolvimento do debate e dos trabalhos preparatórios do Encontro de Quadros do PCP sobre a comunicação social, criando assim melhores condições para que os seus objectivos sejam alcançados.

Torna-se agora absolutamente indispensável que, a todos os níveis e, nomeadamente, no âmbito das organizações regionais, o maior tempo disponível para a preparação do Encontro seja plenamente aproveitado, dinamizando a realização de reuniões e outras iniciativas de discussão e a elaboração de análises e propostas relativamente ao conjunto de temas e problemas que o Encontro se propõe abordar.

Concelho do Redondo

Reforma Agrária foi tema na 2.ª Assembleia do PCP

A Reforma Agrária foi um dos temas abordados na 2.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP do Redondo, no distrito de Évora, iniciativa realizada recentemente com a participação de 96 delegados.

Recordando os tempos do latifúndio e o avanço para a ocupação de terras após o 25 de Abril (inicialmente os trabalhadores ocuparam 25 801 ha e formaram 8 UCPs/Cooperativas), os delegados fizeram o ponto da situação actual e apontaram perspectivas para a acção.

Vejam os que diz a resolução política aprovada na Assembleia: «Apesar de atacadas há 9 anos, existem ainda no concelho 5 das 8 UCPs/Cooperativas iniciais, abrangendo 8 700 hectares e empregando 375 trabalhadores (permanentes e eventuais), pelo que é necessário dar atenção à formação de quadros e dirigentes, melhorar a organização, a gestão e a vida democrática interna, desenvolver a produção, reforçar o trabalho do Secretariado Concelhio, acompanhar melhor a actividade da Cooperativa de Comercialização. É necessário que todos os trabalhadores se integrem melhor na vida das respectivas UCPs, participando mais activamente na vida do colectivo, desenvolvendo mais o espírito de luta e de defesa da Reforma Agrária e a sua ligação às populações. É necessário que os militantes comunistas continuem a dar o máximo contributo à defesa e consolidação da Reforma Agrária, criando e reforçando células do Partido nas UCPs, melhorando a formação ideológica dos quadros do Partido nesta frente, descobrindo, formando e promovendo novos quadros, especialmente jovens.

«As UCPs/Cooperativas continuam a ser, apesar da ofensiva, um dos sectores mais importantes e dinâmicos da vida económica e social do nosso concelho, as que mais potencialidades encerram na agricultura, aquelas que continuam a absorver mais mão-de-obra em relação à área que exploram. Em aldeias como Santa Susana e Freixo, as UCPs representam o centro da sua vida, sendo, aliás, significativo que o desemprego nos campos do nosso concelho tenha vindo a crescer à medida que a Reforma Agrária foi sendo destruída.

A Reforma Agrária pela importância das transformações sociais e económicas que operou, deve merecer do Partido uma atenção especial na sua actividade e no seu trabalho de organização.»

um comunicado onde analisa a situação do ensino na região, concluindo também ela que «as palavras bonitas dos nossos governantes não passam de demagogia e de puras inverdades».

E isto porque duas semanas depois do início oficial das aulas a escola primária do Agro ainda não tinha aberto e porque o mesmo acontecia na nova escola secundária cujas instalações ainda não tinham sido apetrechadas do necessário equipamento para o seu funcionamento.

O exemplo de Estarreja

Também a Comissão Concelhia de Estarreja do PCP lançou

PCP

Passar ao ataque**Um depoimento que vem da Marinha Grande**

«Passar ao ataque não é uma frase solta. É e deve representar uma atitude de todos os comunistas, quer nas empresas onde trabalham, quer nos lugares de residência e de actividade. Só através do reforço da organização do Partido é possível cumprir com êxito mais esta luta», salienta em depoimento prestado ao «Avante!» a Comissão do lugar da Ordem, no concelho da Marinha Grande, organismo que, tal como todo o colectivo do PCP a nível nacional, está ao ataque. «As comissões de lugar», dizem os nossos camaradas da Ordem, têm uma palavra a dizer nesta passagem à ofensiva. Que aqui fica já de seguida:

«É pelas organizações locais, de lugares, que passa grande parte do trabalho do Partido para a resolução dos problemas das populações.

«É nos lugares que se encontram muitas centenas de reformados e mulheres domésticas, as colectividades de recreio onde os comunistas têm um papel importante a desempenhar e outras formas de associação.

«São ainda as comissões nos lugares que levam a propaganda do Partido, que realizam o contacto regular com os militantes, a promoção de sessões de esclarecimento e outras iniciativas.

«O lugar da Ordem, na Marinha Grande, é um exemplo disto.

«Activada durante a campanha eleitoral para as autarquias

locais, tem mantido um funcionamento regular, tomando diversas iniciativas na angariação de fundos, assim como no contacto com os comunistas e a população (porta-a-porta para a Festa do «Avante!», distribuição de propaganda, cobrança de quotas e entrega de cartões).

«Esta Comissão, que começou a funcionar com meia dúzia de camaradas, reúne hoje com 15 a 20 militantes, estando neste momento a preparar uma excursão a Coruche (dia 26 deste mês) para a qual já encheram 4 autocarros (170 pessoas).

«Estes camaradas passaram ao ataque. Não há nenhuma fórmula especial. Há vontade de passar ao ataque. Há distribuição de tarefas pelos seus membros. Há trabalho.

«A comissão de lugar da Ordem está ao ataque».

Joaquim Gomes em Trás-os-Montes

Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP e deputado à Assembleia da República, visitou recentemente a localidade de Fortunho e as minas da Borralha, em Trás-os-Montes.

Em Fortunho, Joaquim Gomes ainda pôde observar nos corpos de vários habitantes as marcas da violenta intervenção da GNR no dia 1 de Outubro, quando a população interrompeu a circulação ferroviária como forma de protestar contra a supressão de comboios e reclamar a melhoria dos serviços da CP.

O deputado e dirigente comunista reafirmou ao povo de Fortunho a posição do PCP, que sempre tem defendido as linhas férreas transmontanas, o mesmo acontecendo com a Comissão Concelhia de Vila Real do Parti-

do que, em comunicado, protesta contra a agressão da GNR que ocorreu quando a população, depois de ter impedido a circulação de um comboio, por causa da supressão de um outro, esperava o Governador Civil e o Presidente da Câmara para que a situação se desbloqueasse.

Já na Borralha, Joaquim Gomes encontrou-se com mineiros e seus familiares, perante os quais se prontificou a denunciar novamente na Assembleia da República a política de destruição a que o Governo votou toda a extracção mineira de Trás-os-Montes e que levou à situação aflitiva em que hoje vivem as famílias que têm como único recurso o trabalho nas minas.

É preocupante a má manutenção e a falta de segurança

das minas da Borralha. Não há madeira para escorar a mina e algumas galerias já desabaram. Não existe alternativa de emprego nem trabalho para os mais novos. Além do mais, as habitações estão a cair e há casos em que os moradores tiveram que deixar as casas onde viviam.

A Direcção da Organização Regional do PCP aponta como direcções do trabalho dos comunistas para prosseguir a defesa dos interesses regionais a denúncia da situação calamitosa a que a política de direita conduz a região, a exigência junto do Governo para que solve os problemas e a continuação da luta por uma política e um Governo que resolvam de facto os problemas de Trás-os-Montes e do País.

A emancipação da mulher no Portugal de Abril: centenas de debates

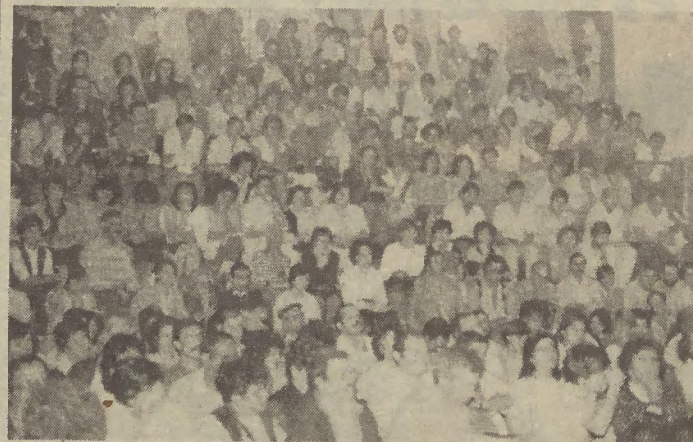
Logo após a distribuição do documento base — que a semana passada aqui apresentámos sucintamente —, as organizações do Partido iniciaram uma intensa actividade, preparatória da Conferência do PCP, de âmbito nacional, sobre a emancipação da mulher no Portugal de Abril. A primeira notícia que nos chegou dessa actividade veio de Lisboa. No último fim-de-semana realizou-se, no Centro de Trabalho de Alfama, um plenário de quadros da Organização Regional de Lisboa do PCP, dedicado à análise do documento base, em

**Um vivo interesse**

A Conferência, cuja convocação foi confirmada pela última reunião do Comité Central do PCP, está a despertar um vivo interesse, e não apenas nas fileiras do Partido — é a primeira vez que um amplo debate nacional se trava sobre os temas propostos, envolvendo milhares de pessoas — homens e mulheres comunistas.

Serão mais de um milhar os delegados que participarão na Conferência e, dados os temas em debate, naturalmente que a maioria deles será constituída por mulheres. Estas são, no Partido, mais de 40 mil.

Mas os debates há pouco iniciados — e pelo exemplo que hoje damos e se circunscreve apenas à região de Lisboa — deixam entrever uma participação massiva dos militantes, por todo o país. Participação que contribuirá para o êxito da Conferência que será, ela própria, «uma importante contribuição para a tomada de consciência de todo o Partido dos problemas existentes, da sua importância, da necessidade de lhes dar atenção e de promover a acção correspondente».



Debate vivo e participado, uma constante no plenário de quadros da organização local de Lisboa, realizado no último sábado no Centro de Trabalho de Alfama. Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do Partido, foi um dos participantes

que participaram mais de trezentos membros de comissões concelhias e de organismos de direcção de sectores profissionais.

A discussão, iniciada com uma intervenção do camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, decorreu com animação, tendo-se registado a intervenção de mais de duas dezenas de participantes. Em debate esteve o processo de emancipação da mulher como parte da luta de libertação dos trabalhadores e dos povos, a

mulher no trabalho, na família, na vida social e política e a necessidade de lutar pela mudança das mentalidades. As organizações das mulheres também foram objecto da discussão dos participantes.

Só no distrito de Lisboa, os debates preparatórios da Conferência já têm marcados mais de 250 reuniões e plenários para análise do documento e eleição de delegados, tendo sido criados vários grupos de estudo para preparação de intervenções sectoriais.

Indústria conserveira pode acabar no Algarve

Os deputados comunistas eleitos pelo Algarve, **Carlos Brito e Margarida Tengarrinha**, ao visitarem três empresas conserveiras do barlavento algarvio constatarem que este sector in-

dustrial, com tantas tradições no sul do país, corre o risco de desaparecer se a profunda crise com que se debate não for debelada a curto prazo.

Num comunicado emitido pela

SIP da Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP, salienta-se que «a decadência e o perigo do completo desaparecimento em que se encontra o sector conserveiro no Algarve é tanto mais grave por ser acompanhado, no momento presente, pela crise que atinge outros sectores industriais na região, como é o caso do corticeiro».

O desaparecimento da actividade industrial na região — que dez anos de política de direita tornaram possível — colocaria o Algarve e a sua população numa ainda maior dependência da actividade turística.

Ora a inegável importância da actividade turística nesta região — que urge defender — não dispensa de forma alguma os apoios necessários ao aproveitamento e desenvolvimento dos outros recursos existentes no Algarve.

Mas o que acontece é exactamente o contrário. Segundo foi apurado pelos dois deputados, que se fizeram acompanhar nesta visita por **Carlos Luís Figueira e Horácio Rufino**, membros do Comité Central do PCP, a indústria conserveira do barlavento algarvio necessita da instalação urgente de uma rede de frio de apoio à produção na região, uma vez que a sua ausência, conjugada com a descapitalização da indústria, faz com que os escândalos se sucedam, nomeadamente o das grandes quantidades de pescado de óptima qualidade para a indústria que hoje estão a ser vendidas a baixo preço a fábricas de farinha de peixe, o que nos levará, daqui a pouco meses, a importar milhares de toneladas de sardinha.

Tudo isto acontece, não só pela inexistência de uma rede de

frio regional — ou, em contrapartida, pela facultação de facilidades de crédito para que cada unidade industrial se possa dotar de uma rede de frio própria — mas também pela falta de medidas claras de articulação entre os sectores pesqueiro e conserveiro, sem as quais a própria frota de pesca de cerco corre o risco de desaparecer.

Além do mais, e uma vez que esta indústria tem mercados externos assegurados graças ao prestígio de que gozam os nossos produtos conserveiros, os acordos com a CEE atingiram brutalmente a indústria do sector pela imposição de fortes restrições nos contingentes a exportar para os países da CEE.

Esta imposição destina-se a proteger os acordos que alguns destes países — nomeadamente a França — mantêm com Marrocos.

Finalmente, «aproveitando-se da profunda crise em que a indústria está mergulhada, e numa clara actividade de economia subterrânea, uma rede de especuladores e intermediários está a dominar os canais de comercialização externa, impondo à indústria condições de produção a troco de financiamentos a curto prazo que se traduzem em escandalosas operações usurárias, constituindo-se assim como as verdadeiras sanguessugas de uma actividade industrial que deveria merecer do Governo outros apoios».

Os deputados comunistas Carlos Brito e Margarida Tengarrinha assumiram o compromisso de fazer eco na Assembleia da República — através de iniciativas que podem envolver acções conjuntas com outros deputados eleitos pela região — das questões por si inventariadas.



• **Deputados comunistas assumem compromisso**

Poder Local

PCP discute trabalho autárquico APU

O muito que se fez dá para fazer muito mais!

Centena e meia de presidentes de Câmara, vereadores e quadros profundamente ligados aos problemas do Poder Local, reuniram-se durante todo o passado sábado no Cine-Plaza da Amadora para discutir o trabalho dos municípios de maioria APU. Tratou-se de uma importante iniciativa do PCP, que, inserindo-se numa forma normal de trabalho na abordagem das questões autárquicas, teve, desta vez, o objectivo de «promover a troca de experiências e a melhoria do nível geral de trabalho dos eleitos do Partido Comunista nas Câmaras e Assembleias Municipais em que tem a maioria». Na conferência de Imprensa realizada num intervalo dos trabalhos, Carlos Costa, membro do Secretariado e da CP do CC do PCP (que estava acompanhado por Luís Sá, membro suplente do CC do PCP, Fernando Cruz, presidente da CM de Montemor-o-Novo, e Graciete Baião, presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal), sublinharia que «chegou o momento de dar um impulso ainda maior ao trabalho dos municípios de maioria APU no domínio cultural, desportivo e de ocupação do tempo livres», uma das conclusões decorrentes da reunião de quadros do PCP, onde se reconheceu existirem condições objectivas para tal impulso, nomeadamente por se terem já verificado grandes avanços no domínio da construção de infra-estruturas, particularmente na área de saneamento básico e da rede viária. É caso para dizer que o muito que se fez, dá para fazer muito mais...

Tais avanços permitiram, aliás, «que a situação nos municípios administrados pela APU seja mais favorável do que nos municípios administrados por outras

forças políticas», fez notar Carlos Costa, que entretanto acrescentou: «É certo que há muito ainda a fazer, quer para comple-

viária já existentes, quer para assegurar uma eficaz manutenção, conservação e exploração. Mas há condições para um aumento muito substancial das actividades socioculturais. Neste aspecto será dada uma atenção particular à juventude, duramente sacrificada pela política de direita dos últimos anos.»

Foram igualmente objecto de grande atenção nesta reunião as formas de fomentar a participação popular na actividade dos municípios e de estreitar a ligação entre os eleitos e as populações. «A dinamização das jornadas de trabalho voluntário, os contactos regulares com as organizações populares, grupos ecologistas, de defesa do património cultural, e de sectores da população, a criação de Conselhos Municipais onde não existem e a dinamização dos que existem, serão alguns dos meios que serão cada vez mais utilizados para assegurar este objectivo.»

O funcionamento democrático das autarquias e as relações entre os vários órgãos ocuparam também os participantes na reunião. Assim, debateram-se as formas de assegurar a colegiali-

dade das Câmaras Municipais, a valorização do papel das assembleias e das respectivas comissões ou grupos de trabalho, a descentralização de competências das Câmaras para as Juntas de Freguesia e das correspondentes verbas e, em geral, as formas de reforçar a eficácia, eficiência e democraticidade da gestão das autarquias.

E Carlos Costa recordou: «Estes aspectos caracterizam, distinguem e são o principal fundamento da reconhecida superioridade da gestão APU nas autarquias.»

Mereceram igualmente grande atenção as relações dos eleitos com os trabalhadores das autarquias e as suas estruturas representativas. A regularidade dos contactos entre eleitos e trabalhadores, a justiça em todas as decisões relativas à política de pessoal, a receptividade às críticas e sugestões, o apoio à formação e valorização profissional dos trabalhadores foram algumas linhas realçadas e debatidas, não já do ponto de vista da sua formulação mas sim da sua efectivação prática.

Concluiu-se também que se registam já grandes avanços na

Silenciamento

A televisão que todos pagamos continua a não ter meios para mandar uma equipa à Amadora. Isto apesar de ter sido convocada por uma das principais forças políticas do País — o PCP — para noticiar a discussão de um trabalho autárquico que abrange 1/3 (um terço) do território nacional feita por 150 (cento e cinquenta) presidentes de Câmara, vereadores e quadros altamente especializados nas questões do Poder Local. Isto duas semanas depois de ter primado escandalosamente pela ausência, no mesmo local, a encontro de semelhante importância promovido pelo Partido Comunista Português.

Já não basta falar de incompetência profissional — e é-o, quando jornalisticamente se ignora num meio de Comunicação Social como a televisão, um acontecimento desta importância: dados os factos e a reincidência em tão curto espaço de tempo, estamos perante uma óbvia e deliberada actuação do silenciamento político da actividade do PCP, por parte dos responsáveis da emissora estatal de televisão.

adopção de métodos modernos de gestão, na reorganização de serviços e na melhoria do atendimento do público, cujos efeitos se farão sentir cada vez mais intensamente.

Como a actividade das autarquias não pode ser vista sem ter em conta o seu enquadramento legal e financeiro, foi reafirmada na reunião a necessidade de retomar e acelerar o processo de descentralização administrativa e financeira, interrompido pelos últimos governos.

Nesse sentido, e como reivindicação imediata urgente, «foi reafirmada a necessidade de o Orçamento de Estado para 1987 inscrever uma verba para os municípios, a título de Fundo de Equilíbrio Financeiro, não inferior a 85 milhões de contos, actualizada tendo em conta a inflação verificada».

Foi considerada de grande importância para a construção do Estado democrático, para a reforma da Administração Pú-

blica e para completar a edificação do Poder Local a rápida instituição das Regiões Administrativas. Será assim criado «um novo nível de exercício do poder, com órgãos eleitos pela população, que será o mais adequado ao exercício mais eficientes e com maior participação popular de um conjunto de atribuições de âmbito regional. A instituição das regiões será um contributo importante para o bem-estar das populações, para a resolução de problemas de natureza supramunicipal e para o desenvolvimento regional». E Carlos Costa concluiu assim este aspecto:

«Tem grande oportunidade o debate que está em curso nas Assembleias Municipais em torno do projecto de Lei Quadro das Regiões Administrativas apresentado pelo PCP. Reafirmamos a nossa proposta de que em 1987 seja finalmente o ano da instituição das Regiões Administrativas em Portugal.»

Não se contentar

Já no final da sua intervenção na conferência de Imprensa, e após referir que «estamos certos de que, com a grande experiência já acumulada na gestão autárquica e com o profundo conhecimento dos problemas regionais, os comunistas estarão em condições de dar uma importante e insubstituível contribuição nos órgãos e na gestão das futuras regiões administrativas», Carlos Costa abordou ainda a questão dos fundos comunitários — matéria, aliás, amplamente referida na importante reunião do PCP sobre o trabalho dos municípios de maioria APU.

«Na reunião foi ainda abordado o problema dos chamados financiamentos comunitários, particularmente do FEDER. Concluiu-se que as verbas são irrisórias, os pagamentos estão a chegar extremamente atrasados, quando chegam, e que este processo tem sido um pretexto para reforçar as ingerências da Administração Central, particularmente das Comissões de Coordenação Regional na actividade das autarquias e a dependência financeira em relação às instâncias supranacionais. Foi salientada a importância da intervenção dos deputados comunistas no Parlamento Europeu, em defesa do desenvolvimento regional e dos interesses nacionais.»

«Em resumo», terminaria Carlos Costa, «foi uma reunião de trabalho que, sem se contentar com a obra já realizada e com a superioridade da gestão da APU, se empenhou em encontrar os caminhos para aperfeiçoar cada vez mais a actividade das autarquias, contribuindo assim para a melhoria das condições de vida materiais e culturais das populações.»

APU no Montijo

«Força suficiente para empunhar a bandeira»

O 7.º Encontro Concelhio do Montijo da APU vai realizar-se no próximo sábado, a partir das 15 horas, nas instalações da «Montiagri», naquela cidade. O seu lema será: «Pela Vitória da APU nas Freguesias», tendo em vista as eleições de 14. de Dezembro para as Assembleias de Freguesia do Montijo, Atalaia, Alto-Estanqueiro-Jardia, Canha e Pegões.

A APU é, aliás, a única força que concorre a todos os órgãos em disputa, já que o arranjo PS/PSD levou a que o PS concorra nas Freguesias do Montijo, Atalaia e Canha e em contrapartida o PSD em Pegões e Alto-Estanqueiro-Jardia — em todos os casos contando com a convergência de votos.

No Montijo, como assinala a APU local, «ainda aparece a UDP, com o manifesto propósito de dividir os votos dos democratas menos acautelados. No Alto-Estanqueiro-Jardia, surge uma lista de cidadãos eleitores, claramente conotados com o PS.»

Entretanto a APU desde há semanas que promove uma grande acção de propaganda, designadamente com a difusão das suas listas e objectivos eleitorais, «podendo-se afirmar sem sombra de dúvida que a perspectiva é a de um crescendo da sua campanha, no qual o encontro de sábado, que contará com a presença do camarada Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, representará um momento importante», sublinha a APU do Montijo, que prossegue:

«No seu geral as listas da

APU são compostas por cerca de 50% de democratas não filiados no PCP, entre os quais três membros do partido «Os Verdes» na lista do Montijo. Pela sua posição nas listas, está assegurada a eleição de um número significativo de mulheres e jovens.»

São os seguintes, os cabeças de lista da APU:

Antero Brotas, enfermeiro, de 64 anos, no Montijo; Abílio Fernandes, padeiro de 53 anos, na Atalaia; Anacleto Godinho, vendedor, de 37 anos, no Alto-Estanqueiro-Jardia; Custódio Salgado, canalizador, de 33 anos, em Canha; João António Chambel Simões, encarregado geral, de 49 anos, em Pegões.

PCP põe pontos nos ii

Vem a propósito citar algumas passagens — esclarecedoras da situação autárquica e do quadro social em que irão decorrer as próximas eleições locais no Montijo — de um documento recentemente difundido pela Comissão Concelhio do PCP do Montijo. Que diz o seguinte:

«Tal acto eleitoral, em consequência da criação de três novas

freguesias, é mais um passo importante para a consolidação do Poder Local Democrático nascido de Abril, uma vez que para além de corresponder às aspirações, direitos e interesses do Povo, consubstancia uma cada vez maior descentralização do Poder Local, a consequente melhoria das condições de vida das populações e a resolução dos problemas locais.

«Ao mesmo tempo, as eleições autárquicas de 14 de Dezembro inserem-se na luta mais vasta dos trabalhadores e de largas camadas da população em defesa do 25 de Abril e das suas conquistas.

«No concelho do Montijo e segundo dados oficiais, o número de desempregados aumenta dia-a-dia, a caminho dos 4 mil. As mulheres e os jovens estão entre os mais atingidos por este flagelo, enquanto se mantém vivo o drama dos salários em atraso. Cresce o número de empresas falidas e em vias de inviabilização (casos da Tofal e Mundet); aumenta a repressão e a perseguição aos trabalhadores mais activos na defesa dos seus direitos (Gameiro e Sopac), alastra a contratação a prazo, à tarefa ou à hora, sendo inquietante o grau de superexploração da mão-de-obra feminina e infantil.

«Aos agricultores do concelho, em particular aos de Santo Isidro e de Canha, não foram ainda concedidos quaisquer sub-

sídios ou compensações pelos graves prejuízos que sofreram com as geadas de Abril último, nem os mesmos viram qualquer benefício da adesão de Portugal à CEE (tal como o PCP previra e prevenira). Mas já na inauguração da Feira do Porco (uma fela a esquecer), ficámos a saber pela boca do ministro dos latifundiários, Álvaro Barreto, que a razão pela qual descem os preços agrícolas quando pagos ao produtor sobem quando pagos pelo consumidor está na falta de «transparência» (sic) neste circuito — apenas faltando acrescentar que sendo o seu partido, o PSD, o partido que mais anos tem de governo, os negócios escuros são com efeito o seu apanágio e uma prática que procura impor ao País. Na linha desta falta de princípios, assiste-se à tentativa de reprivatizar a EPAC, que no Montijo tem importantes silos e instalações de grande incidência económica na região.

«Em 4 de Setembro corrente, contrariando ilegalmente um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, o MAPA e os seus serviços procederam à entrega de três reservas na Cooperativa do Futuro, inviabilizando a sua existência. A aplicação da Lei da Rede Nacional de Abate conduziu já ao desemprego cerca de uma centena de trabalhadores, só no concelho de Montijo.

«Na Câmara Municipal de Montijo, quer em termos de com-

portamento político, quer em termos de gestão, o agrupamento PS/PSD usa e abusa do sectarismo e do arbítrio, instaurando um clima de suspeição.

«A Comissão Concelhia analisou o andamento do processo conducente às eleições autárquicas de 14 de Dezembro. Uma vez mais, a APU concorrerá a todos os órgãos autárquicos em disputa. As suas listas integrarão, como sempre, prestigiados comunistas e outros democratas na base do acordo do PCP com o MDP/CDE, verificando-se este ano, na freguesia de Montijo, a inclusão de candidatos do Partido «Os Verdes», o que a Comissão Concelhia regista com muita satisfação.

«Num outro sentido, a Comissão Concelhia de Montijo do PCP alerta para os demagógicos esforços do agrupamento PS/PSD, ao procurar, no pouco tempo que medeia até 14 de Dezembro, simular uma grande capacidade de intervenção na vida do município. É de esperar, pela prática a que ambos nos habituaram nos governos, que o que agora dão com uma mão logo procurarão retirar com a outra.

«As calúnias contra a gestão da APU em anteriores mandatos são o mais seguro indicio de que o PS e o PSD temem um fracasso eleitoral, já que não esquecem a razão pela qual, em 1979 e 1982, os montijenses preferiram a gestão APU à gestão do PS.»

Poder Local**Cova da Piedade e Laranjeiro, em Almada****A confiança dos cabeças de lista**

Cova da Piedade e Laranjeiro são duas das oito Freguesias do Concelho de Almada que no próximo dia 2 de Novembro irão eleger novos órgãos autárquicos. A APU — como se pode verificar consultando a «Agenda» desta edição — mantém um nível de actividade político-eleitoral nas zonas respectivas, sem paralelo com qualquer outra força concorrente, o que só por si fala da implantação, prestígio e operatividade da Aliança Povo Unido no Concelho de Almada. Apresentamos os depoimentos dos cabeças de lista às duas Freguesias acima citadas — Cova da Piedade e Laranjeiro — recolhidas pelo jornalista Gabriel Raimundo, ele próprio candidato nestas eleições e que, como tal, prestou já colaboração ao nosso jornal num texto da sua autoria publicado em anterior edição, sobre estas eleições.

António Belo, actual presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade e actual cabeça de lista para a nova Assembleia de Freguesia, tem 44 anos e é contabilista de profissão. Após referir que «numa mirada atenta pelas colectividades e centros de convívio da Freguesia se descobrem pessoas originárias de todos os Concelhos do País» (ele próprio nasceu em Vila Velha de Ródão), considera que é digno de registo o entendimento cordial gerado entre esses migrantes internos, coisa não tão usual como isso:

«Tudo faremos para reforçar essa unidade — afirma o eleito da APU. — Todos nós já nos sentimos fundamentalmente **pie-denses**, até porque, como afiança o povo, nós somos da terra onde nascem os nossos filhos». E formulou um desejo muito especial: «Que as colectividades da nossa freguesia continuem as relações de amizade e colaboração que têm mantido com a autarquia, esperando que, cada vez mais, estes laços de interligação se concretizem».

«Como tarefas imediatas à nova autarquia», enumerou o

candidato que encima a lista da APU, «em primeiro lugar vem a resolução do saneamento básico na **baixa** da Cova da Piedade, local onde desaguam os sistemas de esgotos de grande parte da área urbana do concelho, em direcção ao Tejo, o que provoca as cíclicas cheias da Cova da Piedade, hoje em dia já bastante atenuadas com as obras efectuadas pela Câmara Municipal. A solução do problema passa pela feitura de uma central de bombagem, que levará todos os esgotos e águas, por túnel, até à zona do Cristo-Rei, onde será implantada uma estação de tratamentos de esgotos, os quais por sua vez serão lançados no Tejo, a uma profundidade de 80 metros».

Novas Freguesias mais empenhamento

Diamantino Silva, 45 anos, empregado de escritório, natural de Relíquias, Odemira, e há 17 anos residente no Laranjeiro, é o cabeça de lista da APU a esta nova Freguesia. Que diz: «A confiança da população na APU é um incentivo à continuação do

nosso trabalho. Aqui, no Laranjeiro, temos tido a maioria absoluta. A população conhece o trabalho da APU e sabe que as dificuldades que tem tido aqui, na resolução de alguns problemas, não derivam da falta de capacidade dos seus eleitos, mas são devidos ao não cumprimento, por parte do Governo, da Lei das Finanças Locais.»

O empenhamento dos candidatos da APU irá aplicar-se na superação de lacunas ainda existentes, entre as quais «os espaços tratados, quer com a plantação de árvores, que com o embelezamento de praças, de par com a construção de parques infantis. Há perspectiva da construção de um parque de jogos e de um pavilhão gimnodesportivo no Laranjeiro». Isto juntamente com o apoio dado às iniciativas da população de mãos dadas com as suas Comissões de Moradores e autarquia, como ocorreu no Bairro Bento Gonçalves, designadamente aquando da edificação de um campo de jogos.

A continuação da remodelação da rede de distribuição de água e arranjos de algumas praças e ruas do Feijó está também nos planos mais prementes dos eleitos da APU.

Nenhum dos quebra-cabeças dos moradores englobados na nova freguesia do Laranjeiro escapa no programa de acção que os membros da APU ali se propõem aplicar.

«Com a criação de novas freguesias e, neste caso da do Laranjeiro — salienta Diamantino Silva —, há o empenhamento de mais pessoas e uma maior possibilidade na resolução dos problemas das populações.»

Terra**Governo soma ilegalidades****Intensa luta em defesa da Reforma Agrária**

Inserida numa acção de luta contra as liberdades do Governo e contra a usurpação de terras que continua a ser efectuada sob os mais diversos pretextos, os trabalhadores da Reforma Agrária efectuem amanhã uma paralisação de 24 horas, com concentrações nas principais cidades e vilas da zona de intervenção, locais onde distribuirão um documento onde se denuncia a ofensiva governamental.

Tomada no decorrer de uma reunião recentemente realizada em Évora, já noticiada pelo «Avante!», esta decisão das estruturas representativas da Reforma Agrária justifica-se pelo facto de só no corrente mês de Outubro terem sido roubados mais de cinco mil hectares de terras a 14 UCPs/Cooperativas, sendo entretanto já conhecidos outros despachos definitivos do ministro Álvaro Barreto, num total de mais de seis mil hectares, prontos para serem executados.

Para além destes despachos, com os quais o Governo pretende entregar, aos agrários terras e bens, proceder a novas espoliações e nomear gestores do ministério para áreas expropriadas na posse das UCPs/Cooperativas, está na mira do Executivo de Cavaco Silva — como salientou Lino de Carvalho em recente conferência de imprensa realizada em Lisboa por diversas organizações da Reforma Agrária — a execução de 60 novos processos que totalizam 25 mil hectares e que, a irem por diante, afectarão 82 UCPs/Cooperativas e cerca de três mil postos de trabalho.

Mas o mais grave — como foi sublinhado no decorrer do encontro com os jornalistas a que estiveram presentes representantes dos secretariados e uniões das UCPs/Cooperativas e dos sindicatos dos cinco distritos da Reforma Agrária — é que o Governo intensifica o processo de destruição da Reforma Agrária e aprofunda «as ilegalidades que rodeiam os processos» — ilegalidades idênticas às que estão a ser investigadas no âmbito da Comissão Eventual de Inquérito da Assembleia da República — e agrava a sua «política de desrespeito e confrontação com os órgãos de poder judicial e as decisões dos tribunais».

Fundamentando as suas afirmações, os representantes da Reforma Agrária denunciaram dois casos recentes, elucidativos da actuação do ministro Álvaro Barreto. Um deles, relaciona-se com o

despacho do ministro para entrega de uma reserva a um agrário espanhol, Luis Gonzalez del Cerro, cujo prazo de requisição havia caducado, tal como o Supremo Tribunal Administrativo (STA) veio posteriormente a confirmar. O próprio ministro, nas alegações para o STA, com concordância com o acórdão, entendendo que «deve ser negado provimento ao recurso» do agrário, opinião que modifica radicalmente quatro meses depois, mandando entregar a referida reserva em 3 de Outubro último.

O outro caso — assumindo foros de maior escândalo — refere-se à sonegação de uma conclusão de uma parecer da Procuradoria-Geral da República. Votado por unanimidade pelos nove magistrados que compõem este órgão, o parecer — pedido pelo próprio ministro com carácter de urgência — refere-se aos acórdãos do STA, tendo sido sonegada uma das conclusões, a última, a qual reafirma, em síntese, «que as decisões da suspensão do Supremo Tribunal Administrativo são de cumprimento imediato», conforme salienta o documento distribuído na conferência de imprensa.

A par destas denúncias, a Reforma Agrária acusa ainda o Governo proceder ao roubo de terras a pequenos agricultores — terras que antes da ofensiva foram já pertença de unidades de produção — e de estar a intensificar o bloqueio financeiro às UCPs/Cooperativas ao mesmo tempo que se recusa a pagar-lhes as dívidas do Estado relativas a dinheiros de cortiça e indemnizações por benfeitorias e frutos pendentes, valores que hoje ascendem já a mais de 30 milhões de contos.

No decorrer do encontro com a imprensa, a realização na sede da CGTP-IN, em Lisboa, no qual participou um dirigente da Central, Mário Silva, da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul, advertiu o Governo de que os trabalhadores estão dispostos a reforçar as suas acções em defesa da Reforma Agrária e de que esta é uma importante batalha para «não perder».

As estruturas e organizações representativas da Reforma Agrária voltarão a reunir no próximo dia 29 para proceder a um balanço e deliberar sobre futuras acções de luta, entre as quais não é de excluir uma deslocação massiva a Lisboa dos trabalhadores da Reforma Agrária.

Internacional**Saudação ao PC da Grécia**

Por ocasião das recentes eleições autárquicas na Grécia, o Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista da Grécia o seguinte telegrama:

«Enviamo-vos as nossas calorosas felicitações pelo importante sucesso do Partido Comunista da Grécia nas eleições municipais. Esse sucesso confirma o grande prestígio e o papel funda-

mental do PCG na defesa dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras e na luta do povo grego pela democracia, a independência nacional, e o progresso social e a paz.»

Até a água pede regionalização!

Num «painel» organizado pela Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, no Laboratório de Engenharia Civil em Lisboa, no passado dia 15, e subordinado ao tema «A Política de Água para Portugal», esteve representada a generalidade dos partidos com assento parlamentar, tendo todas as representações presentes usado da palavra. Destacamos algumas passagens da intervenção do PCP, proferida pelo camarada **Rui Godinho**, engenheiro químico e sanitário, assistente de engenharia sanitária na Universidade Nova de Lisboa e também vereador da APU na Câmara Municipal de Lisboa.

A política nacional de água para Portugal — referiu Rui Godinho — terá que ser definida e aplicada por forma a servir inequivocamente a colectividade e os cidadãos que vivem e trabalham neste País. A água terá, assim, que ser considerada como um indiscutível factor do desenvolvimento económico-social e do bem-estar das populações.

Após apontar as razões da inexistência, até ao momento, de uma verdadeira política de águas em Portugal, o orador acentuou

que uma política de gestão global e integrada dos recursos hídricos tem que assentar em termos de planeamento e gestão numa unidade geográfica de âmbito regional, constituída pela bacia hidrográfica. Sublinhou, entretanto, que a necessidade do estabelecimento das administrações da bacia hidrográfica como elemento importante de uma política de águas e de regionalização, em nada bule — antes acentua — na necessidade de se avançar com as regiões administrativas. De facto as adminis-

trações da bacia hidrográfica, enquanto órgãos de administração de água, não entram em contradição com as regiões administrativas, antes com elas estabelecem adequada articulação.

Além disso é condição indispensável para o sucesso de uma política de águas em Portugal, a participação das populações nas acções de planeamento e gestão.

Finalmente foi referido ser instrumento indispensável de uma política nacional de água a elaboração de um plano nacional de recursos hídricos que contemple, sob o ponto de vista da quantidade e da qualidade, a definição dos procedimentos para a escolha de políticas, propostas e projectos que permitam uma utilização optimizada da água a bem dos cidadãos a nível nacional e regional e estabeleça uma clara orientação no que toca à utilização e à qualidade das águas das bacias luso-espanholas.

Encontro PCP-PS Yemenita

No dia 17 de Outubro, o Embaixador da República Democrática e Popular do Yemen, em Roma, AM Khaled, foi recebido na sede central do Partido Comunista Português por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que se encontrava acompanhado por Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional.

AM Khaled deu uma informação sobre a situação na RDPY e

a actividade do Partido Socialista Yemenita com vista à consolidação da revolução yemenita. Recebeu por seu lado uma informação sobre a actual situação política portuguesa e a acção do PCP em defesa do regime democrático e a confirmação da solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta do PSY e o povo yemenita.

Foram trocadas opiniões so-

bre importantes aspectos da situação internacional, designadamente no Próximo Oriente e da luta dos povos árabes em geral.

Durante o encontro que decorreu num ambiente de cordialidade, foi confirmada a vontade do PCP e do PSY do desenvolvimento das relações de amizade e recíproca solidariedade fraterna existentes entre os dois Partidos.

Internacional

Juventude chilena apela à solidariedade

No próximo dia 29 realizar-se-á na América Latina uma jornada continental de solidariedade para com o povo e a juventude do Chile. Na complexa situação que se vive naquele país, onde por todas as formas a ditadura de Pinochet procura liquidar a revolta popular, a solidariedade internacional assume a maior importância. O respeito pelos direitos humanos, a libertação dos presos políticos, o fim da ditadura são exigências que deverão fazer-se ouvir em todo o mundo.

Esse é de resto o apelo da Juventude Comunista do Chile, que em recente comunicado "exorta as organizações democráticas juvenis a apoiar a campanha contra a ditadura no Chile, quer através do envio de cartas e telegramas para as Nações Unidas, governos e às próprias autoridades do regime de Pinochet, quer através de outras acções de solidariedade.

Sublinhando o elevado nível atingido pela luta de massas durante o mês de Setembro, aquele comunicado faz notar que a única resposta das autoridades fascistas é a da repressão mais brutal: **perseguem-se, prendem-se, torturam-se e assassinam-se os que se batem pela democracia, proíbe-se violentamente a circulação dos meios de comunicação democráticos, impõe-se uma política de terror contra o povo e a tudo o que seja oposição ao regime, implanta-se o estado de sítio.**

Se os comunistas são o alvo principal de Pinochet, ninguém está no entanto a salvo da repressão. Os estudantes podem bem testemunhá-lo.

Bastião de combate e unidade contra a ditadura, o movimento estudantil tem sido um dos mais golpeados pelo fascismo; os dirigentes do Conselho Nacional das Federações Estudantis do Chile são perseguidos, sendo muitos os dirigentes estudantis que se encontram encarcerados. Entre eles destaca-se Omar

Jara, presidente da Federação de Estudantes da Universidade de Playa Ancha; Rene Lues, presidente da Federação de estudantes da Universidade Católica de Valparaíso; Enrique Paris, vice-presidente da Federação de Estudantes da Universidade Católica do Chile e Luis Ibache, presidente da Federação de Estudantes da Universidade de Valparaíso.

Como se salienta no comunicado da Juventude Comunista, apesar de tentar impor-se pelo terror o regime não consegue impedir o ascenso das lutas populares. **Este é o momento, afirma-se, em que as forças democráticas chilenas devem centrar os seus esforços para superar as medidas repressivas do regime, ultrapassar o estado de sítio e abrir caminho a novas e superiores mobilizações sociais que tenham como exigência a renúncia do ditador e a democracia agora.**

A solidariedade internacional que tanto tem estimulado a luta do povo chileno é uma arma que nas presentes circunstâncias não pode faltar. Os patriotas chilenos contam com ela.

Encontro PCP-PC da Áustria

A convite do Comité Central do Partido Comunista da Áustria, deslocou-se à Áustria, de 19 a 21 de Outubro, Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, acompanhado por Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

Álvaro Cunhal teve conversações no CC do PCA com uma delegação do PCA composta por Fraz Muhri, presidente do Partido, Erwin Scharf e Otto Podolsky, membros do Bureau Político, e Johann Steiner, membro do CC.

Durante as conversações foram trocadas informações sobre a situação política nos respectivos países, a actividade dos dois partidos, a situação internacional e o movimento comunista e operário internacional.

Álvaro Cunhal informou o PCA sobre a luta dos comunistas portugueses em defesa das conquistas da Revolução de Abril de 1974, pela demissão do actual governo minoritário do PSD, cuja política visando a restauração dos monopólios e latifúndios, agrava as condições de vida do povo português e põe em perigo a independência nacional. Álvaro Cunhal informou ainda sobre o desenvolvimento da luta popular de massas e os esforços realizados no sentido de se encontrar uma alternativa democrática, na base da actual maioria dos partidos democráticos existente na Assembleia da República.

Álvaro Cunhal pôs em relevo as lutas travadas contra a política do actual governo. Informou também sobre os resultados catastróficos da integração de Portugal na CEE.

A delegação do PCA informou designadamente sobre a luta do PCA para uma contribuição activa da Áustria ao combate mundial pelo desanuviamento internacional, o desarmamento e a paz, pela defesa e alargamento das conquistas democráticas, pelo direito ao trabalho e por uma defesa eficaz do ambiente

em detrimento dos lucros.

Álvaro Cunhal expressou a solidariedade dos comunistas portugueses à luta do PCA por transformações antimonopolistas, pela unidade das forças de esquerda e em defesa da paz.

A delegação do PCA retribuiu cordialmente a solidariedade dos comunistas portugueses e exprimiu a solidariedade dos comunistas austríacos à justa luta do PCP.

Abordando a situação internacional, responsabilizaram o imperialismo e, em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, pelo agravamento da situação internacional.

A este respeito foram valorizadas as propostas de paz da URSS e de outros países socialistas, designadamente a proposta de liquidar todas as armas nucleares até ao início do próximo século, assim como a de impedir a militarização do cosmos. Sublinharam o alto significado das propostas da URSS feitas por Mikail Gorbachov no recente encontro com Reagan em Reykjavik confirmando aos olhos de todo o mundo os propósitos de paz da URSS e a insistência de uma política de guerra por parte do imperialismo norte-americano.

No decurso das conversações

foi considerada da maior importância a troca de opiniões sobre a actividade de cada partido, sobretudo na luta pela paz e o progresso social, à escala regional e mundial. Uma maior cooperação entre os partidos comunistas, e a intensificação da solidariedade e da cooperação entre as grandes forças do progresso social foi considerada como tarefa de grande actualidade.

Na troca de opiniões foi ainda manifestada a solidariedade aos povos em luta pela sua libertação ou vítimas de agressões imperialistas nomeadamente, aos povos sul-africano, angolano, moçambicano, namibiano, palestino, nicaraguense, salvadoreño e chileno, entre outros.

A visita de Álvaro Cunhal permitiu um melhor conhecimento da actividade dos comunistas austríacos e contribuiu para o reforço das relações de amizade e solidariedade entre os dois partidos.

Durante a visita foi manifestada a vontade de continuar a agir para reforçar os laços de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PCA na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Outubro 1986

Parlamento Europeu contra visita de Savimbi

À hora do fecho da nossa edição desconheciam-se ainda quais as consequências da visita que o ex-colaborador da PIDE e chefe da Unita, Jonas Savimbi, tinha agendada para ontem ao Parlamento Europeu, onde se deslocava a convite do grupo das direitas europeias. Mas as reacções de indignação que a precederam, acrescidas do debate sobre as sanções que a CEE decidiu aplicar à África do Sul, que constava igualmente da ordem de trabalhos de ontem, permitem desde já concluir que a sessão terá sido animada e, sob muitos pontos de vista, esclarecedora.

O anúncio do convite feito a Savimbi, subscrito por dois deputados do partido de Cavaco Silva, suscitou uma onda de protestos no Parlamento Europeu, em particular dos grupos socialista e comunista, que fizeram sentir junto do respectivo presidente a necessidade daquela estrutura da CEE não ser minimamente comprometida com tão insultante visita.

O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, protestou igualmente contra a presença de Savimbi em carta enviada ao Parlamento.

Como se afirma num comunicado divulgado a propósito pelo grupo comunista, incluindo os deputados do PCP, semelhante visita é tanto mais ofensiva quanto é certo que em várias tomadas de posição o Parlamento condenou as acções de desestabilização na África Austral por movimentos terroristas tais como a Unita. Acolher um tal personagem nos locais do Parlamento Europeu — sublinha o documento — Iria contra todas as tomadas de posições anteriores da Assembleia Europeia e seria também violar o espírito e a letra da

Convenção de Lomé III assinada pelas instituições europeias e os Estados ACP, incluindo Angola.

Para que os parlamentares pudessem formar um juízo abalizado sobre o personagem que a direita «se sente honrada em receber» (sic) o grupo comunista fez ainda distribuir um conjunto de documentação sobre o passado de Savimbi e as actividades da Unita.

Por outro lado, numa iniciativa conjunta de socialistas e comunistas, foi posto a circular um documento de protesto pela presença de Savimbi, que recolheu de imediato um significativo número de assinaturas. Entre outras coisas, o documento faz notar o facto da Unita ser responsável pela prática de vários actos terroristas que têm vitimado diversos cidadãos de países membros da CEE. Um argumento de peso que deveria bastar para tornar comedidos os parlamentares de direita que tão preocupados se afirmam com a vaga de terrorismo que afecta a Europa...

Acresce que Savimbi viaja com passaporte sul-africano, forma implícita de reconhecimento

do apoio que recebe da África do Sul. Mais explícito é o seu posicionamento político a partir do momento em que aceita o convite do fascista francês Le Pen, deputado da «Frente Nacional». Como explícita fica a posição dos deputados do PSD e do próprio governo de Cavaco Silva que até à data, como de costume, não se pronunciou sobre o assunto.

Se a visita de Savimbi ao Parlamento Europeu constitui um escândalo político que deixa embaraços os «democratas» do velho continente, tem pelo menos a vantagem de tornar claro perante a opinião pública a demagogia dos que dizem pretender combater o terrorismo ao mesmo tempo que apadrinham os terroristas.

Em depoimento prestado à Angop, o camarada Albano Nunes, membro do CC do PCP e responsável da Secção Internacional, tornou pública a firme oposição do PCP à visita de Jonas Savimbi ao Parlamento Europeu que considerou, **sem margem para quaisquer dúvidas, um acto de aberta hostilidade para com a República Popular de Angola.**

Tal visita, afirmou, **insere-se numa campanha de vastas proporções orquestrada pela administração Reagan e pela reacção internacional visando promover e dar credibilidade aos bandos da Unita que, semeando a morte e a destruição na RPA, procuram por todos os meios desestabilizar e liquidar o seu regime progressista. Insere-se ainda nas tentativas do imperialismo para impedir a independência da Namíbia e a derrocada do odioso regime do «apartheid».**

Não podemos deixar de denunciar — sublinhou ainda — o facto de que deputados portugueses do PSD no PE se encontrem entre aqueles que promovem esta operação de propaganda antiangolana e pró-imperialista, o que aliás não surpreende, conhecidas como são a impunidade, a cobertura e o apoio dispensados pelo actual governo às actividades da Unita em Portugal e até ligações pessoais de destacados dirigentes do PSD com Savimbi.

Faleceu o camarada Dominique Urbany

O Secretariado do CC do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista Luxemburguês, por ocasião do falecimento do camarada Dominique Urbany, o seguinte telegrama que transcrevemos na íntegra:

Queridos camaradas

Ao tomar conhecimento do falecimento do camarada Dominique Urbany, presidente honorário do PCL, destacado resistente antifascista e militante prestigiado do movimento operário e comunista internacional, o Comité Central do Partido Comunista Português manifesta ao CC do PCL e ao camarada René Urbany, presidente do PCL, os sentimentos de profundo pesar e de fraterna solidariedade dos comunistas portugueses. O secretariado do CC do PCP

Congresso mundial da paz em Copenhague

Decorreu na passada semana em Copenhague, com a presença de perto de três mil delegados em representação de mais de uma centena de países entre

os quais Portugal, o Congresso Mundial consagrado ao Ano Internacional da Paz. «Possibilitar a participação de todos na busca do entendimento e da linguagem da Paz», foi o grande objectivo deste encontro, facto aliás, sublinhado na mensagem que o secretário-geral da ONU Perez de Cuellar enviou ao Congresso.

Entre os dias 15 e 19, os três mil delegados a este Fórum Mundial discutiram as questões mais candentes da situação internacional, convergindo na ideia da necessidade de intensificar ao máximo os esforços na luta pela Paz e o desarmamento. A conjuntura em que se realizou, marcado a um tempo pela assinatura dos acordos de Estocolmo e pelo insucesso da cimeira de Reykjavik realça ainda mais o significado de tal acordo.

A forma serena e aberta em que decorreu o Congresso, imagem da «linguagem da Paz» de que falava Cuellar não foi sequer perturbada pelas provocações de

grupos neofascistas imediatamente ampliadas pela imprensa ocidental que, ao invés, se mostrou avara na divulgação do que de importante se passou nesta reunião.

Embora o Congresso não tenha aprovado formalmente um documento de conclusões, todas as delegações presentes foram unânimes no repúdio da atitude irresponsável dos EUA ao pretenderem avançar com o programa da «guerra das estrelas». Isso mesmo foi afirmado por Arden Cummings da delegação norte-americana que considerou que tal programa não conta com o apoio da maioria do povo americano.

No Congresso Mundial da Paz participou uma delegação portuguesa que teve papel activo e de relevo nos trabalhos e à frente da qual se encontrava o Marechal Costa Gomes.

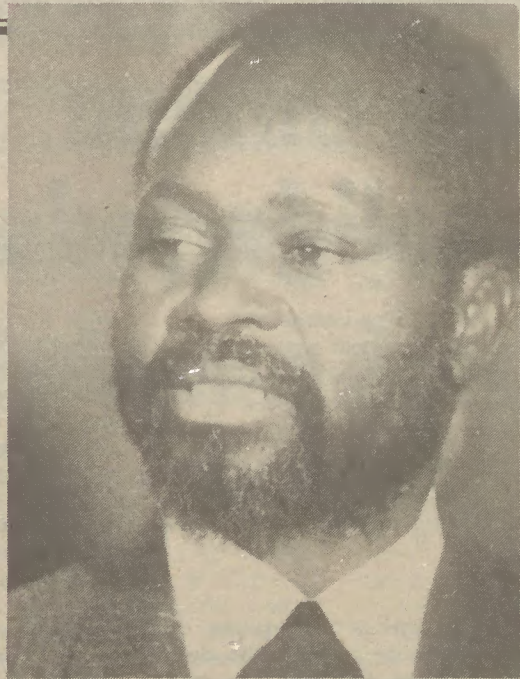
Em próxima edição e devido à grande importância e significado deste Congresso, voltaremos a este acontecimento.

Internacional

Morreu Samora Machel

Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, morreu no passado domingo vítima de um acidente de aviação, quando o avião em que se deslocava se despenhou na localidade sul-africana de Kanguane. Desconhecem-se ainda as causas do acidente, bem como as razões que terão levado ao desvio da rota Beira-Maputo, entrando em território da África do Sul. O avião regressava de Lusaka, onde Samora Machel participara numa reunião com os presidentes de Angola, Zâmbia e Zaire sobre a situação na África Austral e em particular em Moçambique, que está a ser alvo de nova campanha de agressão dirigida pelo regime de *apartheid*.

Para além do Presidente de Moçambique morreram ainda mais trinta e dois passageiros que com ele viajavam, tendo sido oficialmente confirmada a morte de Luís Alcântara Santos, ministro dos Transportes e Comunicações; José Carlos Lobo, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros; Fernando Honwana, assessor da presidência; Murad Ali Mamadussen, secretário do Presidente da República; Gula-



Os laços de amizade e cooperação existentes de longa data entre o PCP e a Frelimo foram reafirmados pelos camaradas Alvaro Cunhal e Samora Machel aquando da visita oficial deste último a Portugal, em 1983. O seu desaparecimento é profundamente sentido pelos comunistas e por todos os democratas portugueses

mo Khan, assessor de imprensa da presidência e jornalista da Agência de Informação Moçambicana; Cângela de Mendonça, chefe de protocolo; Aquino de Bragança, director do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Maputo; Ivete Ramos, secretária do presidente; Fernando João, funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros; o embaixador da Zâmbia em Maputo; major Daniel Maquina-se, fotógrafo da presidência; dois médicos pessoais de Samora Machel, de nacionalidade cubana e quatro soviéticos da tripulação do avião.

As últimas informações dizem haver dez sobreviventes do desastre.

Às manifestações de pesar que o trágico acontecimento sus-

citou de imediato por todo o mundo, sucedem-se agora as dúvidas e interrogações sobre as suas causas. A possibilidade de crime não está posta de parte, tendo sido publicamente admitida pela Rádio Vaticano, o Congresso Nacional Africano (ANC) e a Frente Democrática Unida (UDF) da África do Sul, entre outros. Traço comum a estas posições é a estranha coincidência do acidente se ter registado apenas uma semana depois de o director da Agência Moçambicana de Informação dar como provável a eliminação física de Samora Machel por militares sul-africanos.

Em Moçambique, onde reina a dor e a consternação, a situação é no entanto calma. Em Moçambique, como Samora Machel sempre costumava dizer, sabe-se que a luta continua.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

«No Hospital de Santa Maria os médicos ameaçaram recorrer à greve para defenderem uma conquista da greve de Fevereiro: o pagamento das horas extraordinárias decretado em Abril. Cerca de 80 médicos concentraram-se no gabinete do director. Em seguida realizaram uma Assembleia com cerca de 120. A direcção-geral do Hospital cede imediatamente.

«Dias depois, concentração geral. Além de mais de 50 médicos, comparecem criadas, na sua maioria serventes e electricistas, num total de cerca de 350 pessoas.

«Nos Hospitais Cívicos de Lisboa cerca de 200 serventes e criadas, por não receberem horas extraordinárias quando trabalham das 0 às 8 horas, fazem uma reunião e decidem não trabalhar. Nesse mesmo dia os serventes e criadas do Banco do Hospital de S. José NÃO TRABALHARAM.

«No Hospital de Santa Maria a PIDE-DGS fez a sua aparição.

«Mas a luta continuará. Foi graças à movimentação dos primeiros meses deste ano que os auxiliares e todos os profissionais ligados à saúde vão receber com efeito retroactivo a partir de 1 de Março mais 50\$00 por cada período de serviço das 0 às 8 horas, assim como 100% sobre as horas extraordinárias na falta de algum colega.»

(«De novo em luta nos hospitais» — «Avante!», VI série, n.º 421, Outubro de 1970)

Avante!
Órgão Central do Partido Comunista Português

«JÁ HÁ AÇÚCAR. O racionamento continua. Os géneros de primeira necessidade, à tabela, continuam a faltar ou aparecendo alguns, em muitos pontos do país, tarde e a más horas. Mas o governo, para adoçar a boca do povo, dá-lhe açúcar com mais abundância, não a 4\$80, mas a 11\$80. Que boa maneira de legalizar o aumento do preço do açúcar! E dizia o sr. Ministro, quando das greves dos operários das Construções e Reparações Navais: «Não estamos dispostos a consentir alterações de preços que não tendam à baixa do custo geral de vida»!!!»

(...)

«PROTECÇÃO AO LAR. O sr. delegado do INT do Porto é de opinião que as mulheres devem ser retiradas das fábricas e oficinas, como medida de protecção ao lar. Pretende mesmo aconselhar o patronato a não admitir novas operárias e a ir substituindo lentamente as que tem ao serviço por homens, para «se evitar o triste espectáculo de crianças a vaguear pelas ruas durante o dia enquanto as mães trabalham».

(...)

«A QUEM AUMENTA O SALAZARISMO OS SALÁRIOS. Enquanto os trabalhadores são presos, espancados e mandados para o Tarrafal por pedirem aumento nos seus salários de fome, o salazarismo vai aumentando os vencimentos ao alto funcionalismo.

«Em 1945 dezassete funcionários tinham vencimentos superiores a 609 contos anuais; 355 funcionários ganhavam 67 493 contos! (média de 190 100\$00).

«E o número de funcionários com enormes ordenados tem aumentado, bem como os ordenados.»

(...)

(«Notas e comentários» — «Avante!», VI série, n.º 108, Outubro de 1947)

Samora Machel

Uma vida ao serviço do povo

Samora Moisés Machel nasceu a 29 de Setembro de 1933 na aldeia de Chilembene, província de Gaza, no Sul do Moçambique. Oriundo de uma família de camponeses pobres, Samora Machel conheceu cedo a luta contra a exploração e o colonialismo; o avô paterno era um dos comandantes das tropas de Maguiguana que no princípio do século se batiam contra a ocupação portuguesa. O preço da coragem tinha na família deixado marcas profundas: os avós maternos foram desterrados primeiro para Angola e depois para São Tomé e Príncipe, onde morreram.

Aspirar à educação, quando se é pobre, nunca foi fácil. Para que Samora Machel pudesse frequentar a única escola primária então existente na região, católica, os pais foram forçados a baptizá-lo embora fossem presbiterianos. A necessidade de trabalhar impôs-se cedo, pelo que os estudos secundários forma prosseguidos de noite ao mesmo tempo que tirava um curso de enfermagem, profissão que viria a exercer e a aproveitar da melhor forma ao serviço da luta de libertação, de que é prova o seu manual de primeiros cuidados de saúde.

Sócio do Sindicato dos Enfermeiros portugueses, viria a receber o título de sócio honorário com o reconhecimento da independência e como um tributo da classe a que tão honrosamente pertenceu.

Quando em 1961 conheceu, na então cidade de Lourenço Marques, o jovem Eduardo Mondlane, funcionário das Nações Unidas, Samora Machel estava maduro para a grande luta de libertação.

Com a criação da Frelimo, em 25 de Junho de 1962, em Dar-es-Salam, os movimentos anticolonialistas que desde a década de cinquenta se opunham à dominação portuguesa fundem-se, definindo como tarefas prioritárias a conscienciali-

zação e mobilização popular para a luta de independência, bem como a preparação da luta armada. Samora Machel adere ao movimento desde o início, bem como Eduardo Mondlane, que virá a ser eleito presidente da Frelimo.

Machel estará entre os primeiros grupos de patriotas que recebem treino militar na Argélia, em 1963, bem como entre os primeiros a regressar a Moçambique para a organização clandestina da guerrilha.

A política terrorista do colonialismo português tinha já então demonstrado à saciedade que a luta armada era o único caminho para pôr fim à opressão e exploração em Moçambique. As tentativas pacíficas para acabar com o racismo, a miséria e a discriminação resultaram quase sempre num banho de sangue. O massacre de Mueda, em Junho de 1960, em que foram chacinadas mais de meio milhar de pessoas, ficou na história como prova indelével da bestialidade colonial.

A luta armada começa em 25 de Setembro de 1964, na província do Cabo Delgado. Uma luta que teve sempre como alvo o colonialismo e nunca o povo português.

Como afirmou desde o início Eduardo Mondlane e Samora Machel nunca se cansou de repetir, os povos de Portugal e de Moçambique tinham um inimigo comum — o regime fascista e colonialista que os dominava. Era esse inimigo que se tornava necessário combater.

A luta pela independência

A história da luta pela independência é sem dúvida heróica. Tal como a de Samora Machel, que a acompanha a par e passo a ponto da sua vida dela se tornar

indissociável. Em 1966 Samora Machel é chefe do braço armado da Frelimo; no mesmo ano é nomeado secretário da Defesa do movimento; em 1968 é eleito para o seu Comité Central. Comandava já então todas as unidades de combate.

A implantação da Frelimo, quer em termos populares quer no terreno, torna-se um facto. O segundo congresso do movimento realiza-se em território libertado. Nem o rude golpe sofrido com o assassinio de Eduardo Mondlane pela PIDE, em 3 de Fevereiro de 1969, vai conseguir inverter a marcha para a libertação.

Em Abril de 1969, Samora Machel, Marcelino dos Santos e Uria Simango são escolhidos para integrar o Conselho de Presidência da Frelimo. O último acabará por ser expulso em 1970, acusado de «oportunismo, ambição, corrupção e irresponsabilidade».

Samora Machel assume a presidência da Frelimo.

O longo caminho percorrido até ao derrube do fascismo em Portugal, em 25 de Abril de 1974, é o testemunho da vontade de dois povos se libertarem. A luta contra o colonialismo em Moçambique e nas outras ex-colónias contribuiu de forma decisiva para a agonia do regime fascista em Portugal, como a luta dos democratas portugueses foi fundamental para o processo de libertação.

O acordo de Lusaka, assinado em 7 de Setembro de 1974, reconhece a Frelimo como único representante legítimo do povo moçambicano. Em 25 de Junho de 1975 é declarada a independência de Moçambique.

Samora Moisés Machel torna-se o primeiro presidente da República Popular de Moçambique.

Abre-se uma nova etapa na história do país. À pesada herança colonial e ao

Forte dique contra o mar do desemprego

A par e passo a política do Governo na Centrel

(O DESPEDIMENTO ENCARADO COMO «PARTO SEM DOR»)



Esta entrevista, que desejáramos mais curta, é uma gota de água no oceano. Aqui falam de preocupações e lutas actuais, que interessam a um mar de trabalhadores, dois trabalhadores eleitos para se ocuparem delas. Falam com voz autorizada de problemas que ultrapassam o âmbito da sua empresa e dos seus quase 2500 trabalhadores. Se em cada linha de acusação e de firmeza reivindicativa o Governo não figura, porque seria redundante, a acção nefasta do Executivo Cavaco aí está implícita em termos claros, simples, actuais.

Aceitaram participar nesta entrevista os camaradas Olinda Nunes e Henrique Catalão. Com 14 anos de casa, ON é membro da Comissão de Trabalhadores da Centrel. Empregado da mesma empresa há 20 anos, HC é delegado sindical e membro da Comissão Intersindical. Ambos são elementos do Executivo do Organismo de Direcção da Freguesia dos Olivais (PCP).

«Avante!» — Há cinco anos que se fala da Centrel. Então com as digitais, como chamam vulgarmente às novas centrais telefónicas, a empresa aparece citada muitas vezes. É uma empresa com história? Para bem ou para mal?

Henrique Catalão — Dizer se para bem se para mal obrigaria a um balanço, não é assim? Um inventário...

Parece-me cansativo, e se o fosse para nós também seria para o leitor.

Av — No entanto, e claro que estamos de acordo — a pergunta foi mal formulada — a ideia era precisamente no sentido de interessar os que nos lêem por um ponto de vista diferente do que é mais publicitado.

Olinda Gomes — O ponto de vista

dos gestores, ou administradores, melhor, do Governo e das multinacionais.

Av — Claro que esse também nos interessa, e teremos que falar dele.

HC — Já agora que isto parece ter começado por generalidades...

Av — Devemos concordar que são importantes.

HC — Mas ainda não dissemos quais. A Centrel são também os seus trabalhadores e trabalhadoras. Esta banalidade, ou coisa parecida, não está à vista como parece. Pelo contrário, é escondida quase sempre e com muito cuidado.

Av — Por quem?

ON — Apetece dizer que toda a gente sabe por quem. Mas sabemos que não é assim.

Av — A informação económica especializada não é acessível à grande maioria dos trabalhadores. Suplementos dos jornais, de alguns pelo menos, páginas dedicadas a esses assuntos, publicações do género, etc., são quase todas viradas para os interesses do grande negócio, da alta finança, o louvor ao Governo. Não fica nada, ou muito pouco escapa e por tabela para os factores trabalho, emprego, desemprego, para os factores sociais, enfim.

HC — E convém não esquecer a televisão, com a CEE para aqui o Mercado Comum para acolá...

Av — As novas tecnologias quase sempre em abstracto, como uma fatalidade onde os trabalhadores não teriam que meter o «bedelho», desculpem a expressão.

HC — Mas nós metemos. O facto de os trabalhadores e as suas organizações raramente, muito raramente mesmo, se verem na televisão prova precisamente que essas organizações funcionam, que a sua intervenção é real na vida das empresas e neste caso na Centrel.

Av — Apesar de todas as pressões para que isso não suceda, ou não dê resultado.

ON — Eu não lhes chamaria pressões. É a repressão; disfarçada às vezes; mas na prática são coacções e ameaças que obrigam os trabalhadores a reforçar constantemente a unidade, a trabalhar nesse sentido.

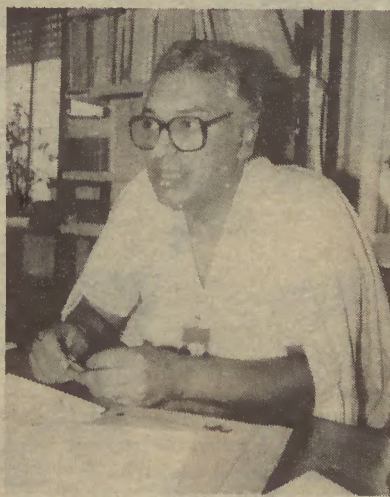
O ponto de vista mais humano possível do desempregador actualizado:

— Está aqui há 20 anos? Sabe montar fios? É electricista?

— Pois vai reclassificar-se. Vai para criada de quarto, que só lhe faz bem.

— O patrão vai investir em hotéis?

— Nem pense nisso. Eu vou é desinvestir na Centrel.



Henrique Catalão

A Centrel (CAEP) produz equipamentos telefónicos, uma actividade apta a crescer, mas não com uma administração que investe no desemprego, com o Governo por trás.



Olinda Nunes

A chamada «desactivação do electromecânico» (expressão patronal) proporciona à administração da Centrel fundos de apoio à «reconversão profissional» (expressão da mesma origem). Mas das 8 áreas profissionais cobertas pelos fundos,

só uma, a de electricista, tem a ver com o sector.

A maioria contempla officios do terciário (serviços) e inclui cozinheiras, empregados de mesa e de quartos. Não consta, porém, nem é provável que o grupo Centrel se dedique à hotelaria ou actividades assim.

■ Albano Lima

Centrel

Defenderemos os postos de trabalho

HC — Mas vamos ao concreto e à Centrel. Pelo que está confirmado, a ideia é acabar, em números redondos, com 2 mil postos de trabalho, numa empresa que pertence a um sector de ponta, como são as telecomunicações.

Av — Os trabalhadores da Centrel estão bem informados sobre esses e os outros assuntos de que temos falado até agora?

Façamos então um pouco de história

HC — A partir de 1980 umas 10 a 12 empresas pequenas foram integradas num monopólio, ou uma concentração do género, que passou a chamar-se **CAEP (Centrel Automática Eléctrica Portuguesa)**. A CAEP ficou como empresa privada, depois de ter comprado ainda em 1980 as acções da **Plessey**, uma multinacional inglesa que em 1979 queria despedir 1200 trabalhadores e exigia apoios financeiros que não foram concedidos. Formou-se então a **CAEP** com estatuto privado mas onde o Estado continua com 21,7 por cento do capital através do Instituto, ou Investimentos e Participações do Estado, o IPE. O capital privado é de 78,3 por cento. A partir da **CAEP**, que é a **Centrel** propriamente dita, foi criada uma empresa «holding», a **Centrel Electrónica Geral - Gestão e Participações** — é assim que se chama — como empresa-mãe do complexo ou grupo **Centrel**.

Av — A intenção de despedir pelos vistos já vem de trás.

HC — Desde 1979, como já disse. A **Centrel** ou **CAEP** é a maior empresa do sector de fabricantes de material eléctrico e electrónico. Os trabalhadores e os seus representantes organizados, as **ORT's**, souberam sempre que os despedimentos faziam parte de uma estratégia de desmantelamento. Por isso ninguém os aceitou, desenvolveu-se foi a luta contra eles.

Av — E o IPE, ainda assim tem vinte e tal por cento do capital...

ON — E responsabilidades que não assume. Ou assume no mau sentido, que não interessa ao capital público nem aos trabalhadores. O IPE anima e apoia o desmantelamento da **CAEP**.

Av — Quer dizer que no período de cinco anos houve primeiro uma concentração de capital e de empresas para agora em tão pouco tempo se desmantelar tudo outra vez.

HC — É esse o projecto em andamento. Temos que parar com ele. Em 1985 a empresa teve um volume de vendas superior a cinco milhões de contos. Continua a figurar nos quadros estatísticos em lugar muito próximo das cem maiores empresas nacionais. Nessa centena, ocupava o ano passado o n.º 85. Emprega hoje ainda, apesar da política de excedentes, 2449 trabalhadores, total confirmado em finais de Setembro.

Av — E com quantos ficaria, a haver desmantelamento?

HC — Com 24.

As novas tecnologias têm as costas largas

Av — É um autêntico massacre. As novas tecnologias justificam semelhante quebra no emprego?

HC — Não justificam não. Se se confundirem as novas tecnologias com os objectivos e os interesses, quero dizer os lucros, das multinacionais, então está bem. Mas para nós está mal. Os trabalhadores não podem consentir nessa sangria dos postos de trabalho.

Av — Que vai servindo para assustar.

ON — É certo que se criou e se pretende aumentar na **Centrel** um clima propício às intenções da administração. Todos os processos são bons para acabar com o maior número possível de postos de trabalho. Pretende-se levar os trabalhadores a «vender» o seu emprego, aceitando a chamada rescisão do contrato por mútuo acordo, as reformas antecipadas, as transferências.

Av — Tem saído muita gente?

ON — Proporcionalmente não. À volta de 650, incluindo transferências de há cinco anos para cá. Mas recorde-se que a coacção tem sido muito grande. A instabilidade alimenta-se a si própria, é um factor psicológico poderoso. Actua contra a própria organização sindical. É preciso combatê-la. Tratar dos casos um a um. Intervir constantemente junto dos trabalhadores. Além disso, o Governo favorece diariamente esse clima.

Av — As **ORT's** são afastadas?

HC — As organizações representativas só serão afastadas se os trabalhadores se afastarem delas, se ficarem isoladas. Mas não é o caso. Ainda no último plenário há dias em Corroios na **Princesa**, os trabalhadores corresponderam ao apelo das suas organizações. O mesmo tem sucedido nos outros locais de trabalho, em

Cabo Ruivo e Prior Velho. No princípio deste mês houve um atraso injustificado no pagamento dos salários de Setembro. O protesto dos trabalhadores foi imediato. Pois os salários foram pagos logo a seguir. Percebeu-se muito bem que se tratava de um ensaio da administração para conseguir também por esse meio que os trabalhadores se «autodespeçam».

Av — Tem havido outras acções sindicais e lutas?

ON — Principalmente depois do pedido do administrador, Rocha de Matos, para que o Governo autorize o despedimento de 2000 trabalhadores. O pedido foi feito em 22 de Agosto. As indemnizações a pagar seriam suportadas pelo Governo. O patrão propôs para o efeito dois milhões de contos. Além de plenários e outras acções na empresa, os trabalhadores concentraram-se em frente ao Ministério do Trabalho, como protesto, exigindo que os despedimentos, tomem eles a forma que tomarem, não sejam autorizados.

Av — No entanto, segundo parece, a ameaça sobre o pagamento dos salários não está afastada.

ON — Claro que não. A administração alegou «falha de uma operação bancária» para os atrasos de Setembro, mas não deu garantias precisas para o futuro. De resto, o Sindicato (**SIESI**) referiu-se a isso no dia 2 deste mês, e lembrou que a **Centrel** facturou 350 mil contos em Setembro.

Av — A situação da empresa parece boa.

HC — Parece e é. Com um capital social de 800 mil contos, a empresa facturou no ano passado uns cinco milhões de contos. É um volume de vendas muito bom, e o salário médio mensal não vai além dos 35 contos líquidos. Tem entre 60 e 70 por cento de mulheres no trabalho directo (produção) no total de 2449 trabalhadores, nas instalações de Cabo Ruivo, Corroios e Prior Velho. Desde 1980 que praticamente não admite pessoal.

Não gasta um tostão para reconverter postos de trabalho. De resto não há qualquer indício de reestruturação. Mesmo assim, continua a manter uma capacidade de produção de 150 mil linhas/ano. A tecnologia de que dispõe é adequada ao que produz. Embora os **CTT/TLP** tenham restringido as encomendas (processo electromecânico) para 55 mil linhas, a **Centrel** entrou no negócio das «digitais» através da cooperação com a multinacional **Siemens**. Cabe à **Centrel** 50 a 55 por cento da produção. Além disso, as condições são muito boas para produzir e vender no mercado externo, incluindo a União Soviética.

Av — Sendo assim não se compreende por que razão se vai desactivando a empresa.

HC — Para ir activando noutros lados, com muito menos pessoal e recorrendo sistematicamente ao trabalho a prazo. A média de idades dos trabalhadores e trabalhadoras da **Centrel** ronda os 40 anos. Mas se a administração confiasse só nas rescisões de contrato ditas por mútuo acordo, nas reformas antecipadas e nas transferências não teria recorrido ao Ministério do Trabalho para a autorização de 2 mil despedimentos.

Av — Todos este ano?

ON — Não, exactamente. São 800 até Dezembro; até 1988, totalizariam 1976.

Av — Perdendo-se todos esses postos de trabalho, ou substituindo os trabalhadores efectivos por outros a prazo, por exemplo?

ON — O objectivo é acabar mesmo com os postos de trabalho; não se trata só de despedir. O problema é mais grave. Trata-se afinal e acabar com a **Centrel**, em proveito de empresas mais pequenas. Algumas já estão criadas pelo grupo **Centrel**.

Av — Esse mantém-se, claro.

HC — Como já dissemos, creio eu, o processo vira-se agora ao contrário. E há seguramente um retrocesso, prejudicial sobretudo para os trabalhadores, e para o Fundo de Desemprego.

O patrão Rocha de Matos, que é presidente da Associação Industrial Portuguesa, continua a mexer-se para que seja o Estado a arcar com as despesas por despedimentos que, sendo a empresa bem gerida, não teriam justificação, como não têm mesmo assim, com os administradores do grupo a demantelarem a **Centrel (CAEP)** para criarem pequenas unidades, como já aconteceu, com a **EID-Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica**; a **SISTEL-Comunicações e Sistemas**; a **Centrel-Serviços de Telecomunicações e Electrónica**; e uma outra **Centrel** ainda para «Comércio de Telecomunicações e Electrónica».

Av — Pelas próprias designações se vê que se trata certamente de secções até aí incorporadas na **Centrel** propriamente dita, a **CAEP**.

ON — Trata-se realmente de sectores de actividade da **Centrel (CAEP)**. O seu desmantelamento já começou, sem que a lei fosse cumprida no que respeita à audição das **ORT's**, ou pelo menos da Comissão de Trabalhadores, e sem que o IPE, a parte do Estado, tivesse mexido um dedo para evitar o desmantelamento.

Av — E as novas empresas podem gerar emprego?

ON — Foram criadas precisamente para o destruir. É evidente que se torna muito mais fácil deixar cair uma empresa de sobrevivência duvidosa e empregando trabalhadores em reduzido número e a prazo do que deixar cair a **CAEP**. Além disso, com o desmantelamento procura-se obter um tratamento diferenciado para as várias empresas do grupo e facilidades talvez junto à banca e de outros grupos financeiros.

Av — A administração «salvadora» de 1980 afinal, ao fim de seis anos, não salvou nada?

HC — Salvou-se a ela. Já não foi pouco. Quanto ao resto, são os trabalhadores organizados que desde essa data e mesmo antes têm defendido com unhas e dentes os postos de trabalho. Recorde-se que a administração está agora interessada em que eles desapareçam que, para facilitar as coisas ofereceu um presente envenenado aos membros das organizações representativas dos trabalhadores (**ORT's**) dentro da empresa. Enquanto a todos os outros (a lista está aberta sem restrições) que se queiram inscrever para a rescisão dos contratos é oferecido um mês de indemnização por cada ano de casa, aos representantes eleitos pelos trabalhadores — que nunca serão despedidos, garante Rocha de Matos — são oferecidos dois. Naturalmente que nenhum delegado sindical, nenhum membro da **CT** aceitou esse presente envenenado, mas algum do veneno ficou. O administrador sabe que a melhor maneira de atingir os seus objectivos é desacreditar a organização dos trabalhadores e limitar a sua eficácia. Mas os trabalhadores estão esclarecidos e mobilizados. Não é fácil enganá-los. Sabem também que por detrás ou à frente — tanto faz — do administrador está o Governo e a política que faz. Por isso se ouve na empresa dizer que é preciso despedir este Governo antes que ele nos despeça a nós, trabalhadores da **Centrel**, e a tantos outros por aí, por todo o País. ■



■ Albano Lima

António da Costa Moreira e José Gueifão, sindicalistas do movimento unitário «Alternativa», revelam ao «Avante!» uma série de irregularidades escandalosas registadas ultimamente no Sindicato do Sul. Na sua qualidade de activistas sindicais e membros da Comissão Coordenadora Nacional das CTs das Empresas do Sector de Seguros, com larga experiência no ramo (14 e 20 anos de actividade, respectivamente) os camaradas revelam profundo conhecimento do que se passa no sector a nível sindical.

Um escândalo confrangedor

Para ser bem compreendida toda esta manigância escandalosa dos congressos e eleições no Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Regiões Autónomas (STSSRA) deveria ficar registada como uma espécie de parábola ao contrário, rétida na memória dos trabalhadores para que seja impossível voltar a suceder, ainda que se repitam idênticas condições em circunstâncias diferentes.

Com o objectivo de ficar ainda mais perto do que realmente sucedeu entre 3 e 5 de Outubro (III Ordinário e I Extraordinário, este último para alterar os Estatutos) a direcção supostamente eleita emitiu dez dias depois uma circular n.º 25 onde o único facto autêntico, a única verdade — garantem José Gueifão e Costa Moreira — são «única e simplesmente os dias 3, 4 e 5 para os quais foram convocados os congressos».

Esses dias existiram realmente. O ex-secretariado, agora denominado direcção do STSSRA, não pode negá-lo. O resto «é completamente falso».

«A vitória do futuro ao serviço dos trabalhadores» (título revelador da circular n.º 25) é inconscientemente remetida para o «futuro» porque no presente não existiu. A Lista A limitou-se a «empalmar» o Sindicato.

Também não existiu, acrescentam aqueles dois sindicalistas do Movimento Alternativa (Lista C) qualquer «aliança dos colegas das listas B e C».

Entre o Movimento Alternativa e os Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD) houve sim — rectifica José Gueifão — e continua a haver, como sucede relativamente à maioria dos trabalhadores, «convergência de posições», independentemente das escolhas ideológicas e partidárias ou de outro tipo de que se reivindicam os trabalhadores de seguros.

Uma aliança é outra coisa bem diferente. Esclarece José Gueifão: o que democraticamente se pretendeu foi que os trabalhos dos congressos não fossem hegemonizados pela Lista A. Como era razoável, tentou-se eleger para a Mesa elementos unitários e da lista B. Mas cada lista apresentou os seus próprios candidatos para o Conselho Geral, para a Comissão Fiscalizadora de Contas e para o Conselho de Disciplina.

A maioria dos trabalhadores dos seguros, sector onde a sindicalização é praticamente total, pensa que é indispensável que o sindicato actue como tal e não permaneça, como até agora, sem intervir em assuntos tão graves como a repressão que existe em algumas empresas. O Sindicato silencia tudo, diz Costa Moreira, que se relacione com os interesses dos seus associados na defesa das companhias do Sector Empresarial do Estado, silencia a repressão de quem tem conhecimento, silencia o «saque de técnicos para empresas privadas».

A actual direcção do STSSRA actua «em cumplicidade total e absoluta com os designios da direita mais revanchista», diz José Gueifão.

Para os congressos foram convidados, e apareceram a imiscuir-se nos trabalhos, gestores das companhias de seguros e do órgão de coordenação (Instituto dos Seguros de Portugal).

A actual direcção, sublinham Gueifão e Costa Moreira, tem actuações

que fazem lembrar o corporativismo de triste memória. É ver o seu anticomunismo. A total ausência de solidariedade manifesta para com as lutas de outros trabalhadores, mesmo quando interessam directamente a todos.

Por exemplo, quando foi da negociação para as alterações estatutárias «elementos da Lista A (actual direcção) tentaram que os plenários das secções regionais não pudessem tomar posições públicas». E quanto aos delegados sindicais, contra a posição unitária, manteve-se nos Estatutos que a respectiva Assembleia não possa vir a público esclarecer ou informar sobre qualquer questão em seu nome.

Há postos de trabalho ameaçados

O Movimento Alternativa, que mantém a intenção de impugnar os resultados e decisões dos congressos, afirma que há no sector ameaças de despedimento, através de reformas antecipadas a partir dos 50 anos, com «propostas que raíam o escândalo», afirmam os camaradas ouvidos pelo «Avante!».

Na Europa, revela Costa Moreira, está previsto um «plafond» excedentário de 70 por cento, ultrapassando os 20 por cento do total (330 aproximadamente) que a companhia emprega.

Na Mundial Conflança, acrescenta, o conselho de gestão enviou uma ordem de serviço aos directores para que identifiquem o pessoal que não atinge os níveis de produtividade definidos unilateralmente — se é que estão definidos — pelos gestores ou pelo Governo.

O Sindicato não se ocupa de nada disto. Permanece completamente alheio.

Na Aliança Seguradora, os gestores tentaram criar um quadro de excedentes. Posição do Sindicato: nenhuma.

Nos Seguros é maciça a introdução de novas tecnologias. Os problemas atinentes não interessam à direcção do STSSRA. Nem uma palavra se ouve por exemplo sobre a não adequação de quadros e a necessidade de reestruturação e formação profissional. O papel que uma empresa estrangeira, a MacKenzie desempenharia em tudo isso também não interessa ao Sindicato.

São as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) nas companhias que lutam para que seja aplicada a reconversão com garantia dos postos de trabalho. O Sindicato não.

Gueifão e Costa Moreira recordam que as posições unitárias saíram reforçadas e com mais prestígio da movimentação para os congressos.

Anomalias escandalosas e aliciamentos

Os elementos da Lista B, que «empalmaram» os congressos autodenominaram-se «a lista de todos nós». Tomaram tão a sério esse «slogan» que em várias localidades da província tentaram aliciar trabalhadores unitários para apoiarem a Lista B, com a falsa alegação que o movimento unitário não concorreria, revelam os sindicalistas Gueifão e Costa Moreira.

O Movimento Alternativa, que vai responder publicamente à circular 25 distribuída com a data de 14 de Outubro pela Lista B, repete que «a direcção designada e não eleita» conseguiu uma autêntica «metamorfose dos votos».

Num documento entretanto distribuído, o Movimento Alternativa esclarece:

«Do conjunto de anomalias verificadas ressalta, pela sua importância, uma recontagem de votação enquanto

A, no que diz respeito à eleição do novo presidente do Congresso. Surpreendentemente, entre outros aspectos, votos escrutinados como brancos transformaram-se em votos válidos que alteravam os resultados da primeira contagem».

Assim, revela o Movimento Alternativa:

Resultados anunciados antes do almoço

Presidente da Mesa:

Jaime Louro (Lista A)	145 votos
Torres Gago (Lista B)	147 votos
Brancos	3 votos
Total	295 votos

Resultados apurados durante o intervalo do almoço

Presidente da Mesa:

Jaime Louro (Lista A)	146 votos
Torres Gago (Lista B)	144 votos
Brancos	1 voto
Total	291 votos

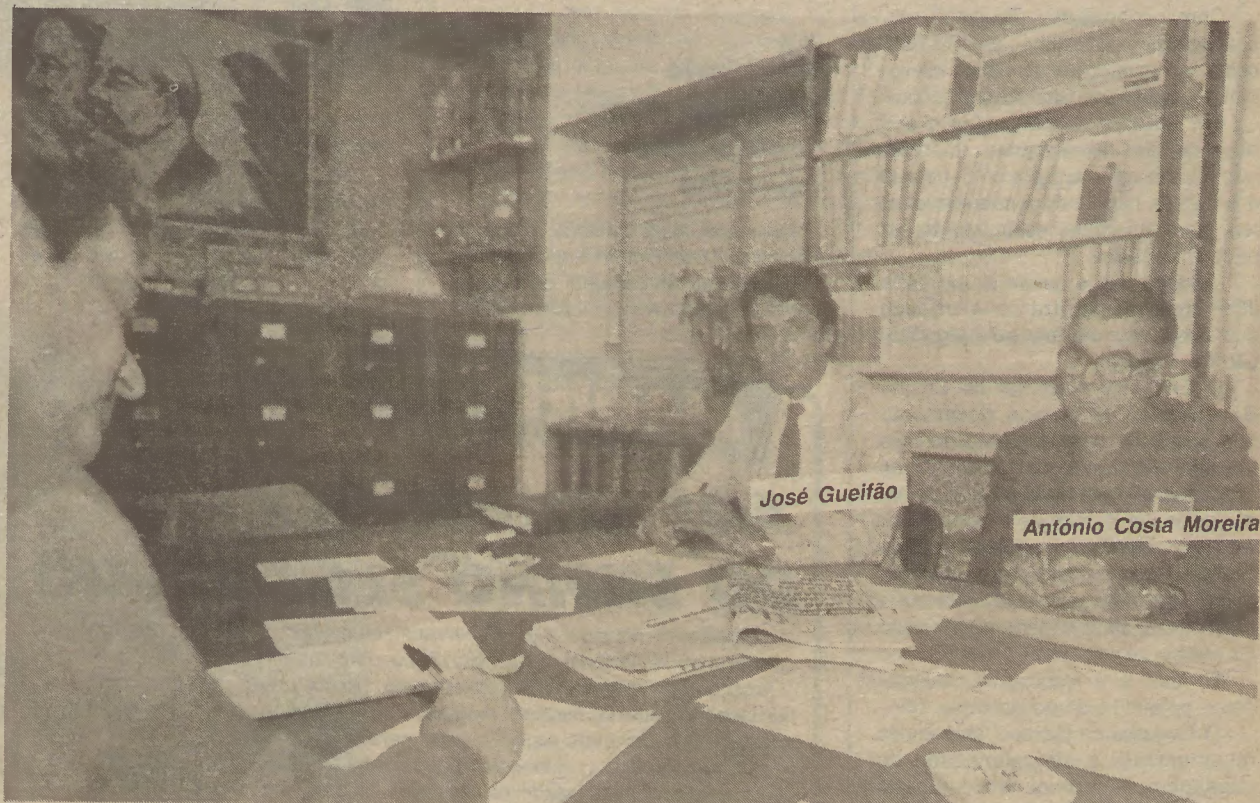
Mas as anomalias, chamemos-lhe assim, não acabaram aqui. Numa das votações foi contado o voto de um dele-

cúmplices nestes aliciamentos personalidades como Oliveira e Costa, dirigente da UGT, que não pertence ao ramo dos seguros, Américo Thomatti, advogado da Fundação Oliveira Martins, na qualidade de convidado, e Virgínia Estorninho.

Mas as anomalias continuam. Gueifão e Costa Moreira revelam que a reunião do Conselho Geral foi convocada para hoje, sem que o mesmo órgão tivesse tomado posse. Por outro lado, como o Conselho Geral da UGT se reúne no dia 25, depois de amanhã, é preciso andar depressa. E chega-se ao ponto de numa convocatória se pôr num primeiro ponto a deliberar um órgão ainda não constituído legalmente. Explicações pedidas por carta em 13 do corrente aguardavam entretanto resposta da direcção.

O reforço da unidade é cada vez mais necessário nos Seguros para combater a partidização do Sindicato e fazer valer posições comuns para defesa de interesses também comuns a todos os trabalhadores sem excepção.

O Movimento Alternativa, aqui representado pelos sindicalistas José



o congresso se encontrava suspenso para o almoço. Não se entendendo facilmente a razão de ser de uma recontagem de votos, dado que as actas da primeira contagem estavam subscritas por todos os escrutinadores, menos se entende que tenha sido decidida e efectuada no período de paralisação dos trabalhos. Desta acção desenvolvida sob o patrocínio do presidente em exercício viriam a sair resultados diferentes dos anunciados antes da suspensão dos trabalhos, ou seja, verificou-se uma inversão dos resultados inicialmente desfavoráveis à Lista

gado que acabara de ser expulso de maneira tumultuosa, apenas por ter pedido à Mesa do Congresso que verificasse se naquele momento havia quorum para deliberar.

O espaço é curto para contar tudo. José Gueifão e Costa Moreira fazem questão de sublinhar que o aliciamento de delegados foi tão escandaloso e público que foram os próprios aliciados a denunciá-los em formas como promessas de viagens (a Israel, entre outras, supõe-se); promoções nas companhias; empregos para familiares; lugares no Sindicato. Entrevieram ou foram

Gueifão e António Costa Moreira, não pactuam com «o manobristismo, a prática antidemocrática, o golpismo que caracterizam a actuação daqueles que, para conservar o poder (?) deitam mão de todos os recursos, mesmo os de mais baixa índole».

Devolver o Sindicato aos trabalhadores é o objectivo número um do Movimento Alternativa, aberto a todas as correntes sindicais, que não confunde os trabalhadores sindicalizados, seja qual for a sua opção ideológica, com os que pretendem proceder abusivamente em seu nome. ■

■ **Carlos Almeida**

Unir os estudantes pela dignificação do ensino

Os estudantes comunistas do ensino secundário discutiram no passado fim-de-semana as suas tarefas para o ano lectivo que agora se inicia. Foi o Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP realizado na Amadora que contou com a participação de cerca de trezentos militantes daquela organização da JCP.

Falou-se neste Encontro das condições desastrosas que rodeiam a situação do ensino e, em concreto, da abertura do ano lectivo. «Em 16-10 estavam 30 000 estudantes sem aulas», afirma-se no documento final de conclusões aprovado com seis abstenções. Desmascarou-se a política demagógica do Governo do PSD e do ministro da Educação. Definiram-se os grandes objectivos e propostas que os estudantes comunistas colocam à apreciação do movimento estudantil para a unidade e a luta por um ensino mais digno. A este encontro assistiu o camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do PCP.

Tratou-se, como nos afirmou Patrícia Branco, de um «Encontro virado para a acção, para a realidade concreta do ensino e da vida dos estudantes. E foi de todo o país que ouvimos nesta reunião, coisas de pasmar sobre o ensino em Portugal, a provar que, ao contrário do que diz Cavaco, não é a «oposição» mas sim a direita e o seu Governo que «prejudica os jovens».

Por exemplo que, não longe de Lisboa, mais concretamente no Montijo, existe uma escola situada junto de uma Base Aérea: «quase nos arrancam o telhado da escola que é pouco mas ainda vai servindo para alguma coisa» afirmava numa intervenção um representante do colectivo da JCP daquela escola.

Com capacidade para 1500 alunos, estudam ali 4000 e, no ano transacto, as instalações sanitárias estiveram fechadas por falta de condições.

Em Coimbra, foi construída o ano passado uma escola junto, imagine-se, a uma carreira de tiro. O ginásio e a cantina não funcionam e não existem ainda quaisquer estruturas de saneamento básico.

Contra estas e outras situações, a JCP apela à mobilização e unidade dos estudantes na luta pela dignificação do ensino.

O Encontro Nacional do Ensino Secundário, no próprio documento que serviu de base à discussão mas fundamentalmente nas experiências concretas ali relatadas, ocupou-se em particular em denunciar a política demagógica do Governo PSD. A elevadíssima taxa de insucesso escolar (na ordem dos trinta por cento) constitui a prova clara da gravidade da situação do ensino secundário.

E «qual é a resposta do Ministério?», perguntou-se no encontro.

O Governo de Cavaco Silva impôs recentemente a obrigatoriedade da passagem na disciplina de Língua portuguesa. Na opinião dos estudantes comunistas, esta medida em vez de melhorar o ensino da língua portuguesa, apenas irá aumentar o insucesso escolar. Com esta medida, o Governo «não melhora a formação de professores, nem as possibilidades dos alunos terem acesso a todos os livros para esta disciplina, nem tão pouco melhorou o seu conteúdo».

À superlotação, e ao invés da construção de mais escolas, o Governo responde, por outro lado, com a redução do tempo semanal de aulas, com o pretexto de aumentar o «tempo privado de estudo», mas na prática

para que mais alunos «caibam» em escolas a cair aos bocados.

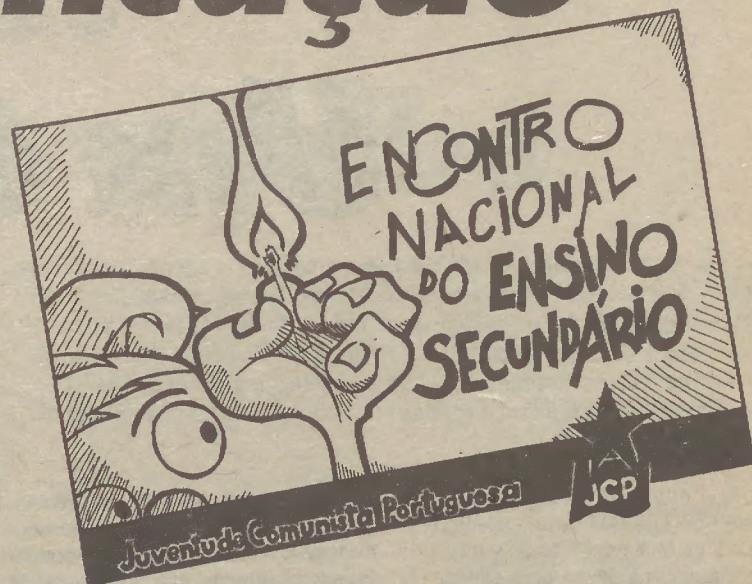
Para cúmulo, denuncia o Encontro, o Governo «reduz as verbas para Educação na proposta de Orçamento para 1987, com o argumento inaceitável de que muitos dos principais problemas já estariam resolvidos». Contudo, adianta-se, «o custo do ensino continua a ser um poderoso factor de selectividade do ensino». No 10.º ano, por exemplo, só na disciplina de matemática, gasta-se em livros e em material escolar 1400\$00. Em relação ao apoio social, basta dizer que «um agregado familiar que tenha por pessoa um quantitativo superior a 7500\$00 não tem qualquer tipo de subsídio».

Unidade dos estudantes — objectivo essencial

Em face desta situação, o Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP aprovou um conjunto de reivindicações e objectivos de luta imediatos,

em torno dos quais apela à unidade dos estudantes. Dentre estes pontos, avultam a «garantia de segurança, condições materiais e a melhoria do funcionamento das escolas, a supressão da recente medida de obrigatoriedade de passagem à disciplina de Português, a exigência de mais verbas para a educação e a extinção do 12.º».

Sobre este último aspecto, o Encontro considerou que o 12.º ano, na actual situação, constitui um obstáculo



mais no caminho pejado de dificuldades que conduz à universidade.

Propõe o Encontro do Ensino Secundário a supressão pura e simples deste ano, «criando bases científicas, culturais e tecnológicas para o ingresso no ensino superior, através da reformulação de matérias do 10.º e 11.º

ano de escolaridade, criando disciplinas de formação geral e específica consoante o curso pretendido».

Mas não foram só os problemas de ensino os discutidos no Encontro. Para além destes, mereceram a atenção dos participantes assuntos como a «Paz e a Solidariedade, o 24 de Março, a situação do movimento associativo e a acção da JCP nas escolas».

Em relação ao movimento associativo, considerou o Encontro que, contra a tentativa de partidarização das estruturas estudantis por parte da direita e concretamente da JSD, os comunistas devem desenvolver e incentivar a unidade de todos os estudantes, na luta e no convívio, sob as formas mais diversas e adequadas aos seus interesses. Afirma-se no documento de conclusões que «o trabalho da JCP numa escola só tem significado se na prática motivar a unidade da acção dos estudantes mesmo de ideias políticas diversas».

Agir, unir concretizar

Neste plano, tem particular destaque o apelo à preparação desde já das comemorações do 25.º aniversário do 24 de Março, Dia Nacional do Estudante e à luta pela Paz e a Solidariedade em particular com os povos e os estudantes da África do Sul, Chile e Nicarágua.

No final do Encontro, entrevistou o camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP que saudou os estudantes comunistas do ensino secundário pela realização deste encontro.

«A presença aqui de jovens de todo o País e o entusiasmo no trabalho a realizar com que daqui saem são aspectos positivos deste Encontro que devemos valorizar. Agir, unir e concretizar, deve ser neste momento o lema da JCP, também no ensino secundário.»

Sobre a política do ensino deste Governo, o camarada Ângelo Veloso definiu-se como «de cunho marcadamente de classe», visando fundamentalmente a sua elitização. O camarada, referindo-se em particular às benesses do ministério ao ensino privado denunciou a recente nomeação de Adriano Moreira, presidente do CDS para «presidente da Comissão Instaladora de um Instituto Universitário de Ciências do Mar».

Em conclusão, afirmou o camarada Ângelo Veloso, «o que tem que ser demitido urgentemente não é só o ministro mas todo o Governo».

A terminar, Ângelo Veloso apelou aos estudantes comunistas do Ensino Secundário e à JCP no seu todo — «força insubstituível e decisiva na luta dos jovens portugueses» — para que intensifiquem o trabalho e a acção na luta e unidade com todos os estudantes por um ensino melhor.

O encontro prosseguiu, depois, com uma discoteca que se prolongou noite dentro. O convívio foi, aliás, uma nota marcante desta reunião. ■

MANIFESTO

AOS ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO

«Estamos aqui para te roubar uns minutinhos... Escuta... Realizámos um Encontro Nacional do Ensino Secundário na Amadora, no dia 19 de Outubro. Com que fim?, perguntas: para discutir o que pensamos sobre a situação do ensino, levantar propostas e ideias sobre o que deveria ser e sobre o que devemos ao certo fazer para o tornar melhor.»

Assim se inicia o «Manifesto dos Estudantes das Escolas Secundárias» aprovado por unanimidade no Encontro Nacional do Ensino Secundário e que será agora distribuído em todas as escolas do País.

Considera o manifesto que é necessário pôr termo à «superlotação das escolas, à falta de equipamento escolar, ao alto custo do ensino, à ausência de um apoio social escolar justo, a um 12.º ano desnecessário e selectivo, à falta de professores e pessoal auxiliar e à extensão exagerada dos programas».

Para transformar esta realidade, a JCP apela à unidade na acção dos estudantes, em torno dos problemas concretos de cada escola, na coordenação das várias estruturas estudantis já existentes no plano regional e local, na valorização do papel das AE's e dos delegados de turma, «na luta por um ensino melhor».

Para alterar a situação que se vive hoje nas escolas, os estudantes do ensino secundário entendem que «é urgente lutar pela mudança de política e pela demissão deste ministro e deste Governo». ■

■ Anabela Fino

Terrorismo privado à mesa da Casa Branca

Em Junho de 1985, o Congresso dos EUA revogou a «Emenda Clarke» que proibia desde 1976 toda a ajuda à Unita. Em Setembro último, a Câmara dos Representantes dá «luz, verde» às acções da CIA contra o governo da República Popular de Angola, aprovando a revogação de uma cláusula de lei sobre verbas para os serviços secretos, que obrigava ao conhecimento e aprovação pelo Congresso da concessão de qualquer ajuda à Unita de Jonas Savimbi.

Corolário lógico da campanha que em 28 de Janeiro permitiu que Savimbi fosse recebido em Washington como um herói pelos meios mais reacçãoários norte-americanos, a decisão de conceder carta branca à administração Reagan para prosseguir a contra-revolução em Angola demonstra como Andy Messing tinha razão ao afirmar, em Setembro de 1985, durante um congresso da Liga Anticomunista Mundial: **Era preciso impedir a destruição dos «combatentes da liberdade» durante o período «negativo» do Congresso. Mas nós sabíamos que ele acabaria por mudar de opinião...**

Mas quem é Andy Messing? Um dos elos da intrincada cadeia que sob a capa da pseudo-ajuda humanitária privada permite à administração Reagan levar a cabo a sua política de terrorismo de Estado mesmo contra a vontade do Congresso.

Como já tínhamos visto no número anterior, a Liga Anticomunista Mundial (WACL) desempenha um papel de relevo neste processo. Como costuma dizer-se, está em todas.

Criada em 1967, a WACL é na prática a adaptação da Liga anticomunista dos povos da Ásia (APACL) fundada em 1954 por Tchiang Kai-chec e pelo sul-coreano Sygman Rhee, às «necessidades» do imperialismo norte-americano.

Financiada e dirigida por Taiwan, a APACL propõe-se estender a sua acção a todo o mundo, estreitando as suas ligações com os EUA, em particular com o Conselho de Segurança Americano (ASC), que representa os sectores militares. A crescente intervenção dos serviços secretos americanos leva à aglutinação de diversos grupos do mesmo género, como é o caso do «Bloco antibolchevique das Nações» (ABN), onde proliferam elementos altamente comprometidos com os nazis.

Constituída a WACL — que tem na América Latina uma secção regional em que se vão inscrever mais cedo ou mais tarde quase todos os ditadores como Somoza, Pinochet,

Stroessner, Banzer, etc. — as divergências internas impedem durante bastante tempo a sua acção concertada. É com o general Singlaub que os EUA conseguem o total domínio da Liga e o seu aproveitamento para a criação e financiamento de acções armadas anticomunistas.

Importa salientar que o conceito de «comunista» abarca na prática todos os democratas com veleidade de defender para os seus países um desenvolvimento independente. Não é certamente por acaso que a polícia sueca suspeita de envolvimento da WACL no assassinato de Olof Palme, o malogrado primeiro-ministro sueco que tanto se destacou como defensor da paz e do desarmamento.

Já o jornalista dinamarquês Henrik Kruger, no seu livro «A arma da droga», sublinhava a convivência no seio da WACL de destacados políticos no poder com chefes de esquadrões da morte, membros de grupos terroristas, nazis e neo-nazis.

No último Congresso da Liga, realizado de 7 a 10 de Setembro passado no Luxemburgo, notou-se por exemplo a presença de Josef Luns, antigo secretário da Nato, apesar dos organizadores se terem mostrado particularmente discretos, evitando a identificação dos delegados. O que não impede que se saiba que senadores e membros do Congresso participam regularmente nas conferências da WACL, cuja presidência cabe ago-

ra ao antigo ministro belga da Defesa, José Desmaretz.

Particularmente reveladora foi a afirmação de Desmaretz de que o **Afganistão, Camboja, Polónia, Angola, Etiópia, Médio e Extremo Oriente, Nicarágua e América Latina são regiões do mundo onde a sorte de cada um de nós está em jogo como se fosse nos nossos próprios países.** O que significa que naqueles países a Liga está decidida a intervir, por todos os meios, em nome da «paz e da liberdade», claro.

A relação da WACL — e das suas actividades — com a administração Reagan nem chega a ser segredo. Na verdade, se Reagan chegou à presidência dos EUA deve-o a organizações como esta. Evidentemente. Ou será que ainda alguém acredita na «grande democracia americana» onde qualquer um — pelos seus próprios meios e méritos — pode chegar a presidente?

nomes que têm em comum a bem conhecida Heritage Foundation, poderosa organização que lidera a ofensiva da direita norte-americana contra as Nações Unidas.

Mais de duzentos e cinquenta especialistas da Heritage Foundation elaboraram o programa de governo de Reagan, encontrando-se actualmente a maioria ocupando os mais diversos cargos na administração dos EUA. O processo repetiu-se em 1984. Não há pois que estranhar que o presidente «fabricado» por tais grupos a eles recorra sempre que os objectivos são postos em causa pelas restrições impostas pelo Congresso.

A eficácia destes «privadíssimos» grupos com que a administração norte-americana se escuda para salvar a opinião pública a sua «inocência» no envolvimento de actos de agressão e ingerência nos assuntos internos de países soberanos, tem de resto vindo a melhorar.

Um conselho «humanitário»

- Joseph Coors e Edwin Feulner Jr., respectivamente financeiro e presidente da Heritage Foundation;
- o general John Singlaub, da Liga Anticomunista Mundial;
- Terry Dolan, do National Conservative Political Action Committee, importante grupo de pressão parlamentar;
- o general Daniel Graham, da High Frontier, o principal grupo de pressão em favor da guerra das estrelas (IDS);
- Jesse Helms, considerado o senador mais reacçãoário dos EUA;
- Reed Irvine, da Accuracy in Media, grupo especializado em campanhas de contra-informação e de controlo da imprensa;
- Phyllis Schlafly, do Eagle Forum, célebre pela sua campanha contra a igualdade constitucional dos sexos;
- James Whelan, antigo chefe de redacção do Washington Times, propriedade da seita Moon;
- Pat Robertson, do Christian Broadcasting Network, o principal centro audiovisual religioso dos EUA.
- Etc., etc., etc. ■

Receita para fazer um líder

De acordo com o insuspeito de simpatias comunistas «Monde Diplomatique», a união de grupos como a «American Enterprise Association», o «American Security Council», a «National Review» e o «Young American for Freedom», o «Center for Strategic and International Studies», entre muitos outros, está na base da estratégia que levou Reagan ao poder. Reagan, recorde-se, que se tornou bem conhecido pelo seu extremo anti-comunismo em plena era maccarthista da «caça às bruxas» no meio cinematográfico.

É com a ajuda desses grupos privados que Reagan chega a governador da Califórnia em 1966 e que, a partir daí, começa o longo processo de candidatura à presidência, obtendo a vitória em 1980 e bisando em 1984.

Os «cérebros» da campanha são financiados entre outros por Joseph Coors e Richard Mellon Scaife, dois

Para tal contribuiu a criação, em 1981, de uma estrutura comum designada Conselho para a Política Nacional (Council for National Policy) que abarca o que de mais reacçãoário e poderoso existe nos Estados Unidos. A amostragem que damos em separado é elucidativa.

Não esgotando embora o assunto, o que ficou dito dá um panorama das sinistras engrenagens que a partir dos EUA põem em movimento a violência que alimenta o terrorismo a nível internacional. O terrorismo mais terrível e abominável de todos, o terrorismo de Estado. O terrorismo que de forma sistemática, contínua, semeia a destruição e a morte em Angola, Moçambique, Nicarágua, Afeganistão, no Médio Oriente e onde quer que seja. Porque haveria a Europa de ser uma excepção?

Se a minúscula ilha de Granada foi invadida porque constituía «uma ameaça para a segurança dos Estados Unidos», nenhum lugar do mundo se pode sentir a salvo. Os «interesses vitais» norte-americanos não conhecem fronteiras. ■



Civis angolanos vítimas da sabotagem de um comboio pelos fantoches da Unita, financiados por Washington. Um acto de terrorismo que não incomoda a Casa Branca.

■ João Chasqueira

Eucalipto now?

De como uma boa árvore pode fazer tanto mal

A árvore é bonita: porte elevado, combinando uma reconhecida elegância com uma sólida robustez; útil e bem cheirosa (são reconhecidas as suas propriedades terapêuticas como descongestionante do aparelho respiratório); podendo ainda multiplicar-se por muitas outras aplicações práticas desde a função meramente decorativa até à sua utilização na indústria do mobiliário ou como purificador do ambiente.

Falamos, está bem de ver, do eucalipto, árvore de que muito se tem falado de há uns anos a esta parte, referências essas, todavia, nem sempre elogiosas, o que não deixa de constituir uma enormíssima injustiça já que esta espécie chegada ao nosso País oriunda da Austrália em meados do século passado não tem rigorosamente culpa nenhuma da utilização ou do aproveitamento indevido que o homem lhe faz. Importa, aliás, esclarecer desde já que essa utilização hábil e escandalosamente aproveitada por restriros interesses de grupos associados ao grande capital internacional não tem olhado a meios para atingir os seus objectivos económicos numa prática que colide frontalmente com a vontade e os interesses da comunidade e do País. Invasão de áreas de excepcional aptidão agrícola, arranque de olivais e montados de sobro, redução drástica da área de pinhal, isolamento das populações, desequilíbrio ecológico, esgotamento dos solos, supressão de espécies cinegéticas, são algumas das maleitas e das consequências nefastas que a plantação indiscriminada de eucaliptos tem originado em várias regiões do nosso País.

Por essa razão, poucos são já os que acreditam nas vantagens de natureza económica e social que poderão advir da instalação de unidades industriais de celulose e da indiscriminada plantação da sua principal fonte de matéria-prima (o eucalipto) — benesses que alguns ainda insistentemente procuram impingir — sendo pelo contrário em maior número, sobretudo entre os agricultores e as populações mais directamente atingidas, os que encaram este fenómeno que já hoje ocupa uma boa parte da nossa mancha florestal como uma verdadeira praga, atrás da qual fica um rasto de destruição e ruína, de crescente e sufocante poluição, de perda de importantes riquezas nacionais. De como uma árvore boa pode ser mal utilizada é, pois, o tema que procuraremos abordar a seguir, socorrendo-nos para tanto da preciosa ajuda de depoimentos recolhidos numa breve reportagem por terras do Ribatejo.

Preços convidativos

Como todas as histórias também esta tem o seu início. Recuemos aproximadamente oito anos, altura em que várias empresas de celulose — a Caima, a Celbi e a Soporcel — principiaram a operar no distrito de Santarém, começando por adquirir ou arrendar grandes extensões de terrenos nos quais iniciaram a plantação intensiva de eucaliptos.

Região de minifúndio fortemente atingida pela emigração, com numerosas parcelas de terra ou abandonadas ou mal aproveitadas, não foi pois difícil às celuloses — socorrendo-se para tanto de preços convidativos — aliciar os pequenos proprietários para a venda ou aluguer dos seus terrenos.

Cedo começaram a aparecer, contudo, os primeiros indicadores de que alguma coisa estava errada em todo este negócio. E o primeiro alerta veio justamente dos agricultores que não quiseram vender e prosseguiram a sua tradicional actividade e que, num espaço de tempo relativamente curto, se viram praticamente isolados, rodeados de eucaliptos por todos os lados. Mas tanto ou mais grave foram, entretanto, outros fenómenos que começaram a acontecer: desequilíbrio nos lençóis fráticos; poços que sempre tiveram água e que de um momento para o outro, secaram; erosão crescente nos terrenos; em suma um processo de desertificação que chegou a um ponto tal que as terras «deixaram de dar».

Mudanças bruscas

Face a este estado de coisas, rapidamente se junta, aos primeiros sintomas de preocupação uma enorme revolta. Não era para menos: culturas como o milho e o trigo deixam de se fazer; o isolamento das parcelas em muitos casos leva ao abandono da sua exploração; os rebanhos começam a desaparecer por ausência de pastagens; o desemprego aumenta (o eucalipto só dá trabalho de sete em sete anos); reduzem-se acentuadamente as produções de azeite e cortiça; hábitos de culturas tradicionais são bruscamente alterados.

Como se tudo isto não bastasse acresce ainda um outro flagelo — os incêndios — prejuízo que traz normalmente consigo uma celulose disposta gentilmente a adquirir o terreno, o que não deixa de constituir (salvo a ironia da situação) uma espécie de chegada salvadora já que do mal o menos... e sempre há «gente boa»...

Manuel Francisco Luís, com 40 hectares arrendados no lugar da Bica, freguesia de S. Miguel, concelho de Abrantes, contou-nos a propósito uma história curiosa passada aqui há uns dois anos na sua freguesia e que se resume assim: após um incêndio que lavrou durante a noite, pela madrugada ainda, mal se havia procedido ao rescaldo, já um jeop da Celbi aparecia com funcionários da empresa oferecendo-se para comprar ou alugar o terreno.



Povações cercadas

Uma outra forma de pressão tem, entretanto, vindo a exercer-se nesta região: a tentativa de despedimento de rendeiros por parte de grandes senhorios.

É ainda o Manuel Luís, a amanhar com esforço e engenho há 20 anos as terras de onde tira o pão para si e para os seus, que nos conta:

«Há dois anos que andam atrás de mim para me tirar as terras. Não querem receber a renda, pelo que me vejo obrigado a depositá-la no banco. Já disse à doutora que me vendesse este bocado, até se fosse possível um pouquinho mais barato, para eu poder continuar a produzir os meus figos e o meu azeite. Mas sabe qual foi a resposta que me deu? Tinha mais gosto de ver o terreno plantado de eucaliptos a vê-los nas minhas mãos».

Nos gestos e palavras inflamadas está a determinação de uma vontade apostada em defender os seus interesses e os do povo da região.

«Olhe — diz-nos — estas terras que aqui está a ver já deram muitos mols de trigo e aveia. Hoje é como se vê, estão repletas de eucaliptos».

A povoação das Bicas está cerca-

«Isto qualquer dia chega a um ponto em que não há água nem sequer para beber»



da. A Celbi tem plantado eucaliptos em tudo quanto é sítio.

«Isto qualquer dia chega a um ponto em que não há água nem sequer para beber. All em baixo — aponta-nos — havia água que regava duas várzeas; agora não dá nem para regar metade».

«Mas aqui — garantiu-nos, por fim — já não plantam mais eucaliptos. Têm que me montar bem o pélo para o conseguir».

Indignação colectiva

Mais do que a expressão individual de um homem que tomou consciência da gravidade da situação, estas palavras correspondem já hoje, pelo que pudemos observar, ao sentir colectivo dos homens do campo de alguns concelhos do Ribatejo, uma indignação colectiva que se levanta contra uma eucaliptização indiscriminada que não respeita as culturas tradicionais e chega a cometer o crime de proceder ao arranque de sobreiros e olivais.

Ora foi justamente essa tomada de consciência cimentada sobretudo ao longo dos últimos quatro anos — período fértil em lutas camponesas — que permitiu travar em muitos lados o avanço indiscriminado do eucalipto. Arruda dos Pizões (Rio Maior), Água Travessa, Sentelhas, Vale de Açor (Abrantes), Carregueira (Chamusca) foram algumas das localidades onde a organização, a unidade e a resistência das comunidades locais fez prevalecer a sua vontade.

Vale a pena, aliás, contar a história do que se passou há cerca de três anos em Água Travessa, lugar da freguesia de Bempostá. Depois do arranque de 400 hectares de montado de sobro, a Celbi procedeu a várias tentativas para plantar eucaliptos no mesmo terreno, todas elas goradas já que a população a cada tentativa respondia invariavelmente, nos dias seguintes, com o seu arranque.

Previendo a impossibilidade de levar por diante os seus planos a Celbi resolve ceder a exploração do terreno a outra celulose — a Caima — que decide adoptar um outro estratégia: contratar assalariados da zona para efectuar a plantação, julgando assim poder comprar as consciências e vergar a vontade da população. Escusado será dizer que o resultado foi exactamente o mesmo, tendo finalmente cessado as tentativas e deste modo saído vitoriosa a luta persistente da população.

«Hoje a plantação está estacionária, situação só possível graças à luta firme dos habitantes de Água Travessa». As palavras são já da camarada Irene Marques Aparício, presidente da Junta de Freguesia eleita pela APU, autarquia que deu todo o apoio às movimentações então realizadas em defesa das hortas e pomares.

«As populações sabem bem o que querem — sublinhou ainda — e neste

«Devido ao seu rápido crescimento o eucalipto é esgotante dos solos. Em solos com natureza xistosa não é defensável a eucaliptização. É defensável o olival, frutos secos e outras fruteiras. O eucalipto tem apenas lugar em terras marginais à agricultura»

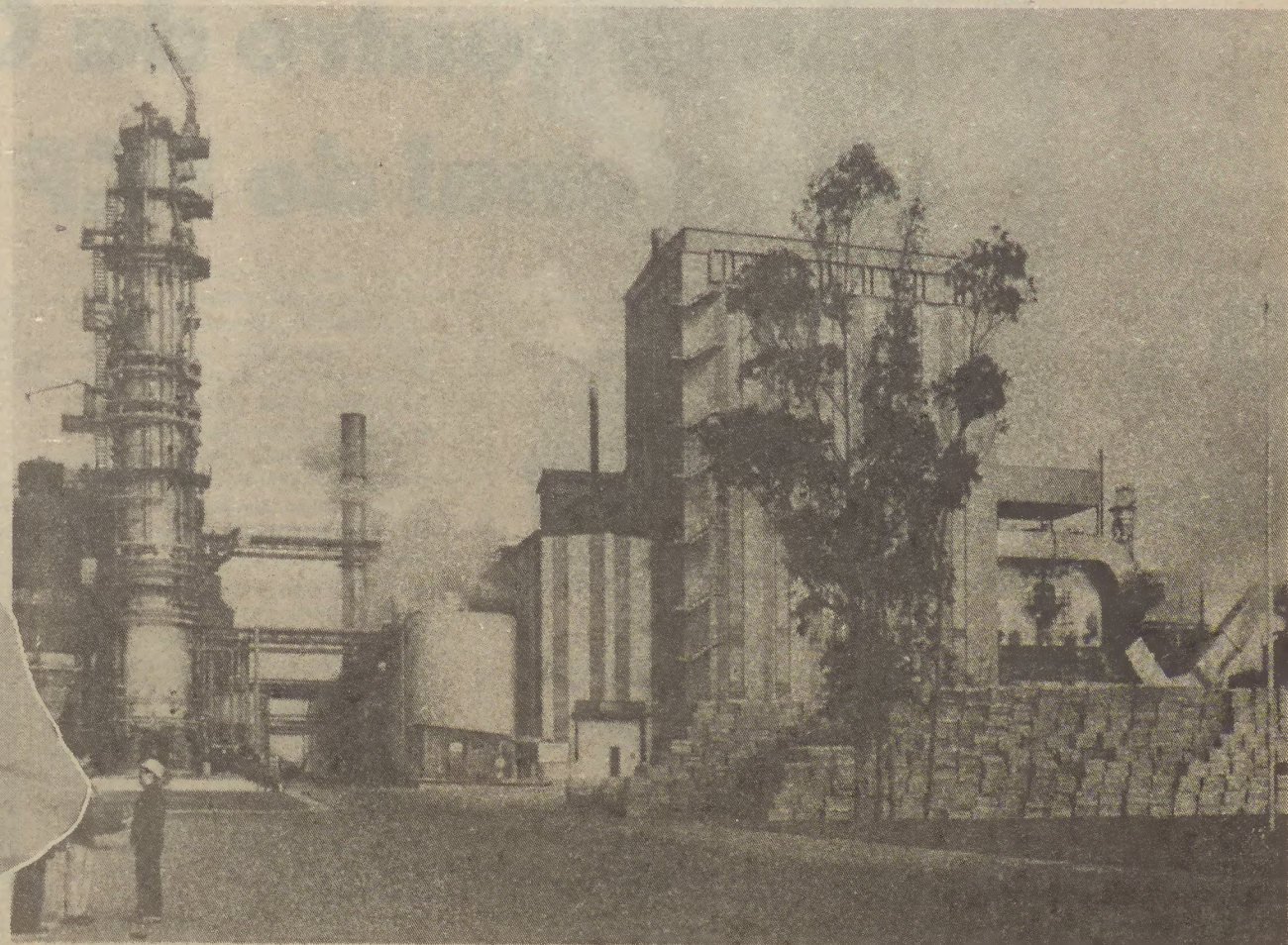
momento só não estão contra a eucaliptização indiscriminada as celuloses ou os grandes agricultores com interesses ligados a estas empresas».

Casos alarmantes

Mas se nestes casos foi possível estancar este avanço, valha a verdade que em muitos outros concelhos o nível de ocupação das plantações atingiu valores alarmantes. Em concelhos como Gavião, Penamacor, Abrantes, Chamusca, Rio Maior, Tomar, Constância, Vila Nova da Barquinha, Nisa, Ponte de Sor, Vila Velha de Rodão, Figueira de Castelo Rodrigo, Odemira, Santiago do Cacém, Vila de Rei e tantos outros, são com efeito, nítidas as consequências desta ocupação — há quem lhe chame flagelo — podendo encontrar-se qualquer dos fenómenos negativos que já referimos, nomeadamente o desaparecimento acelerado de grandes manchas de pinhal com a consequente redução de matéria-prima para as empresas de serração e mobiliário e uma acentuada quebra no sector resinero.



A exemplo do que sucedeu em muitas outras regiões do País, neste lugar — Martinchel, concelho de Abrantes — houve há quatro anos um incêndio que consumiu uma extensa área de pinhal. Não foi preciso muito tempo para que no terreno, comprado pela Celbi, começasse a crescer um enorme eucaliptal



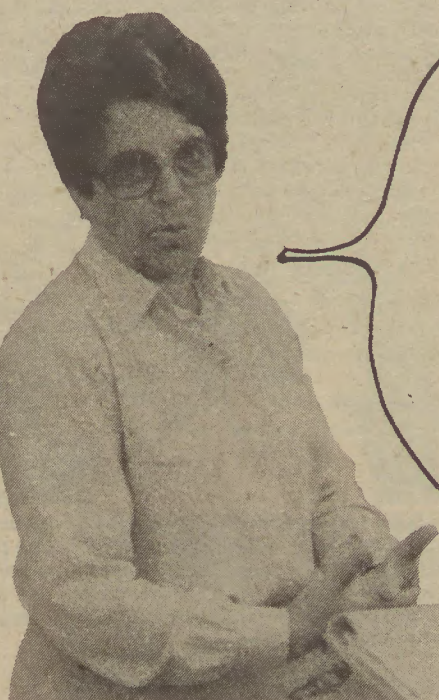
Será legítimo comprometer o futuro para que no presente saiam apenas beneficiadas empresas de celulose apostadas em obter o máximo lucro a qualquer preço?

Há alternativas

De um outro ponto de vista — o das celuloses, por exemplo — levantar-se-ão certamente vozes discordantes destas posições, quem diga que o eucalipto não é assim tão mau, que defenda como válidas e até imprescindíveis as imposições da CEE e do Banco Mundial nestas matérias.

Não têm sido poucas, com efeito, as referências provenientes de autoridades oficiais lembrando quanto são preciosos os milhões (poucos) de contos em divisas que entram no País por via da exportação da pasta de papel, chegando mesmo ao ponto de afirmar que não há alternativas em termos económicos à exploração do eucalipto.

Mas será mesmo que não há? E essas divisas entram no nosso País à custa de quê e de quem? Será que



«Hoje a plantação está estacionária, situação só possível graças à luta persistente das populações. As pessoas sabem o que querem e neste momento só não estão contra a eucaliptização indiscriminada as celuloses ou os grandes agricultores com interesses ligados a estas empresas»

écies cinegéticas ou o desenraizamento ou até desaparecimento de populações?

Será, pois, admissível ou legítimo comprometer o futuro para que no presente saiam apenas beneficiadas empresas de celulose apostadas em obter o máximo lucro a qualquer preço?

A resposta parece ser obviamente que não, atendendo sobretudo a um outro facto: há alternativas! Como nos dizia Francisco Domingos, professor do ensino agrícola na Escola Secundária n.º 2 em Abrantes, técnico atento e interessado por estas questões, é

de sobro. Mais: muitos dos solos que estão a receber eucaliptos têm excepcionais condições por exemplo para a fruticultura (ameixoeira, pêssego, figueira, etc.), como sejam os terrenos a Norte do Tejo, com exposição a Sul.

Com uma correcta política agrícola, com planificação e um adequado aproveitamento das terras, com um correcto ordenamento florestal, com apoio efectivo à reconversão do olival (plantação de novas variedades e mecanização) e do montado de sobro, com a plantação de eucaliptos — repare-se que também há lugar para eles — em terras marginais à agricultura, com uma política que tenha em conta estes aspectos, dizia-nos o nosso interlocutor, quem é que honestamente poderá afirmar que não há alternativa às devastações actuais, uma alternativa que sirva o desenvolvimento regional, os interesses dos agricultores, da economia e do País? ■

■ José Paulo Oliveira

LEIRIA

Ao encontro da Organização Regional do PCP

Durante cinco dias a reportagem do **Avante!** andou pelo distrito de Leiria. Participou em reuniões, plenários e outras iniciativas integradas num plano regional de actividades iniciado após a última reunião do Comité Central. Visitou Centros de Trabalho em vários concelhos. Contactou camaradas ligados às autarquias e às lutas nas empresas. Assistiu à última reunião da Direcção Regional, na Marinha Grande. Acompanhou e ouviu o responsável do Partido no distrito, o camarada António Orcinha, 37 anos, membro suplente da Comissão Política do CC. Tudo isto para ficar a conhecer melhor a Organização Regional de Leiria (ORLEI) do PCP, nascida da separação da OR do Oeste e Ribatejo (OROR), que até 1979 agrupava os distritos de Leiria e Santarém. Tudo isto, a par do estudo de alguma documentação (com destaque para os materiais saídos da 1.ª Assembleia da ORLEI, efectuada a 2 de Junho do ano passado) para ficar a conhecer os problemas, as preocupações e os projectos de uma organização implantada em 16 concelhos de 137 freguesias, que, no total, abrangem uma área de 3 515,78 quilómetros quadrados e onde vivem cerca de 420 mil portugueses.

Com uma população activa residente na ordem dos 41,6%, o distrito de Leiria apresenta um perfil económico em que as potencialidades, se devidamente aproveitadas e estimuladas, poderiam garantir um bom nível de vida para as suas gentes e um contributo mais significativo para o conjunto da economia nacional. A agricultura, a floresta, a pecuária, a indústria transformadora (28,5% da população activa), as pescas (Peniche e Nazaré são os pólos desta actividade) e o turismo (praias, termalismo, património cultural) são sectores que, no quadro de uma política responsável de defesa intransigente dos interesses nacionais, podem garantir um futuro próspero no distrito. Neste sentido, os comunistas têm avançado inúmeras propostas.

As condições de vida e de trabalho, hoje

Próspera não é, infelizmente, a actualidade neste distrito. Como salientaram os membros da DORLEI na sua última reunião, «devido à política do Governo PSD/Cavaco Silva, estão a agravar-se cada vez mais as condições de vida do povo: dos trabalhadores por conta de outrem, aos camponeses, dos pequenos e médios empresários aos quadros técnicos, dos jovens às mulheres, dos reformados aos deficientes.»

Paralelamente, «a repressão aumenta nas empresas, com métodos diferentes e cada vez mais refinados». Nas reuniões em que participámos, ouvimos exemplos impressionantes: as escalas de prémios de mérito, as chaves da casa de banho no bolso do encarregado, a assinatura de mulheres comprometendo-se a não engravidar, etc, etc.

As coisas não ficam por aqui. A palavra para a DORLEI:

«Existem cada vez mais trabalhadores contratados a prazo e muitos outros são conduzidos diariamente para as fileiras do desemprego. Aumentam as actividades económicas paralelas, ilegais e clandestinas, com a consequente intensificação da exploração, muitas vezes em condições desumanas, principalmente na Construção Civil e na Hotelaria. Por todo o distrito são conhecidos casos de sa-

lários muito inferiores aos contratuais e ao que está implantado por lei».

Ao mesmo tempo que descem os salários e aumentam os lucros do capital, prossegue a chaga dos salários em atraso mesmo em empresas consideradas saudáveis pela opinião pública, como é o caso do sector de moldes.»

É neste quadro que os mais de 5500 militantes do PCP no distrito desenvolvem a sua actividade, orienta-

bém pela não concretização dos parques industriais alternativos (Marinha Grande é um exemplo significativo), pelo afunilamento das vias de comunicação, pelo atraso imposto à agricultura, às pescas e ao turismo.

É, pois, neste quadro, caracterizado à partida por uma fonte ofensiva contra a classe operária do distrito, que o PCP desenvolve e amplia a sua acção.

Envolvendo e arrastando um cortejo de ataques cerrados no plano ideológico e social (Comunicação Social, repressão nas empresas, manipulação da opinião pública, demagogia, mentiras, etc.), a ofensiva não consegue travar nem a evolução crescente do Partido, nem o prestígio da Aliança Povo Unido, nem ainda a afirmação e consolidação das forças e organizações progressistas e representativas do «mundo do trabalho», tanto na indústria, como nos campos.

Contando com 551 membros em Julho de 1974, o Partido aproxima-se hoje dos 6 mil militantes. Como nos disse António Orcinha, os concelhos estão neste momento a elaborar programas de trabalho para uma acção de recrutamento bem planeada e organizada. Definem-se metas, tendo como objectivo trazer ao Partido quem mais se destaca nas lutas.



Nesta reunião foram constituídas brigadas para entregar cartões do Partido. Mas antes, tinha estado em debate uma preocupação fundamental não só no concelho, como em todo o distrito de Leiria: há que enquadrar os militantes, há que agarrar as diversas frentes de luta e sectores, há que distribuir e assumir responsabilidades, há que responder com audácia à necessidade de quadros intermédios de direcção

da, como nos dizia António Orcinha, numa das conversas que manteve com a nossa reportagem, para duas prioridades essenciais: por um lado, o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e, por outro, a luta contra o desmantelamento da economia regional, que tem como uma das principais componentes a destruição de empresas: segundo um balanço feito em Abril deste ano tinham encerrado nos últimos tempos 38 empresas, lançando mais de 2 mil trabalhadores no desemprego; ao mesmo tempo, em 32 empresas com salários em atraso, eram atingidos directamente 6445 trabalhadores.

Mas a par da redução drástica dos postos de trabalho, das falências e transferências de empresas, o boicote à economia regional passa tam-

Na vanguarda

Eleita na 1.ª Assembleia dos comunistas do distrito (2 de Junho de



Como foi persistentemente sublinhado nesta reunião, o Partido deve aprofundar o conhecimento das realidades, dos problemas e das situações que se vivem no concelho de Alcobaça. As lutas nas empresas, as condições de vida e de trabalho, a acção dos eleitos da APU nos órgãos autárquicos do concelho, as propostas do Partido e outras informações devem ser levadas ao conhecimento da população. Uma palavra final para sublinhar o tom de responsabilidade com que aqui foi abordada a tarefa de difusão da imprensa partidária, a começar pelo «Avante!»

1985), a Direcção da Organização Regional-DORLEI é actualmente constituída por 48 elementos, tendo dois organismos executivos: o Secretariado (5 membros) e o Executivo (13).

A DORLEI acompanha o trabalho de 169 organismos de direcção e comissões específicas, envolvendo um total de cerca de mil camaradas com responsabilidades ao nível dos ODs de Zona (concelhos do Sul, Centro, Norte e Marinha Grande), Comissões Concelhias, secretariados de células de empresa e ODs para o trabalho de massas (caso dos sectores específicos, nomeadamente o das autarquias e o sindical).

O Partido tem militantes em 129 empresas do distrito, que, no total, empregam cerca de 23 500 trabalhadores. A maioria dos 1655 membros do PCP naquele conjunto de empresas está organizada em células, às quais cabe um papel de primeiro plano nas intensas lutas dos trabalhadores, desencadeadas em defesa das empresas, da economia e dos salários.

«Os comunistas estão de facto na vanguarda da luta também aqui no distrito de Leiria e nalguns concelhos, como a Marinha Grande, Caldas ou Peniche, por exemplo, essa luta é permanente e exige um esforço acentuado de mobilização, esclarecimento e unidade», como sublinhou ao «Avante!» o camarada António Orcinha.

No documento divulgado aos órgãos de Comunicação Social após a última reunião da DORLEI, salientavam-se as lutas travadas pelos trabalhadores da Aníbal H. Abrantes (forte adesão à greve), da Argilex (Ansião), Ivima (Marinha Grande) e Baquelite Lis (Leiria).

De referir que onde ainda não existem Comissões Concelhias do PCP (Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Alvaia-

zere), a acção do Partido é dinamizada a partir de núcleos, como sucedeu, por exemplo, com uma recente sessão pública realizada em Figueiró dos Vinhos.

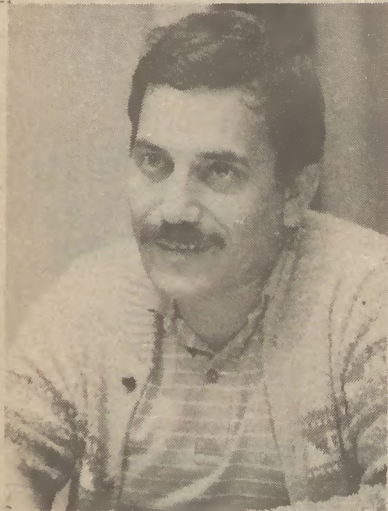
A presença da APU nas autarquias

A Aliança Povo Unido conta actualmente 125 eleitos nos órgãos autárquicos do distrito, assim distribuídos: 36 na Marinha Grande, 34 em Peniche, 12 em Alcobaça, 11 no Bombarral, 9 em Caldas, 7 em Porto de Mós, 5 na Nazaré, 4 em Óbidos e 1 em Ansião.

Além da presidência do Município, da Assembleia Municipal e das duas Juntas de Freguesia da Marinha Grande, a APU está também à frente dos destinos da freguesia do Bombarral (concelho de maioria CDS) e tem vereadores nas CMs da Marinha Grande, Peniche e Bombarral. Em Peniche está em pé de igualdade com a força que detém a presidência da Câmara (tanto a APU como o PSD têm três vereadores; no caso da APU, trata-se de um democrata independente, um militante comunista e um militante do MDP).

Sector em que os comunistas e seus aliados na Aliança Povo Unido, numa comprovada dinâmica de unidade e cooperação, têm dado provas e testemunhos de grande dedicação, competência e honestidade e em que a real influência política e social do Partido e da APU não corresponde ainda ao número de eleitos e à percentagem eleitoral (11,3% nas autarquias/contagem para as AMs), o Poder Local é uma frente de trabalho para a qual a ORLEI do PCP, na sua 1.ª Assembleia, apontou, entre outras, as linhas gerais de actuação que aqui deixamos de seguida:

● Melhorar a organização e o papel dirigente do Partido a todos os ní-



António Orcinha ao «Avante!»: no distrito de Leiria confirmou-se a necessidade e a oportunidade do Partido passar ao ataque. As orientações saídas do Comité Central estão a ser inteiramente correspondidas na região

vels, reforçar o funcionamento dos organismos das autarquias, aplicar e controlar a execução das orientações gerais;

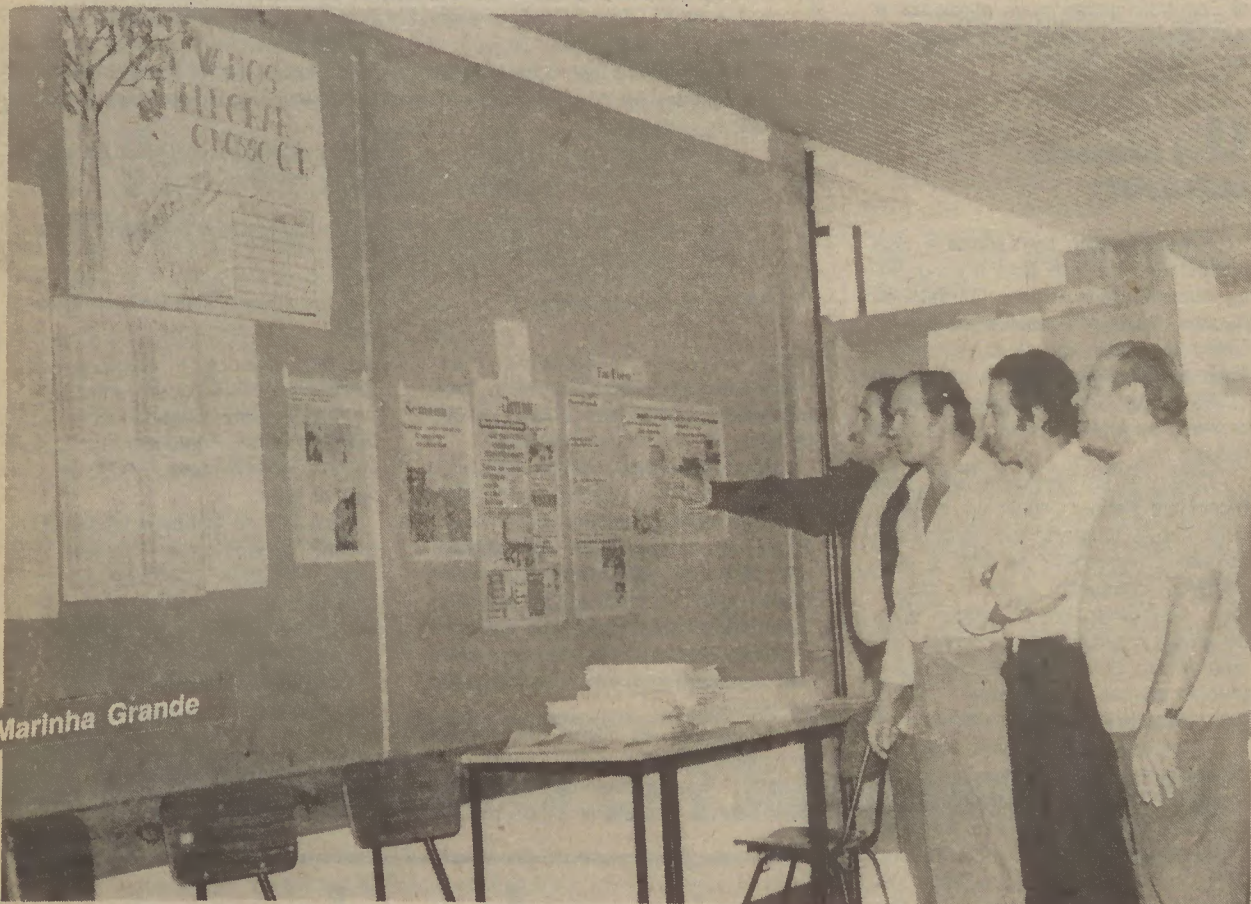
- Aprofundar e desenvolver a linha de massas no trabalho autárquico;
- Melhorar o apoio do Partido a todos os eleitos, quer no plano técnico, quer político, criar grupos ou comissões específicas de trabalho, melhorar o estudo e conhecimento dos problemas locais, a formação e desenvolvimento dos quadros, e o

É no cumprimento dessas directrizes que a Direcção Regional, através da comissão de controlo financeiro, avançou agora uma campanha de mil contos, já em marcha, que tem como lema «Uma prenda de Natal para o PCP». Prevista até 15 de Janeiro de 1987, esta recolha de fundos ou de «produtos que possam ser convertidos de imediato em verbas», tem como finalidade que cada organização concelhia responda a compromissos, assumidos, nomeadamente, com a Cai-

tas para breve outras acções de grande impacto na vida partidária.

Assim, já no próximo domingo, dia 26, decorrerá em Ansião, a partir das 15.30 horas, um encontro de quadros dos concelhos do norte (Pombal, Alvaizere, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Ansião) para análise dos problemas da zona e do trabalho da organização.

No dia 31, a partir das 21 e 30, vai realizar-se na Marinha Grande um encontro distrital de quadros e activis-



Marinha Grande

Se, por um lado, é verdade que os níveis de venda, difusão e leitura do «Avante!» no distrito de Leiria são ainda baixos, por outro lado, é de salientar que esses problemas podem ter uma solução adequada no âmbito da actividade do Partido. Falar do «Avante!», do seu conteúdo, da sua importância em cada semana, recortá-lo e afixá-lo nos CT's (como vimos na Marinha Grande), debatê-lo e planear a sua venda (como sucedeu há dias em Alcobaça), fazê-lo chegar a todos os concelhos, são pontos de partida para a resolução de um problema reconhecido em Leiria

acompanhamento regular de todos os órgãos autárquicos;

- Ligar aos organismos das autarquias camaradas das células das câmaras e da juventude;
- Melhorar a atenção do Partido às zonas onde a APU tem uma menor influência eleitoral e um menor número de eleitos;
- Melhorar a ligação de todos os eleitos do Partido às Comissões Concelhias e de Freguesia.

Uma prenda de Natal para o PCP

Com os recursos financeiros necessários, assegurar o desenvolvimento da actividade do Partido, ao nível exigido pela situação actual, e ao mesmo tempo procurar um melhor equilíbrio entre a recelitas e as despesas é um dos objectivos principais da política financeira da ORLEI, como sublinhou a sua 1.ª Assembleia.

O Partido a mexer: já se preparam iniciativas de 87

Após um plano de actividades em que, um pouco por todo o distrito, se integraram nas últimas duas semanas numerosas iniciativas (encontros, reuniões, plenários e outras sessões de trabalho e de debate, com a participação de quadros e militantes), a Organização Regional de Leiria tem previs-

tas para discussão dos temas da Conferência Nacional do Partido sobre a Mulher.

No dia 6 de Novembro os comunistas de Pombal vão reunir-se em Assembleia de âmbito concelhio.

A análise ao trabalho de direcção, numa perspectiva de melhoramento e recomposição da Comissão Concelhia, será ponto saliente do plenário de quadros marcado para dia 8 em Caldas da Rainha. Nesse mesmo dia, na Marinha Grande, haverá um plenário concelhio de quadros das empresas, onde será feito o ponto da situação social e da acção do Partido e da presença dos militantes comunistas nos órgãos unitários e representativos dos trabalhadores.

A 6 de Dezembro será a vez da 2.ª Assembleia da organização concelhia dos comunistas de Leiria.

Entretanto, já em 1987, os comunistas do distrito terão logo no mês de Janeiro duas iniciativas de especial significado em Peniche: a comemoração da histórica fuga de 1960 e a realização da Assembleia da organização concelhia do PCP (dia 25). ■



Caldas da Rainha

Aproveitar melhor os Centros de Trabalho

É na base dos contributos solidários em dinheiro, materiais diversos e mão-de-obra nas jornadas de fim-de-semana que têm decorrido as obras de restauro e melhoramentos do Centro de Trabalho do Partido em Caldas da Rainha. Aí conversámos, após uma reunião de militantes promovida pela Concelhia, com os camaradas João Macário, membro daquele organismo e responsável do CT, e Mário Rebelo, que nos afirmaram:

«Até ao fim de Novembro estará concluída a 1.ª fase destas obras: limpeza, pinturas e trabalhos de restauro e conservação. Numa 2.ª fase, teremos que substituir os caixilhos das janelas».

Edifício centenário, localizado na parte antiga da cidade, este CT, propriedade do Partido desde 1975, é constituído por um rés-do-chão (4 salas, cozinha, despensa e instalações sanitárias), primeiro andar (salão, bar, uma sala e casa de banho) e um amplo sótão, que no futuro será devidamente preparado dando, assim, mais condições de trabalho aos militantes.

A par do sótão, outra necessidade terá que ser respondida a curto prazo: o arranjo do telhado, trabalho essencial para a defesa e conservação de todo o edifício, como nos sublinharam os camaradas Macário e Rebelo.

Entretanto, enquanto na Marinha Grande se prepara a remodelação da zona de entrada do magnífico Centro de Trabalho, os comunistas do Bombarral pensam empenhar-se brevemente na construção da casa do Partido, para a qual já existe um terreno muito bem localizado (mesmo no coração da vila) e um projecto. De restauro e beneficiação está necessitado o CT de Leiria (tectos de rara beleza), onde tivemos oportunidade de constatar da parte de vários camaradas vontade para concretizar alguns trabalhos de manutenção, a começar pelo telhado. Em Peniche, estão em perspectiva obras na fachada do Centro do Partido, enquanto o de Pataias ainda não viu terminada a sua construção.

«Dar um melhor aproveitamento aos CT's existentes» é objectivo dos comunistas, como nos salientou o camarada António Orcinha, que, referindo-se à zona mais carenciada do distrito em termos de CT's, apontou a importância e as possibilidades dos Centros de Pombal (pioneiro em obras de melhoramentos) e Ansião para a actividade do Partido em toda a zona norte do distrito.

O Partido não dispõe ainda de CT's em 6 concelhos. Dos existentes, apenas os de Pombal, Ansião, Alcobaça, Nazaré e Óbidos é que não são propriedade do Partido. ■



Caldas da Rainha

Carinho e dedicação — duas palavras que definem os sentimentos dos camaradas da organização concelhia pelo CT do Partido

«Guerra das Estrelas»

manifestação de militarismo

Li a declaração feita pelo presidente dos Estados Unidos sobre Reykjavik. É sintomático que o presidente se arvorasse em autor de todas as propostas debatidas. Pois bem, talvez aquelas propostas fossem tão atractivas para os americanos e os outros povos do mundo que o presidente achou por bem recorrer a tal truque. Repetimos aqui palavras do camarada Gorbatchov, na sua intervenção na televisão de Moscovo, ao povo soviético, porque tocam num ponto fulcral: a intensa **campanha propagandística** de Washington e da NATO, logo após Reykjavik e as primeiras declarações de malogro e decepção (foram esses os termos utilizados pelos que impediram a consagração de um êxito histórico nesta cimeira).

Campanha que só por si testemunha a importância do movimento pela paz, da profunda vontade de paz dos povos, que aliás têm uma verdadeira compreensão do seu significado. A compreensão que escapa aos dirigentes do capital, cegos pela corrida ao lucro e pelo irrealismo da aposta na recuperação do domínio mundial perdido.

«Foi um tremendo sucesso», dizia Shultz, pouco depois de se ter divulgado a versão de terrível fracasso. Entretanto Reagan, afirmava como suas as importantes e inovadoras propostas avançadas pela parte soviética (tão importantes que acabaram por se impôr como praticamente irrecusáveis — no que respeita a uma radical redução das armas nucleares).

De par deste elemento da campanha — escamotear as responsabilidades próprias por Reykjavik não se ter saldado num histórico passo em frente, e ainda apoderar-se das propostas de paz alheias (apenas ao nível da propaganda, é evidente...) —, outro, não menos importante, é quotidianamente batido.

A militarização do Cosmos.

Classificada (e não por acaso) pela Casa Branca, de Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), é apresentada como questão de somenos importância, pois apenas se destinaria à defesa (aquí escamoteia-se também a intrínseca ligação entre defesa e ataque, entretanto reconhecida mesmo em acordos internacionais assinados pelos EUA e a União soviética). Tese propagandística que torna naturalmente incompreensível a posição da URSS.

Mas a realidade não se conforma com os moldes em que a propaganda a pretende encaixar.

A mais importante lição do encontro de Reykjavik

Voltamos a citar o secretário-geral do PCUS, no relato feito ao povo soviético: «o encontro de Reykjavik desmascarou ainda mais, aos olhos de todo o mundo, a famigerada «IDE» como um símbolo de obstrucionismo à causa da paz, como uma manifestação concentrada do militarismo e da relutância em eliminar a ameaça nuclear que paira sobre a Humanidade. É pura e simplesmente impossível interpretá-lo de outra maneira. É a mais importante lição de Reykjavik».

Para chegar a esta conclusão, Gorbatchov descreve uma das fases mais críticas da cimeira. Uma descrição que fala por si, do conteúdo de duas políticas.

«O resultado fora o seguinte: no tocante aos armamentos estratégicos ofensivos e aos mísseis de mé-

dio alcance, surgiu a possibilidade de proceder à elaboração de acordos.

«O Tratado «DAM» (sobre defesa antimíssil), nesta conjuntura, adquiria a importância prioritária. O seu papel tornava-se ainda mais importante. Será possível destruir aquilo que até agora permitiu conter, em certa medida, a corrida aos armamentos? — disse ao presidente. **Se vamos agora reduzir os armamentos nucleares estratégicos e os de médio alcance, ambas as partes devem estar seguras de que ninguém criará, neste período, novos meios que possam vir a torpedear a estabilidade e a paridade.** Por isso, parece-me perfeitamente lógico determinar o prazo. Os norte-americanos falaram em sete anos, e nós propuzemos dez — aqueles dez anos no decurso dos quais devem ser liquidadas as armas nucleares. Sugerimos dez anos, durante os quais tanto a parte soviética como a norte-americana não irão desfrutar do direito de rescindir do tratado «DAM», direito esse que elas possuem, e efectuar as pesquisas e as experiências unicamente em laboratórios (...)

«Em resposta voltamos a ouvir da parte do presidente Reagan argumentos muito bem conhecidos desde a cimeira de Genebra e das suas intervenções públicas: de que a «IDE» é um sistema defensivo, de que, caso procedamos à liquidação das armas nucleares, como poderemos defender-nos de um louco eventual em cujas mãos essas armas possam cair, de que está pronto a partilhar connosco os resultados dos trabalhos no âmbito da «IDE». A esta última observação respondi: **senhor presidente, não levo a sério esta sua ideia de que partilhará connosco os resultados dos trabalhos ao abrigo da «IDE». Agora não quer repartir connosco nem mesmo o equipamento destinado à indústria petrolífera ou equipamento para fábricas de lacticínios, e como quer que acreditemos nas suas promessas de partilhar connosco os materiais da «IDE».** Isto seria uma espécie de «segunda revolução norte-americana», e as revoluções não acontecem com frequência. Eu disse ao presidente Reagan: **sejamos realistas e pragmáticos. Assim será mais seguro. Estamos a falar de coisas demasiado sérias (...)**

«Mas tudo isto não passa de um verdadeiro truque. Sabe-se perfeita-

mente que sugerimos liquidar não só os armamentos, mas todos os armamentos nucleares de que os EUA e a URSS dispõem, e sob um rigoroso controlo.

«Pergunta-se: que necessidade haverá de proteger a «liberdade da América» e dos seus amigos contra os mísseis nucleares soviéticos, se estes mísseis deixarão de existir?

«Se não existirem as armas nucleares, para que será necessária a defesa contra elas? Assim todo este projecto da «guerra das estrelas» tem um carácter estritamente militarista, e visa alcançar a supremacia militar sobre a União Soviética.»

Um projecto militarista

A militarização do Espaço é isso mesmo: um projecto para a conquista da superioridade militar. Gorbatchov demonstra-o em termos políticos. Como conclusão lógica do que aconteceu em Reykjavik. Todos os factos, qualquer que seja o ângulo de abordagem, apontam nessa mesma direcção.

Divulgado em Março de 1983, pelo presidente Reagan, como um projecto defensivo, o programa da «guerra das estrelas», representa de facto o alargamento ao Espaço da corrida das armas, apostando em diferentes tipos de armas qualitativamente novas. Baseia-se em dois sistemas: antimíssil (núcleo central do programa) — DAM, e anti-satélite — ASAT.

Teoricamente o sistema antimíssil deveria constituir um «escudo» de defesa sobre os Estados Unidos. Conta com três escalões. Os dois primeiros incluíam estações cósmicas de combate com armas laser e de feixes capazes de interceptar mísseis nas etapas inicial e intermédia da sua trajectória de voo. O terceiro escalão, de estacionamento terrestre, teria por objectivo destruir os mísseis na última etapa de voo.

Esta brevíssima síntese indica logo que estamos perante novas gerações de armas (com velocidades próximas das da luz), nomeadamente a ser colocadas no Cosmos. O que não pode ser considerado outra coisa senão um novo salto na corrida aos armamentos.

Acresce que — apresentado embora como projecto defensivo — tudo indica que o escudo nunca será totalmente impermeável. E o mais pequeno «furo» significa o suicídio colectivo.

Por outro lado, são os próprios cientistas norte-americanos a avançar um sem número de meios para violar tal «escudo».

De salientar, que as estações espaciais de combate, muito vulneráveis no caso de o adversário atacar primeiro, são poderosas armas se o objectivo for desferir o primeiro golpe.

Actualmente, os trabalhos de criação de armas anti-satélite nos EUA incluem já a elaboração de um sistema aéreo lança-mísseis para a interceptação dos satélites artificiais da Terra, a busca de novas vias técnicas para a instalação de sistemas de defesa anti-míssil reforçados pela utilização de mísseis nucleares (inclusive anti-saté-

A última proposta soviética

«A União Soviética e os Estados Unidos comprometer-se-iam a não usar nos próximos dez anos do seu direito de renunciar ao Tratado «DAM», sem limite de prazo de vigência, e a observarem nesse período com rigor todas as suas alíneas. São proibidos os ensaios com quaisquer elementos espaciais de uma defesa anti-míssil no Espaço, menos as pesquisas e os testes realizados em laboratórios.

«Os armamentos estratégicos ofensivos de ambas as partes serão reduzidos a 50 por cento nos primeiros 5 anos da citada década (até ao ano de 1991, inclusive).

«No segundo quinquénio do período em questão serão desmantelados os restantes 50 por cento dos armamentos estratégicos ofensivos de ambas as partes.

«Deste modo, os armamentos estratégicos ofensivos da União Soviética e dos Estados Unidos serão eliminados por completo até ao fim do ano de 1996».

Esta última tentativa soviética de obter um acordo em Reykjavik. Uma proposta recusada pelos Estados Unidos. ■

lite e vai-vens), a elaboração de meios para aniquilar os satélites com poderosas instalações a laser e de feixes.

O carácter agressivo destes planos é evidenciado pelo próprio vice-ministro norte-americano de Defesa, F. Ikke, ao declarar que «o emprego dos sistemas anti-satélite como elemento de primeiro golpe para aniquilar todos ou a maior parte dos satélites mais importantes do inimigo visa diminuir sensivelmente o poder do golpe de resposta».

Os planos são claros. Os perigos terrivelmente reais.

Resta-nos acrescentar que estamos perante uma política absurda na

era que vivemos. O cientista norte-americano, Carl Sagan (entre muitos outros) é claro quando afirma que também para o agressor, no quadro de uma guerra nuclear, é de suicídio que se trata.

Em termos políticos, Gorbatchov acusou: «é aos nossos parceiros que faltou a largueza de atitude, a percepção da singularidade do momento e, em última análise a coragem, a responsabilidade e a determinação política tão necessárias para a resolução dos palpitantes problemas globais de maior vulto. **Eles permaneceram nas velhas posições, já corroídas pelo tempo e avessas às realidades contemporâneas.**» ■

marcha da paz

sábado 25 outubro 15 h.
praça da liberdade porto



• **Notas de uma Conferência em Moscovo**

«A classe operária e a actualidade»

Organizada pelo Instituto do Movimento Operário Internacional da Academia das Ciências da URSS, realizou-se de 8 a 10 de Outubro, em Moscovo, uma Conferência Científica Internacional sobre «A Classe Operária e a Actualidade». Participaram nos trabalhos representantes de mais de cem partidos políticos (comunistas, socialistas, social-democratas, trabalhistas e democrático-revolucionários), organizações sindicais e institutos de investigação de 80 países do mundo. Os trabalhos decorreram em plenário e em três secções («A classe operária e a revolução científico-técnica»; «A classe operária, tendências do movimento de massas e a luta contra o militarismo e a reacção»; «A classe operária e o desenvolvimento»), bem como uma mesa redonda sobre a classe operária nos países socialistas. Trocaram-se úteis informações e aprofundaram-se questões teóricas sobre o desenvolvimento da classe operária, as condições e objectivos da sua luta, os seus aliados, as novas tarefas que se colocam perante a implementação da revolução científico-técnica, o agravamento da crise capitalista, a reestruturação das forças produtivas, as graves ameaças à própria sobrevivência da humanidade determinadas pela corrida aos armamentos incentivada pelos círculos mais reaccionários do imperialismo, nomeadamente o complexo militar-industrial dos EUA. Participou na conferência uma delegação do PCP encabeçada pelo camarada Aboim Inglês, membro do Comité Central, e de que fez parte o camarada António Quintas, dirigente sindical.

A Revolução Técnica Científica (RTC) abre possibilidades imensas, capazes de satisfazer as necessidades materiais e espirituais dos homens.

Porém, no capitalismo, essas possibilidades, em vez de aproveitadas em todas as suas potencialidades, nalguns casos convertem-se em factores contraditórios e antagonísticos com os interesses da classe operária.

Na parte do mundo não socialis-

ta, a RTC está ligada a dificuldades crescentes da reprodução capitalista com frequentes processos de crise e à agudização do antagonismo entre o trabalho e o capital.

A implementação de novas tecnologias traz implícita, no mundo capitalista, o aumento das diferenças sociais, disparidades entre ricos e pobres, milhões de desempregados, a fome e a miséria. Os sectores mais retrógrados e militaristas do capitalis-

mo aproveitam a RTC desenvolvendo uma louca corrida armamentista que coloca a humanidade perante a perspectiva irracional do holocausto nuclear.

Em tais circunstâncias, a classe operária, os trabalhadores manuais e intelectuais e as suas organizações de classe desempenham um papel activo em defesa dos seus interesses e direitos a fim de fortalecer a justiça e o progresso social e a paz no mundo.

Nos países socialistas o desenvolvimento da RTC, com a implementação de computadores, automatização integral e a robotização da actividade produtiva, é um instrumento para acelerar o progresso económico e social, incrementar o bem-estar material dos trabalhadores e do povo, para satisfazer cada vez mais a procura dos bens materiais e espirituais dos homens.

No socialismo a classe operária não é objecto passivo da influência da RTC, antes se apresenta como sujeito de transformações qualitativas profundas.

Nas cerca de 110 intervenções e durante os 3 dias da conferência, os participantes deram um contributo activo, através das mais diversas experiências, com o fim de contribuir para o estudo global dos problemas da classe operária, na actual situação internacional da Revolução Técnico Científica. ■

Monumento a Thaelmann

No dia 3 deste mês de Outubro, na presença de milhares de moscovitas, levando bandeiras da URSS e da RDA, panos e dísticos, foi inaugurado um monumento a Ernest Thaelmann, na praça que tem o nome daquele lutador do movimento operário e comunista alemão e internacional, cujo aniversário natalício foi comemorado no ano em curso.

Participaram na cerimónia solene de inauguração Mikhail Gorbachov, secretário-geral do CC do PCUS, Erich Honecker, secretário-geral do CC do PSUA e presidente do Conselho de Estado da RDA, Herbert Mies, presidente do partido comunista alemão e Horst Schmitt, presidente do Partido Socialista Unificado de Berlim Ocidental e a filha de Thaelmann, Irma Gabel Thaelmann.

Numa tribuna montada para o efeito junto ao monumento de granito vermelho com a estátua de bronze de Ernest Thaelmann, usaram de palavra as figuras destacadas dos partidos e do Estado mencionadas. Todos referiram o carácter internacionalista e de lutador abnegado de Ernest Thaelmann e a sua vontade férrea de lutar contra a exploração, pela paz e socialismo.

Mikhail Gorbachov depois de enaltecer as qualidades do homenageado, voltou (e de novo) ao importante tema da Paz. Nesta simbólica mas significativa homenagem a Ernest Thaelmann, que sempre se bateu pela paz, ficou mais uma vez clara a posição da URSS que, nunca é de mais dizê-lo, conheceu bem os efeitos da guerra com a perda de 20 milhões de pesso-

as, além de bens e cidades destruídas.

O PCUS e o governo soviético tentam e procuram através do diálogo e de propostas sérias e concretas afastar as nuvens negras que pairam no horizonte da Humanidade.

Ernest Thaelmann, conseqüente internacionalista, esteve preso durante anos e em várias cidades capitais do

mundo realizaram-se grandes manifestações pela sua liberdade.

Acabaria por ser assassinado a sangue frio pelos fascistas.

Com o nome de Ernest Thaelmann foram baptizadas ruas, praças e fábricas em muitas cidades da URSS. Com este monumento vivo e discreto, da autoria de Vinianim Nesterov e dos irmãos Vladimir e Valentim Artamonov, erguido em Moscovo, o mundo e a classe operária de todos os países têm mais um símbolo de solidariedade com todos os lutadores que se dedicaram e dedicam à causa da democracia, da paz e do socialismo.

■ **Romeu do Rosário**



Checoslováquia A formação da nacionalidade

Dia 28 de Outubro, a Checoslováquia assinala mais um aniversário da sua fundação, que data do fim da primeira grande guerra. Um curto período da história, em que o país viveu as mais profundas transformações socioeconómicas e políticas.

O 28 de Outubro de 1918 culminou uma vasta luta popular, com greves e manifestações, luta em que de outras formas também participaram significativos sectores da burguesia. Na esteira do desmembramento do império austro-húngaro, os povos checo e eslovaco conquistaram unidos a sua liberdade. O recém-formado Comité Nacional toma o poder e proclama a Checoslováquia independente.

Trinta anos volvidos, dá-se um novo salto histórico. Com a derrota do nazismo e a libertação dos povos dos países subjugados pelo avanço final do Exército Vermelho, toda uma nova e ímpar situação se gerou na velha Europa, que levou à formação de uma comunidade socialista de que a Checoslováquia é parte.

Os caminhos novos não são fáceis. Menos ainda nas condições de devastação total resultantes da guerra. A primeira grande preocupação do governo checoslovaco do pós-guerra centrou-se na renovação, em novos moldes, da economia destruída. O programa elaborado nesse sentido, por iniciativa do Partido Comunista da Checoslováquia, foi proclamado em 5 de Abril de 1945, na cidade de Kosi- ce, na Checoslováquia Ocidental então já libertada.

Uma das tarefas mais importantes foi a nacionalização da indústria pesada e da banca. Nesta primeira etapa do processo de nacionalizações passaram para a direcção estatal 16,4% das empresas industriais que empregavam então 61% de todos os trabalhadores da indústria.

Estas medidas iniciais conduziram, não só ao enfraquecimento das posições económicas da grande burguesia, à liquidação da influência do capital estrangeiro, como também ao fortalecimento da independência económica do país, que assumiu a capacidade de dirigir de forma planificada parte essencial da indústria.

Nos quarenta anos de construção e posterior aperfeiçoamento (hoje em curso) da sociedade socialista, a Checoslováquia ficou irreconhecível. Afirmou-se um sólido desenvolvimento económico ao serviço dos trabalhadores. Obtiveram-se significativos índices de nível de vida.

Sem problemas? De modo nenhum. Mas não têm paralelo as questões a exigir hoje resposta determinada, com aquelas que o povo checoslovaco defrontou, a braços com um país arruinado, as resistências óbvias, e o trilhar de caminhos então ainda só experimentados concretamente na URSS.

As questões que se colocam hoje

Hoje não se trata de reconstruir a economia, mas de outros desafios qualitativamente diversos. O que se



discute é o facto de não se ter ainda procedido à transformação radical que se impõe, sobretudo no domínio de uma aplicação mais ampla dos progressos técnico-científicos.

As grandes opções do desenvolvimento económico e social da Checoslováquia para os anos de 1986-1990 e na perspectiva do ano 2000, adoptadas pelo XVII Congresso do PC da Checoslováquia, em Março de 1986, caracterizam-se, antes de mais, pela aposta na aceleração do desenvolvimento socioeconómico. As taxas de crescimento médio anual do rendimento nacional nos próximos anos deverá ultrapassar em 60% a média do 7.º plano.

Porquê apontar para objectivos tão ambiciosos?

Na nossa era, e no quadro do desenvolvimento socialista, a intensificação do desenvolvimento económico tornou-se uma necessidade objectiva e é um factor indispensável para a concretização de novos passos na elevação do nível de vida do povo.

Ritmos mais rápidos de crescimento do rendimento nacional permitirão criar recursos suficientes para um crescimento duas vezes mais rápido do consumo individual (em relação ao 7.º quinquenato). Serão aumentadas em mais de um quinto as despesas de carácter social, um melhor equipamento de sectores de actividade não produtivos como a saúde pública, o ensino, a cultura, o comércio e os serviços, a construção e modernização de habitações.

Trata-se, por outro lado, de criar as bases decisivas para o futuro crescimento do potencial económico do país.

Neste caminho a Checoslováquia tem a sua própria experiência. Trata-se neste momento de dar um impulso decisivo no pleno aproveitamento das potencialidades do socialismo perante o desafio da revolução técnico-científica.

E aqui é de referir a participação da ciência e da tecnologia checoslovacas em domínios tão avançados como o da exploração do Cosmós. Com o seu equipamento, a Checoslováquia está presente em programas científicos como a exploração do planeta Vénus e do cometa Halley e ainda no projecto Fobus, orientado para a exploração de um dos satélites de Marte. ■

Multimilionários

Segundo a revista «Forbes», o número de multimilionários nos EUA **subiu**, entre o ano passado e este, de 17 para 26. Para se fazer uma ideia do que a «Forbes» considera um «multimilionário», basta dizer que o cabeça da lista das maiores 400 fortunas dos EUA é um senhor chamado Samuel Walton, de 68 anos, fundador de uma cadeia de armazéns no sul do país que, ostenta uma fortuna de 675 milhões de contos, com um aumento de 60% nos últimos 12 meses. Ora é aqui que damos a mão à palmatória: afinal no paraíso de Reagan não são apenas os desempregados, os analfabetos, os esfomeados, os delinquentes e criminosos que aumentam — os milionários também. Apenas com uma subtil diferença: é que os primeiros aumentam **aos** milhões e os últimos **nos** milhões.

Um quê?!...

A CEE não pára de surpreender os seus diligentes defensores em Portugal, nomeadamente o Governo de Cavaco Silva. Então não querem lá ver que agora lhes pregaram a partida de recusar, sem mais conversas, o célebre «Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa» — «PEDIP», para os amigos?!... Que não, disseram eles. Que sim, gritavam estes para eleitor ouvir. É claro que foi não. Mas o interessante está na «consolação» engendrada pela CEE: recomendou às

autoridades portuguesas que reestruturassem as acções previstas, no quadro de um «Programa Nacional de Interesse Comunitário». Ou seja: a CEE retirou a Portugal um «PEDIP», dando-lhe em troca um... «PNIC». Ao menos podiam ser delicados e dar à coisa um nome mais discreto «Vaso CEE», por exemplo...

O feliz

Torres Couto, secretário-geral da UGT, que continua sem saber a diferença entre o «al» e o «ol» no fim das palavras, declarou há dias que se sentia feliz e de consciência tranquila. Para um dirigente sindical, «socialista democrático» dos sete costados, que exactamente horas antes anunciara que a UGT estava disposta a negociar despedimentos colectivos porque «é preferível, por vezes, numa empresa de 500 trabalhadores, despedir 100 e salvar 400 postos de trabalho», continua a haver óbvios motivos para se sentir de consciência tranquila. E feliz. O Couto é prodigioso. Por este andar ainda chega a pasta medicinal. Ou medicinol.

Sombras

O PS anda muito sombrio — tanto que até já inventou um «governo-sombra», o que ninguém sabe o que é, mas que se imagina uma coisa assim a dar para o escuro. Iluminada com o caso anda, entretanto, certa Comunicação Social, que não pára de citar nomes, cargos,

Pontos Cardeais

comentários, tratando o misterioso ser e seus sombrios membros com o desvelo de quem lhes quer dar um lugar ao sol. O que, como se sabe, é tudo o que pede uma sombra que se preze. O pior são os eclipses.

Afinal, não são as greves...

Muito rapidamente, o «episódio» pode contar-se assim: no concelho de Ansião, na zona norte do distrito de Leiria, há uma empresa do sector cerâmico que dá pelo nome de Argilex. Durante muito tempo a influência patronal sobre os trabalhadores era o pão de cada dia: o PPD é que era bom, patrões e trabalhadores «somos todos amigos», isto é «uma empresa familiar», etc. Pelo meio, umas bocas contra o regime democrático: **os comunas são o fim do Mundo, quem faz greve destrói as empresas, isto assim não pode avançar**, etc. A cantilena continuava por aqui fora. Depois... bem, depois veio a manobra do patronato. **Amigos, amigos, negócios à parte**. A empresa está ameaçada. O

patrão joga no encerramento. Os trabalhadores não estão pelos ajustes e nas ruas de Ansião já se ouvem desabafos destes: «**Diziam que as greves é que rebentavam as empresas, nós nunca fizemos greve e agora estamos nesta situação**». Mas também há quem diga: «**Há muito tempo que o PCP fazia cá falta. Isto agora vai ser diferente...**» A não ser que chamem o Couto da UGT: esse grande sindicalista tem agora um remédio «novo» para o problema...

A Bolsa

Agora anda tudo de novo à volta da Bolsa. Tudo, é como quem diz: trata-se, por enquanto, apenas dos que podem mover os cordelinhos de tal jogo e, como tal, arrancar com a propaganda do dito, enquanto não «arrancam» outras coisas, como as ingénuas poupanças de milhares e milhares de acossados pela «recuperação económica» de Cavaco Silva. Não está mal visto; assim, quando chegarmos ao «a bolsa ou a vida» (hipótese bem provável, pelo andar da des governação) já podemos responder: «só se for a vida, a bolsa já a Bolsa levou...».

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Foi um buraco a política da saúde? Com certeza. Diz-se agora que o Cavaco apoia a Beleza...

Diante disto, com firmeza estaco: eu acho que a Beleza é que apoia o Cavaco...

Quem apoia quem? Não entro nessa discussão e faço bem. Sei que virá a hora sei que apoiados um no outro irão ambos dar o fora...

II

Para os agrários é rei. Ele está contra a lei em tudo o que é delito e má-fé. Desumano e cego com ele cresce a fome e o desemprego.

Olhos frios de serpente enche a boca repelente satisfeito com o «Estado de Direito». Mas é, no seu desconforto, a imagem do «Estado Torto»...

Com o lastro de ódio e nojo no seu bojo aqui vos dou exacto o seu retrato.

III

O Governo faz que anda faz que anda mas não anda. Não quer não a informação o que ele quer é a propaganda...

Não quer discutir não quer. Quer dizer o que bem lhe apetecer. Só quer falar a sós através do seu porta-voz...

Às vezes pensa, pensa, faz imensa conferência de imprensa mas se alguém ali não se porta bem cerra os taipaís, sem detenção...

Mesmo bom, afinal, é o tal mas lá Telejornal onde só se ouve, só, o parlânço solidó em dó governamental...

O Governo faz que anda faz que anda mas não anda Informação não há não o que há é propaganda...

... quanto mais guita lhe dão mai desanda...



Agenda

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 669

23 de Outubro de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Montijo

Sábado,
às 15.00

Encontro
Concelhio
da APU

«Pela Vitória
da APU
nas Freguesias»

Com a presença
do camarada
Carlos Costa

Nas instalações
da Montiagri

VAMOS VOTAR
APU POVO UNIDO

Quinta

• PORTO

Reunião de Quadros da Organização Regional do Porto, com tarefas ligadas à comunicação social. Às 21.30 no Centro de Trabalho da Boavista.

• ARNOSO

Reunião, em Arnoso, St.ª Eulália. Às 21.00 no café Juventude.

LARANJEIRO

Sessão, na URPI-CA, com reformados, às 14.30. Às 21.30, sessão na C. Ms. Chegadoinho com João Bernardino. Sessão, na SRU Pragalese. Às 21.30 com José Vieira.

Sexta

• LAMEGO

Plenário de Organização Concelhia. Às 21.00, no Centro de Trabalho provisorio.

• MOITA

Sessão da célula dos trabalhadores da Câmara Municipal. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

• ALHOS VEDROS

Reunião para os camaradas dos sectores da saúde, segurança social, corticeiros e confecções. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

• BRAGA

Reunião, para discussão das conclusões da reunião do CC e alguns problemas sociais. Às 21.30

lações da Montiagri, com o camarada Carlos Costa.

• BAIXA DA BANHEIRA

Reunião da célula da Estrela Moitense. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

• LISBOA

Inicia-se hoje uma **Jornada de Trabalho Voluntário** nas Freguesias de maioria APU da cidade de Lisboa.

• VILA NOVA DE FAMALICÃO

Reunião, às 15.00, no salão da Junta de Freguesia.

• RIBA D'AVE

Reunião, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• DELÃES

Reunião, às 21.30, no salão da Junta de Freguesia.

• PORTO BRANDÃO

Sessão e espectáculo. Às 21.30 na Sociedade de Recreio e Beneficência.

• CAPARICA

Sessão e espectáculo. Às 21.30 no Clube Recreativo União Raposense.

• CHARNECA

Sessão de esclarecimento. Às 21.30 no Atlético Clube Salema.

• LARANJEIRO

Sessão e espectáculo. Às 21.30 no Clube Águias do Rato.

• FEIJÓ

Espectáculo. Às 21.30 no Clube Recreativo.

• ALMADA

Convívio com mulheres, seguido de espectáculo. Às 15.00 na Oficina da Cultura.

• LARANJEIRO

Às 13.00 encontro com vendedores do Mercado.

• COVA DA PIEDADE

Espectáculo e entrega de prémios da prova de atletismo. Às 21.30 no Jardim.

Domingo

• VILA NOVA DE FAMALICÃO

Reunião de militantes de Brufe. Às 10.00 no Centro de Trabalho.

• TAROUCA

Encontro de eleitos da APU. Às 10.00 na Casa do Povo de Mondim da Beira.

• ANSIÃO

Encontro de qua-

dros dos concelhos do Norte do distrito de Leiria. Às 15.30 no Centro de Trabalho.

• COIMBRA

Plenário de militantes. Às 15.00 no Centro de Trabalho.

• CHARNECA

Sessão e espectáculo. Às 16.30 na CURPICA.

• LARANJEIRO

Encontro e convívio com mulheres. Às 15.00 no Clube Instrução e Recreio.

• FEIJÓ

Café Concerto para a juventude. Às 21.30 no Clube Recreativo.

• CACILHAS

Sessão e espectáculo. Às 21.30 na sala dos Bombeiros Voluntários.

• ALMADA

Concentração, às 14.00 no Centro de Trabalho Concelhia. Caravana concelhia.

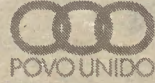
• COVA DA PIEDADE

Encontro de Coros Alentejanos. Às 21.30 no Largo dos Bombeiros.

Segunda

• PORTO

Reunião de militantes da OL do Por-



to. Às 21.30 no Centro de Trabalho de Barão de S. Cosme.

• PRAGAL

Sessão, às 21.30 no Grupo Desportivo Estrela das Torcatas, com Maria Emília.



• LARANJEIRO

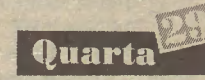
Encontro com a Juventude. Às 21.30 na Cooperativa de Ensino com Jorge Patrício.

• FEIJÓ

Sessão, às 21.30 no Clube Condense.

• PRAGAL

Sessão, às 21.30 na Comissão de Moradores do Bairro do Matadouro com Fátima Mourinho.



• FEIJÓ

Encontro com reformados, às 15.00.

• PRAGAL

Sessão de esclarecimento. Às 21.30 no Clube Recreativo Pragalese, com José Vieira.

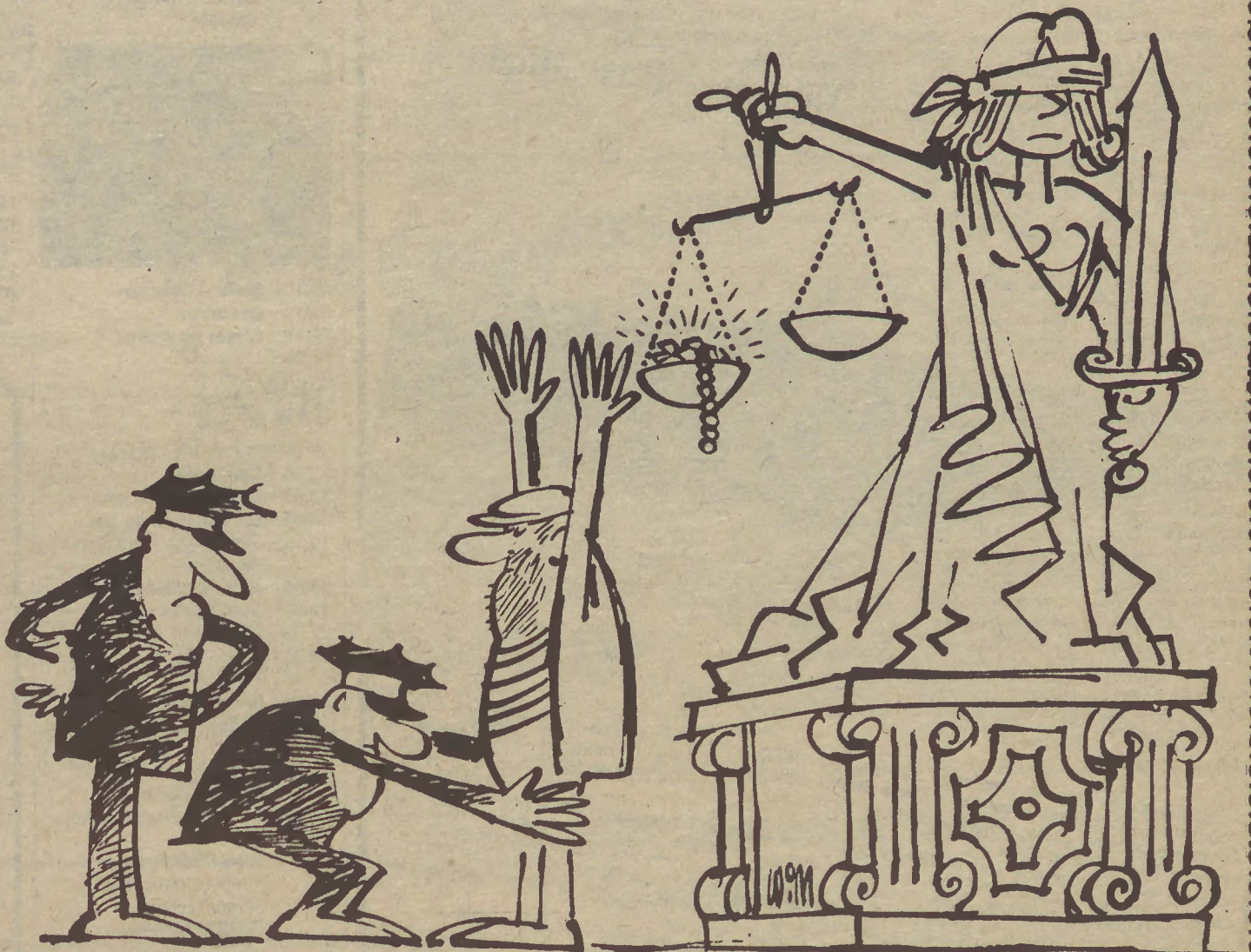


POVO UNIDO

«Jornada de Trabalho Voluntário»

Sábado e Domingo

nas Freguesias
de maioria APU
Lisboa



MOESE, Willy — RDA — in Exposição de desenhos de Humor-Grabovo, Bulgária.

TV O Programa

Quinta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical», 138.º epis.
13.00 - Jornal da Tarde
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Par ou Ímpar
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico



20.10 - Telenovela: «Corpo a Corpo», 163.º epis.
21.00 - Europa
21.30 - Telemundo
22.00 - Série: «Uns e os Outros»
23.00 - Últimas Notícias.

RTP2

14.45 - Agora, Escolha!
16.30 - Informação
16.35 - Europa TV
20.00 - Informação
20.05 - 5.ª Dimensão

20.30 - Doce e Amargo
21.00 - Jornal das 9
21.30 - A Quinta do Dols
23.05 - Contas Claras: «Magazina de Economia»
23.20 - É de Ler.

Sexta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical»
13.00 - Jornal da Tarde
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Par ou Ímpar
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Corpo a Corpo»
21.00 - Este Meu País
21.30 - Gala da Unicef
23.00 - Série: «Hitchcock Apresenta»
23.30 - Últimas Notícias.

RTP2

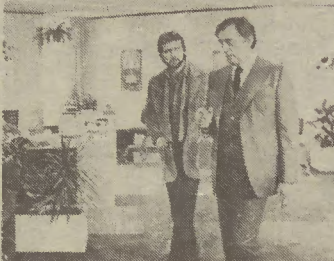
14.45 - Agora, Escolha!
16.30 - Informação
16.35 - Europa TV
20.00 - Informação
20.05 - 5.ª Dimensão
20.30 - Doce e Amargo

21.00 - Contra-Ponto
22.30 - Série: «O Incrível Mr. Pye»
23.30 - Uma Boa Ideia
23.40 - É de Ler.

Sábado

RTP1

09.00 - A Quinta do Dols
10.45 - Corpo Humano
11.15 - Juventude e Família
13.00 - Sumário
13.10 - Jornalinho
14.00 - Parlamento
14.30 - ABZ
18.15 - Série: «A Super Avozinha»
18.45 - Super Trinta
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
20.35 - 7 Folhas
20.50 - Noite Surpresa
22.05 - Série: «Dinastia»



23.10 - Pela Noite Dentro: «Encontro com o Perigo», real. George Kacszenzer (Canadá/1979, 93 m).

RTP2

12.30 - Outros Mundos
13.00 - Os Anos não Contam
13.50 - Meu Bicho Meu Amigo
14.05 - Os Pratos da Balança
14.30 - Novos Horizontes
15.00 - Quem Te Viu e Quem TV
16.00 - Troféu
20.00 - Europa TV
22.00 - O1 Magazine de Informática
22.15 - Jazz
23.15 - Série: «Recrutar o Espaço»
23.45 - Video Clube.

Domingo

RTP1

09.00 - Missa de Domingo
10.00 - Série: «Linhas de Pesca»
10.30 - TV Rural
11.00 - Juventude e Família
12.00 - 70x7
12.30 - Série: «O Almoço Está na Mesa» - O Elefante Cinzento
13.00 - Sumário
13.10 - Milhões de Amigos: «Viva a Música», «As Irmãs Chadwick», «Arco Iris», «Primeira Matinée» - Raiva Ardente, real. Gilbert Cates, «Informação Desportiva», «Amigos Disney», «Espaço»
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - Série: «Histórias de Cidade»



21.10 - Série: «Coração»
22.15 - Desporto
23.15 - Dizem os Astros.

RTP2

12.30 - Magazine: «Açores»
13.00 - Caminhos
13.30 - Música na América
13.55 - Um Dia na Vida De:
14.35 - Série: «TVs Censored Bloopers»
15.30 - Automobilismo
16.30 - Auto Cross
17.30 - Série: «Hill Street»
18.30 - Série: «As Vagas do Tempo»
19.00 - Entrada Livre
19.30 - Série: «As Fontes do Som»
20.00 - Série: «A Arte Nova e Deco no Norte»
20.30 - Série: «O Mundo é um Palco»
21.30 - Cine-Clube: «Sabotagem», real. Alfred Hitchcock (EUA/1942, 108 m).

Segunda

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical»

13.00 - Jornal da Tarde
17.30 - Oração Pela Paz no Mundo
18.05 - Sumário
18.10 - Brinca Brincando
18.55 - Concurso: «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.05 - Telenovela: «Corpo a Corpo»
21.05 - Vamos ao Teatro: «Há Petróleo no Beato»
23.15 - Últimas Notícias

RTP2

14.45 - Agora, Escolha!
16.15 - Notícias
16.25 - Europa TV
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
20.30 - Série: «Doce e Amargo»
21.00 - Jornal das 9
21.30 - Série: «Resgate»
22.25 - 2.ª Volta
22.50 - Série: «Reggie»
23.25 - É de Ler

Terça

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical»
13.00 - Jornal da Tarde
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.55 - Concurso: «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Corpo a Corpo»
21.00 - Portugal Sem Fim
22.05 - Série: «4.ª Andar»
23.10 - Últimas Notícias

RTP2

14.45 - Agora, Escolha!
16.15 - Notícias
16.25 - Europa TV
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
20.30 - Série: «Doce e Amargo»
21.00 - Jornal das 9
21.30 - Eis a Arena, Aqui Nasceu Maria Callas
23.30 - É de Ler



21.30 - Cinemadols: «Saigão — O Ano do Gato», real. Stephen Frears
23.10 - É de Ler

Quarta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical»
13.00 - Jornal da Tarde
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.55 - Futebol — Suíça/Portugal
20.55 - Concurso «Show Bis»
21.20 - Telenovela «Corpo a Corpo»
21.55 - Vamos Jogar no Totobola
22.15 - Telejornal



22.50 - Lotação Esgotada: «A Última Testemunha», real. Alan J. Pakula (EUA/1974, 102 m)

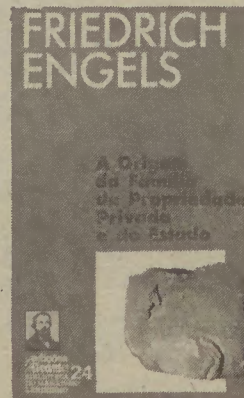
RTP2

14.45 - Agora, Escolha!
16.15 - Notícias
16.25 - Europa TV
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
20.30 - Série: «Doce e Amargo»
21.00 - Jornal das 9
21.30 - Eis a Arena, Aqui Nasceu Maria Callas
23.30 - É de Ler

Alexandre Pinheiro Torres Tubarões e Peixe Miúdo

CAMINHO
o Campo da Palavra

A experiência de mais de vinte anos de Alexandre Pinheiro Torres na Inglaterra tinha de dar algum fruto. Eis-nos em **Tubarões e Peixe Miúdo**, perante uma série de situações cómico-sérias em que o principal protagonista é Sacatrapo, português de Peso de Castelo Branco. Não por acaso a primeira história de «De como José Cardoso Pires (mal-ajudado por Sacatrapo) pescou o primeiro tubarão-azul na Cornualha» é um episódio que se apresenta como verídico do autor de **O Delfim**. Narrativa cheia de alusões simbólicas, dá o tom aos outros episódios que se seguem, em que destila uma galeria de portugueses, trabalhando imigrados na Terra dos Fetos (Inglaterra) que parecem não querer recuar diante de nenhuma humilhação, à espera de virem de carteira cheia verançar para a Aldeia da Roupa Branca (Portugal). Livro testemunho de um certo tempo português, nele vemos também as instituições inglesas ridicularizadas, ajustadas à sua verdadeira dimensão. Enquanto isso, Sacatrapo, o Renegado, Tina Maria, Zé Quitolas, etc., tentam adaptar-se à Terra dos Fetos e Sacatrapo faz, para esse efeito, um verdadeiro «tour de force» na história «Sacatrapo e o beco sem saída». Parece, todavia, que a Terra dos Fetos (simbólica doutrinas) não oferece possibilidades de encaixe social verdadeiro a corpos estranhos. **Tubarões e Peixe Miúdo** é o processo dessa rejeição e de um **fatum** português, que já sobra da própria História.



Friedrich Engels
**A Origem da Família,
da Propriedade Privada
e do Estado**

Segundo a concepção materialista, o momento em última instância determinante na história é a produção e reprodução da vida imediata. Esta é, no entanto, por sua vez também, de dupla espécie. Por um lado, a produção de meios de vida, de objectos, de alimentação, vestuário, habitação e dos instrumentos necessários para isso; por outro lado, a produção dos próprios homens, a reprodução da espécie.

Friedrich Engels

Cinema

A selecção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Ana e as Suas Irmãs	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
B	A Cor Púrpura	★★	★★	★★★	★★★	★★★★
C	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★	★★★★
D	As Forças do Universo	—	★	★★	—	★★
E	Navio Farol	—	★★★	★★	—	—
F	Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
G	Difamação	—	★★★★★	★★★★★	★★★★	—
H	Verdade dos Factos	★★★★	★★★	★★★	★★★★	—

A — Real. Woody Allen — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) Las Vegas/2 (14.00, 16.30, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 B — Real. Steven Spielberg — S. Jorge B (15.00, 18.15, 21.30) — Sétima Arte (15.00, 18.15, 21.30, 00.15) — Lisboa; Lumière (21.30) — Porto.
 C — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00) — Lisboa.
 D — Real. Tibe Hooper — Alfa/2 (14.30, 16.30, 19.00, 24.00), — Lisboa.
 E — Real. Jerzy Skolimowski — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), Lisboa.
 F — Real. Martin Scorsese — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa; Trindade (21.45) Porto.
 G — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Richard Eyre — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.



Está a decorrer a Interarte/USL 86, iniciativa da União dos Sindicatos de Lisboa. Na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa estão expostas mais de 400 obras de artesanato, pintura, desenho, escultura e fotografia. A entrada é livre e o programa de animação deste espaço inclui: hoje, às 21 horas — cinema, com «O Baile», de Ettore Scola; Sexta-feira, às 21.30 — «Shish musica»; Sábado, 18.30 — Textos tradicionais populares portugueses, pelos Bonecos de Santo Aleixo, grupo de teatro de marionetas de Évora; 21.30 — espectáculo da Companhia de Dança de Santarém; Domingo, 18.00 — cinema, com «O Enigma de Kasper Hauser», de Werner Herzog; 21.00 — «Morte e Vida Severina», de João Cabral de Melo Neto, pelo grupo de Teatro da

Comporta, de Alcácer do Sal; Segunda-feira, 18.30 — Cinema, com «Delito de Amor», de Luigi Comencini; 21.00 — música, com os «Misú Ensemble»; todos os dias há projecção de vídeos, musicais e de arte; as sessões de cinema são seguidas de debate; no local pode ser consultado um programa com mais detalhes; mas aproveite depressa o primeiro tempo livre para passar pela ES-BAL (ao Chiado), porque a Interarte/USL 86 encerra no dia 27, segunda-feira.

Cinema

Na Cinemateca Portuguesa, Rua Barata Salgueiro, 39, filmes em versão original sem legendas — Scener Ur Ett Aktenskap (Cenas da Vida Conjugal), 1973, de Ingmar Bergman (dia 24, às 18.30 horas); Star Wars (A Guerra das Estrelas), 1977, de George Lucas (dia 27, às 21.30 horas); Gruppo DI Famiglia In Un Interno (Violência e Paixão), 1974, de Luchi-

...e ainda

no Visconti (dia 28 às 18.30 horas).
 Ciclo de Cinema Indiano, também na Cinemateca: Pyaasa, 1957, de Guru Dutt, dia 22; Kaagaz Ke Phool, 1959, de Guru Dutt dia 22; Sahib Bibi Aur Ghulam, 1962, de Abrar Alvi dia 23; Nagarik, 1952, de Ritwik Ghatak, dia 25; Ajantrik, 1952, de Ritwik Ghatak, dia 25; Bari Theke Pallve, 1959, de Ritwik Ghatak, dia 25; Meghe Dhaka Tara, 1960, de Ritwik Ghatak, dia 25; Komal Gandhar, 1961, de Ritwik Ghatak, dia 27; Jukti Takko, Aar Gappo, 1974, de Ritwik Ghatak, dia 28.

Homenagem ao Cinema Português: Brandos Costumes, 1975, de Alberto Seixas Santos, dia 23.
 Fundação Calouste Gulbenkian, Av. Berna, 45 — Viva Venezuela, exibição de filmes dedicados à cultura Cumaná; El Diabo de Cumaná e Pinto Campesino, de John Dickinson, dias 22 e 23. Institut Franco-Portugais, Av. Luís Bivar, 91. Curtas metragens canadenses.

No Auditório Carlos Manuel, R. das Oliveiras, Porto, Ciclo Poder e Crime — A Sombra do Guerreiro, de Kurosawa, dia 23. Ciclo de Cinema organizado pela Associação de Amizade Portugal-URSS —

Nós Somos do Jazz, 1983, Karen Chaknarov, dia 24; Amor em Tempo de Guerra, 1985, de Piotr Todorovski, dia 24; Parada de Planetas, 1985, de Vladimir Abdrachitov, dia 25; Dia da Ira, 1984, de Sulambek Mamilov, dia 25; Viagem do Jovem Compositor, 1985, de Eldar Shergelala, dia 26; Peça a

Palavra, 1976, de Gleb Panfilov, dia 27; Herdeira em Linha Directa, 1982, de Serguei Soloriov, dia 27; Alguns Dias na Vida de Oblonov, 1979, de Nikita Mikhailov, dia 28; Agonia, 1981, de Elem Klimov, dia 28; Dia de Ira, 1984, de Sulambek Mamilov dia 28.

ABCine, rua do

Música, debates, etc.

Conde Redondo, 20, 3 dt. Cinema Britânico Contemporâneo — O Anjo da Vingança, 1982, de Neil Jordan, dia 24.

Música

Na Fundação Gulbenkian, Grande Auditório: hoje, às

Alberto Chissano, escultura. Clube 50, rua de S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.30 às 20.30, 4.ª das 21.30 às 23.30, sáb. das 15.00 às 20.00.

Ana Vieira, «Transbordagem», manequins. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor.

Chichorro, pintura. Galeria Tempo, Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb., das 16.00 às 20.00 (até 5/11).

Colectiva de pintura. Gal. A Janela Verde, R. do Olival, 9. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00.

Colectiva de pintura e gravura (Charters de Almeida, Manuel Cargaleiro, etc.). Gal. Multifaces, Centro Comercial Gemini. Das 10.00 às 14.00 e 15.00 às 19.00.

Colectiva: serigrafia e gravuras (João Vieira, Hogan, Rodrigo, José Guimarães, Sá Nogueira, Arpad Szénes e Skapinakis), originais de Manuel Vieira, Rocha Pinto, João Vieira. Atelier de António Inverno, R. da Emenda, 66, 3.º, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 18.00.

Exposição-concurso AICA/Philaes, Sociedade Nacional de Belas Artes, diariamente das 14 às 20.00.

Gravura Norueguesa Contemporânea, Centro de Arte Moderna. De 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom., das 10.00 às

As Colinas de Lisboa, desenho. Até 30/10, Junta de Freguesia de Santiago (Castelo de S. Jorge).
 Eduardo Alarcão, pintura. Ditec, Av. da Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00.
 Escultura Africana em Portugal, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17 (até Dezembro).
 Equipamento para o Ensino - do mobiliário ao equipamento informático. Livr. Barata, Av. Roma, 11-A. De 2.ª a sáb./9.00 às 23.00 (até 31/10).
 Evelina Coelho, pintura. Galeria Paulino Ferreira, Rua Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª, das 9.00 às 12.30 e das 14.30 às 19.00, sáb. das 9.00 às 13.00 (até 27/10).
 Exposição-concurso AICA/Philaes, Sociedade Nacional de Belas Artes, diariamente das 14 às 20.00.
 Gravura Norueguesa Contemporânea, Centro de Arte Moderna. De 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom., das 10.00 às



José David
Óleo
sobre tela
(130x90)

17.00, 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30.

Inês Barahona, «paisagens». Galeria A Janela Verde, Rua do Olival, 9.

José David, pintura. Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111, 1.º. (Até 31/10).

José Pedro Croft, escultura, Luís Camacho, pintura e desenho. Gal. Leo Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30. (Até 25/10).

João Cutileiro, «O Nu e o Vestido». Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

João Dionísio, pintura e desenho. Palá-

cio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira, de 2.ª a 6.ª, das 14 às 17.30.

Manuel Botelho, pintura e desenho 1984/86. Gal. de Exposições Temporárias da Fund. Gulbenkian, Av. de Berna.

Maria Felizol, escultura. Gal. Quadrum, Rua Alberto Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00.

Marlene Nancy de Sousa, pintura e desenho. SNBA, Rua Barata Salgueiro, 36.

Matilde Marçal, desenho, pintura, gravura. Espaço Maria Lamas. Galeria do Movimento Democrático de Mulheres, Av. Duque de Loulé, 111, 4.º (até 7/11).

Mário Miranda, desenho, Índia Latina. Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16.

Pedro Croft e Rui Sanches, escultura, Pedro Cabrita Reis e Pedro Calapez, pintura. Gal. EMI - Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00.

Pedro Proença, pintura. Galeria Cósicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

Pintura e escultura da col. de «Frederic R. Weisman Foundation» (EUA) — uma exposição itinerante com obras de cerca de uma centena de artistas. Gal. de Exp. Temporárias da Gulbenkian.

Salvador Dali, gravuras. Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A.

Alberto Raposo, fotografia «registos». Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. (Até 3/11). PORTO

Carlos Natividade Correia, 40 trabalhos da série «Diários» executados a tinta da china e têmpera sobre papel, na Cooperativa Arvore. PORTO.

Carmo Vieira, fotografia «diálogo com a memória». Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, n.º 1. (Até 3/11). PORTO.

Instrumentos Musicais Populares. No Centro de Artes Tradicionais do Porto, organizada pelo Museu de Etnologia. De 3.ª a dom./10.30 às 19.00.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1. No Reino da Fantasia, Sáb., dom. e feriados, às 16 horas, enc. Agostino Macedo.

ABC, Parque Mayer, sáb. às 18.30 e dom. às 11.00. Fecha

ao Normal de Marcos Rey e B... em Cadeira de Rodas de Ronald Radde, no Teatro Espaço.

• SETÚBAL

Teatro de Animação de Setúbal, Rua Balneario dr. Paulo Borja. De 5.ª a dom. às 21.30. Alves e Companhia, de Eça de Queiroz.

• PORTO

Cooperativa do Povo Portuense, Rua de Camões, 588. A Seiva Trupe, apresenta diariamente às 21.45, Toda a Nudez Será Castigada, de Nelson Rodrigues, enc. de Angel Facio.

Teatro Casa da Comédia, sala do Realjo, Rua dos Mercadores, 132 (à Ribeira), Drácula Júnior, de 4.ª a dom. às 21.30.

• CASCAIS

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. Gallileu Gallilei, de Bertholt Brecht pelo Teatro Experimental de Cascais.

Espaço TEC, Av. Marechal Carmona. Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte

• LISBOA

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solmado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

Casa da Comédia. R. S. Francisco de Borja, 24, de 3.ª a sáb./21.45. A Bela Portuguesa, de Agustina Bessa Luís, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota, Comuna.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45,

dom./16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro da Graça, Tv. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant, de Fassbinder pelo Grupo Teatro Hoje.

Teatro Nacional D. Maria II, de terça a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. O Asfalto dos Infernos, enc. de Manuel Coelho, inter. de Lígia Teles.

Teatro Nacional D. Maria II, às 21.30 e domingo às 16.00. Mãe Coragem, de Bertold Brecht, encen. João Lourenço com Eunice Muñoz.

• LISBOA

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solmado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

Casa da Comédia. R. S. Francisco de Borja, 24, de 3.ª a sáb./21.45. A Bela Portuguesa, de Agustina Bessa Luís, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota, Comuna.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45,

dom./16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro da Graça, Tv. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant, de Fassbinder pelo Grupo Teatro Hoje.

Teatro Nacional D. Maria II, de terça a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. O Asfalto dos Infernos, enc. de Manuel Coelho, inter. de Lígia Teles.

Teatro Nacional D. Maria II, às 21.30 e domingo às 16.00. Mãe Coragem, de Bertold Brecht, encen. João Lourenço com Eunice Muñoz.

• LISBOA

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solmado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

Casa da Comédia. R. S. Francisco de Borja, 24, de 3.ª a sáb./21.45. A Bela Portuguesa, de Agustina Bessa Luís, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota, Comuna.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45,

dom./16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro da Graça, Tv. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant, de Fassbinder pelo Grupo Teatro Hoje.

Teatro Nacional D. Maria II, de terça a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. O Asfalto dos Infernos, enc. de Manuel Coelho, inter. de Lígia Teles.

Teatro Nacional D. Maria II, às 21.30 e domingo às 16.00. Mãe Coragem, de Bertold Brecht, encen. João Lourenço com Eunice Muñoz.

• LISBOA

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solmado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

Casa da Comédia. R. S. Francisco de Borja, 24, de 3.ª a sáb./21.45. A Bela Portuguesa, de Agustina Bessa Luís, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota, Comuna.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45,

dom./16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro da Graça, Tv. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant, de Fassbinder pelo Grupo Teatro Hoje.

Teatro Nacional D. Maria II, de terça a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. O Asfalto dos Infernos, enc. de Manuel Coelho, inter. de Lígia Teles.

Teatro Nacional D. Maria II, às 21.30 e domingo às 16.00. Mãe Coragem, de Bertold Brecht, encen. João Lourenço com Eunice Muñoz.

• LISBOA

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solmado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

Casa da Comédia. R. S. Francisco de Borja, 24, de 3.ª a sáb./21.45. A Bela Portuguesa, de Agustina Bessa Luís, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota, Comuna.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45,

dom./16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro da Graça, Tv. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant, de Fassbinder pelo Grupo Teatro Hoje.

Teatro Nacional D. Maria II, de terça a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. O Asfalto dos Infernos, enc. de Manuel Coelho, inter. de Lígia Teles.

Teatro Nacional D. Maria II, às 21.30 e domingo às 16.00. Mãe Coragem, de Bertold Brecht, encen. João Lourenço com Eunice Muñoz.

• LISBOA

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solmado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

Casa da Comédia. R. S. Francisco de Borja, 24, de 3.ª a sáb./21.45. A Bela Portuguesa, de Agustina Bessa Luís, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota, Comuna.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45,

dom./16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro da Graça, Tv. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant, de Fassbinder pelo Grupo Teatro Hoje.

Teatro Nacional D. Maria II, de terça a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. O Asfalto dos Infernos, enc. de Manuel Coelho, inter. de Lígia Teles.

Teatro Nacional D. Maria II, às 21.30 e domingo às 16.00. Mãe Coragem, de Bertold Brecht, encen. João Lourenço com Eunice Muñoz.

• LISBOA

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solmado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

Casa da Comédia. R. S. Francisco de Borja, 24, de 3.ª a sáb./21.45. A Bela Portuguesa, de Agustina Bessa Luís, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota, Comuna.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45,

dom./16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro da Graça, Tv. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant, de Fassbinder pelo Grupo Teatro Hoje.

Teatro Nacional D. Maria II, de terça a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. O Asfalto dos Infernos, enc. de Manuel Coelho, inter. de Lígia Teles.

Teatro Nacional D. Maria II, às 21.30 e domingo às 16.00. Mãe Coragem, de Bertold Brecht, encen. João Lourenço com Eunice Muñoz.

• LISBOA

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solmado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

Casa da Comédia. R. S. Francisco de Borja, 24, de 3.ª a sáb./21.45. A Bela Portuguesa, de Agustina Bessa Luís, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota, Comuna.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45,

dom./16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana

aTV

A miséria dos vendilhões do templo

Temos várias vezes denunciado aqui o processo de má-fé conduzido diariamente pelos serviços de informação da RTP, particularmente pelo Telejornal.

Esse processo apresenta várias faces. Às vezes, consiste em dar oportunidade a Cavaco Silva e outros do seu clã, para atacarem a oposição, sem dar a esta meios de defesa.

Noutras ocasiões, as palavras e as decisões do Governo passam à margem de qualquer espírito crítico. Também é frequente que os trabalhadores sejam ofendidos, que os sindicatos sejam atacados, sem qualquer direito de resposta.

Outra tática muito frequente consiste no seguinte: Telejornal vai ouvir elementos de um sindicato, de uma comissão de greve, de uma empresa. Os seus depoimentos aparecem-nos como fazendo parte de uma reportagem, de uma gravação. Logo o Telejornal aproveita para convidar o ministro a estar presente no Telejornal, em directo. Ou seja: as declarações dos trabalhadores são postas à disposição do ministro para que este, com a impunidade assegurada, possa desmentir e apresentar as suas razões...

Para não ir mais longe, assim aconteceu há dias, na rubrica 24 Horas.

O Secretariado das UCP's de Évora deu uma conferência de Imprensa onde o ministro era acusado de graves irregularidades. Que é que o Telejornal faz? Vai logo meter tudo no papo do Barreto que alinhava umas quantas larachas — e escapula-se sem responder cabalmente, convincentemente, ao essencial. E sobre aquilo em que avançou, os trabalhadores nada puderam dizer... porque não estavam lá...

É o costume. Quando virá o azoragado que expulsa, do templo os vendilhões?

O intrigante caso das intrigas e dos intriguistas...

Ao nível da grande informação na RTP, o núcleo do interesse foi o encontro Gorbachov-Reagan. Como não podia deixar de ser.

Mais uma vez, no entanto, o Telejornal, primeiro, e o Jornal das nove, depois, perverteram (é o termo) a opinião pública não só com as intervenções de dois «consagrados» anticomunistas, como também apresentando obra própria de péssimo material. A intoxicação é de tal jaez, alinhava de tal modo com as posições dos falcões de Reagan, que uma pessoa pode perguntar-se a si próprio, se não se enganou, se não estará antes escutando qualquer emissão da Voz da América ou de qualquer emissão para a Europa controlada pela CIA.

Foi-se ao ponto de se fazerem eco da calúnia (fizeram-se eco ou inventaram-no, ali mesmo, à pressão?) segundo a qual os 10 anos de moratória propostos por Gorbachov era uma artimanha dos russos para se prepararem e organizarem a sua Guerra das Estrelas...

Logo a seguir, a contradição: meios dos Estados Unidos garantem que, há anos, a URSS trabalha já num projecto idêntico...

Enfim, a intriga baralha os próprios intriguistas. Não recuam diante de nada, quando se trata de desinformar as pessoas quanto ao que verdadeiramente está em causa...

Os convidados do Telejornal (o Virgílio de Carvalho) e do Jornal das nove (Baptista Comprido) americanizaram o mais que puderam. E como as contradições não são cousa que os alija muito, caíram nelas com frequência. Por outro lado, não recuaram em fazer a apologia do ponto de vista de Reagan. «A guerra das estrelas — disse mesmo o Comprido — é necessária se nos queremos ver livres dos mísseis intercontinentais...» A coisa justificava-se, dado o poder dos russos em mísseis de ataque...

Anjinhos! A melhor defesa contra tais mísseis — é a sua destruição, como propõe Gorbachov. A melhor não apenas, mas infalível, e além de infalível, única. Reagan, no entanto, caiu na teia da aranha bélica e só por isso a paz continua em perigo.

Comprido e Carvalho temem que a propaganda soviética empurre a Guerra das Estrelas para o banco dos réus da História.

Oçam lá, réus. Não queiram ser mais papistas do que o papa. Claro que a Guerra das Estrelas está no banco dos réus e foram, em primeiro lugar, os responsáveis quem lá a pôs. Recordemos, por exemplo, as palavras do próprio Shultz, no programa 24 Horas do dia 13 que disse (todos o ouviram!) que foi a Guerra das Estrelas quem impediu que as negociações fossem mais longe...

O ponto mais interessante (e mais próprio da honestidade profissional) aconteceu no mencionado 24 Horas, durante o debate de dois jornalistas, Nuno Rogeiro, do Século, e José Goulão, de o diário.

José Goulão pôs a claro os sofismas dos defensores da Guerra das Estrelas e aqui ficou a prova de que o povo português está com falta de uma confrontação de ideias. Só a tem e a não promove quem não tem razão.

Mobilizar para a Paz é o grande, o máximo objectivo da Informação dos nossos dias.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

A convenção do PRD

Foi notícia com destaque no passado fim-de-semana a realização da II Convenção do «Partido Renovador Democrático». Ramalho Eanes assumiu a presidência do partido que ele próprio definiu como aberto «ao diálogo com todas as forças» e não disposto a sacrificar «princípios ou valores», a «ajoelhar a pressões ou ceder a interesses não genuinamente nacionais»

Quem são os dirigentes

• «Ontem eleito para a presidência do PRD, que, para além do vice-presidente Hermínio Martinho, conta com uma Comissão Directiva Nacional composta por 14 vogais, entre os quais um secretário-geral, Lencastre Bernardo, um Conselho Nacional de 40 elementos, um Conselho Nacional de Jurisdição, uma Comissão de Fiscalização e uma mesa de Convenção constituídos, respectivamente, por nove, sete e cinco membros, Ramalho Eanes saudou, aplaudido por delegados e convidados presentes no Teatro Rivoli, os militares de Abril que «tiveram a coragem de tudo arriscar para que a Nação fosse livre» e algumas figuras que «pelas suas vidas exemplares na luta pela liberdade e dignidade fizeram exemplo», citando Henrique de Barros, Vasco da Gama Fernandes e Emídio Guerreiro, este também ontem eleito para a presidência da mesa da Convenção.

Os 14 vogais da Comissão Directiva Nacional são: Ana Gonçalves, Lencastre Bernardo (secretário-geral), Marques Júnior, Bartolo Paiva Campos, Ivo Pinho, Joaquim Letria, Magalhães Mota, Carlos Lilaia, José Carlos de Vasconcelos, Medeiros Ferreira, José Rabaça, Miguel Galvão Teles, Roberto Amaral e Sousa e Castro.»

(«o diário», 20. Out.)

Não à «bipolarização»

• «Evitar a todo o transe a bipolarização, de acordo com as linhas-mestras aprovadas e procurar desempenhar o papel de partido aglutinador entre todas as forças representadas na Assembleia da República, para acções concretas, foram intenções ontem anunciadas, no Porto, pelo general Ramalho Eanes, que discursava na sessão de encerramento da II Convenção do PRD, que decorreu naquela cidade durante três dias.

O novo presidente do partido, usando da palavra pela primeira vez nesta qualidade, informou uma assembleia completamente presa das suas palavras que os renovadores, em breve, tomarão a «iniciativa de apresentar uma proposta de constituição de gru-

pos mistos para redefinição e ajustamento nacional das políticas referentes a certas áreas e a principiar pelas da educação, cultura, saúde e emigração, áreas essas onde um entendimento parlamentar poderia permitir conferir-lhes suportes indispensáveis à transformação profunda que o futuro do País exige, bem como a consensualidade nacional indispensável». (...) Ramalho Eanes não se coibiu, contudo, na sua intervenção, longa e com duas partes distintas, uma em que aborda a génese do seu partido e outra em que fala das intenções presentes e futuras, de lançar alguns avisos e, parece, com endereços bem definidos: «Conte-se com o PRD para não promover crises artificiais e para tentar evitar que as que forem criadas por terceiros se avolumem. Não se conte com ele, nunca, para evitá-las, quando o preço a pagar fosse sacrificar princípios ou valores, ajoelhar a pressões ou ceder a interesses não genuinamente nacionais.»

(«Diário de Notícias», 20 Out.)

O Governo e a oposição

• «Caracterizando o momento presente da situação política nacional, o ex-Presidente da República referiu o Governo, atribuiu-lhe legitimidade, não obstante a sua condição de minoritário, mas sublinhou que «só funciona sem acidentes graves quando reina o espírito de compromisso, ainda ausente da cena político-partidária». A resolução dos grandes problemas nacionais passaria, assim, pelo «entendimento sociocultural suficiente e governação estável e adequada», sem o qual «difícilmente se aproveitará a oportunidade privilegiada que a própria conjuntura externa nos oferece».

Ainda em relação ao Governo, salientou Ramalho Eanes que «os órgãos nacionais do PRD tomarão a posição que as situações, os seus princípios, o seu programa e a sua moção de estratégia aconselharem ou permitirem». Lembrando que o seu partido viabilizou o Executivo chefiado por Cavaco Silva, salientou que tem consentido na sua manutenção por ser «oposição responsável». Depois, acrescentaria que os «renovadores

não desejam eleições antecipadas por serem nocivas à Democracia e ao País», e não por terem «dúvidas» ou «falta de confiança no resultado» de uma consulta ao eleitorado.»

(«Diário de Notícias», 20. Out.)

As preocupações

• «(...) Eanes sublinhou algumas das principais preocupações dos renovadores relativas à situação política, económica e social. Essas preocupações são: a incapacidade do Governo actual para «motivar suficientemente o investimento», o número crescente de empresas que vão passando da «inviabilidade financeira à inviabilidade económica», a persistência de «situações inadmissíveis de salários em atraso», a ausência de uma «solução económica e social global capaz» para a agricultura, a incapacidade de reestruturação industrial e, ainda, «a fragilidade negocial portuguesa perante a CEE».

(«o diário», 20. Out.)

Eanes com os jornalistas

• «A Convenção da Esquerda Democrática, a bipolarização, o acesso ao governo e as relações com Angola foram os pontos centrais da conversa que Eanes teve com os jornalistas, na manhã de ontem.

O presidente do PRD defendeu que a Convenção da Esquerda Democrática deveria ser um confronto aberto e total de ideias entre as várias tendências da esquerda, seja partidária ou não-alinhada.

Eanes insistiu no vector da não bipolarização da sociedade portuguesa. Para justificar este ponto-chave da actuação dos renovadores, deu exemplos históricos, que para ele são demonstrativos da estagnação da sociedade portuguesa, sempre que aconteceu qualquer situação bipolar.

As relações com os países africanos são um dos pontos centrais nas relações exteriores preconizadas pelo PRD.

Eanes irá, dentro em breve, ter encontros com dirigentes angolanos, encontros esses que se vão realizar não só em Lisboa como em capitais dos países africanos de expressão oficial portuguesa.

Quanto à questão das relações com a Unita, Eanes pensa que a Europa não tem nada a ganhar em dar apoio a movimentos deste tipo. Assim, disse Eanes, não se contribui para a melhor resolução dos problemas na África Austral.»

(«O Século», 20. Out.)

Damas

LXXIV - 23 de Outubro de 1986

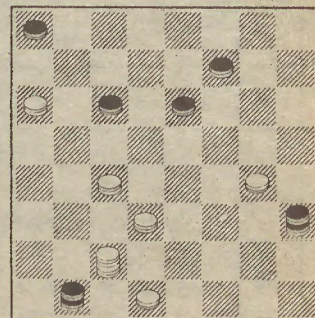
PROPOSIÇÃO N.º 74

Por: Amadeu Martins Coelho

- Boliqueime

«Vamos Decidir» N.º 200, 14.VI.1952

Pr.: (4)-(9)-22-23-26-32



Br.: 3-(7)-11-13-15-24
Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 74

4.º jogo do último match de LAD

Lisboa, 8 de Fevereiro de 1952

Br.: Luís António David

Pr.: Carlos Alberto P. Gonçalves

1. 12-15, 23-19; 2. 8-12, 28-23; 3. 11-14, 23-20; 4. 19-23, 20-11; 5. 7-14, 27-20; 6. 10-13, 20-16; 7. 13-18, 22-13; 8. 9-18, 16-7; 9. 4-11, 24-20; 10. 11-15, 20-11; 11. 6-15, 32-28; 12. 5-10, 28-23; 13. 1-5, 30-27; 14. 2-6, 21-27; 15. 15-19, 27-22; 16. 19-28, 22-13; 17. 28-32, 13-9; 18. 10-13, 17-1; 19. 6-11, 1-23; 20. 32-10, 26-22; 21. 11-15, 25-21; 22. 15-20, 21-18; 23. 20-23. EMPATE!

GOLPE N.º 74

Por: dr. Orlando Augusto Lopes

(24.IV.1952) (30.VII.1953)
1. 11-14, 24-20 1. 10-14, 22-18
2. 12-16, 20-15 2. 5-10, 23-20
3. 14-19, 23-14 3. 12-16, 20-15
4. 10-19, 21-18 4. 11-20, 24-15
5. 5-10, 18-14 5. 14-19, 18-14
6. 1-5, 22-18 6. 1-5, 21-18
7. 16-20, 27-22
8. 20-24, 25-21
9. 7-12, 14-11
10. 10-14? Perdentel

(Br.: 2-3-4-5-6-8-9-12-14-19-24 Pr.: 11-15-18-21-22-26-28-29-30-31-32) J. Pr. G.

SOLUÇÕES DO LXXIV

N.º 74 (AMC): 24-28 e 15-20 e 11-14 e 14-30 e 30-24
Golpe N.º 74 (OAL): 10. ..., 28-23; 11. 19-28, 32-23; 12. 12-28, 22-19; 13. 6-22, 26-1++

AMM

Xadrez

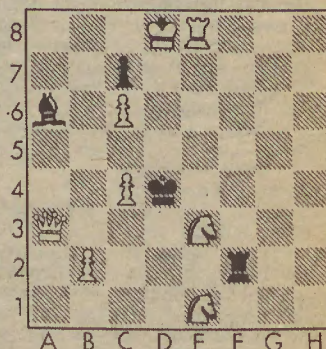
LXXIV - 23 de Outubro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 74

Por: F. Lazard

«Tribune de Genève», 1924

Pr: (4): Pç7-Ba6-Tf2-Rd4



Br: (8): Ps.b2, c4, c6-Cs.62, 63-T68-Da3-Rd8
Mate em 2 lances

JOGO N.º 74

Teplitz-Schoenau, 1922

Br: Maroczy

Pr: X. Tartakower

1. d4,e6; 2. c4,f5; 3. Cç3,Cf6; 4. a3,Bç7; 5. 63,0-0; 6. Bç3,d5; 7. Cf3,c6; 8. 0-0,Cç4; 9. Tç2,Bd6; 10. b3,Cd7; 11. Bb2,Tf6; 12. Tf6,Tb6; 13. g3,Df6; 14. Bf1,g5; 15. Td1,g4; 16. C.e4,f4; 17. Cd2,T:h2; 18. Rh2,D:f2+; 19. Rh1,Cf6; 20. T.e2,D:g3; 21. Cb1,Ch5; 22. Dd2,Bd7; 23. Tf2,Dh4+; 24. Rg1,Bg3; 25. Bç3,B:f2+; 26. D:f2,g3; 27. Dg2,Tf8; 28. Bç1,T:h1; 29. R:f1,g5; 30. Rg1,Bg4; 31. B:g3,C:g3; 32. Tç1,Cf5; 33. Df2,Dg5; 34. d:e5,Bf3+; 35. Rf1,Cg3+ e as brancas abandonam!

SOLUÇÕES DO N.º 74

Chave: 1. Db4!

1. ..., T joga fora da sua coluna;
2. Cf5 mate
1. ..., T joga na sua coluna; 2. Cç3ç2 mate
1. ..., Bç4; 2. Dç4 mate
1. ..., Bb5; 2. ç4:b5 mate
1. ..., B algures; 2. ç5 mate.

AMM